

TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO CEARÁ

Relatório de Gestão 2022



Relatório de Gestão do exercício de 2022, apresentado à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual prevista nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e da Decisão Normativa TCU nº 187/2020.

Fortaleza – Ceará
Março de 2023



Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Rua Dr. Pontes Neto, s/n – Engenheiro Luciano Cavalcante

Fortaleza-CE – CEP: 60.813-600

www.tre-ce.jus.br

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL

Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (ASPEG)

aspeg@tre-ce.jus.br

ARTE E EDITORAÇÃO

Seção de Editorações e Publicações (SEDIT)

FOTOS E FIGURAS

Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial (ASCOM)

Seção de Arquitetura e Engenharia (SAREN)

Freepik (<https://br.freepik.com/home>)

Unsplash (<https://unsplash.com/>)

O presente Relatório Anual de Gestão tem o propósito fundamental de prestar contas à sociedade e aos órgãos de controle das ações empreendidas e dos recursos utilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) no ano de 2022. Ademais, este documento visa a dar ampla publicidade e transparência aos atos praticados com o intuito de atingir os objetivos estratégicos da instituição e de alcançar as metas projetadas para o exercício em análise.

Sua elaboração foi guiada pelas diretrizes e orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União nos normativos adiante relacionados:

- Instrução Normativa TCU nº 84/2020 – Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente;
- Decisão Normativa TCU nº 187/2020 – Divulga a relação das unidades prestadoras de contas (UPC), na forma do disposto no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020, estabelece os elementos de conteúdo do relatório de gestão e define os prazos de atualização das informações que integram a prestação de contas da administração pública federal, nos termos do art. 5º, § 1º e art. 6º; art. 8º, inciso III e § 3º; e art. 9º, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020.

Estrutura geral do relatório:

Mensagem do Presidente

1. Visão geral da organização e do ambiente externo
2. Governança e gestão estratégica
3. Riscos e integridade
4. Desempenho institucional
5. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Este Relatório de Gestão e os dos anos anteriores estão disponíveis em [versão digital](#).

Lista de Siglas e Abreviações

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABDJ	Associação Brasileira de Juristas pela Democracia
AIJE	Ação de Investigação Judicial Eleitoral
ANADEP	Associação Nacional dos Defensores Públicos
APP	Associação Peter Pan
ASCIR	Assessoria de Compliance, Integridade e Riscos
ASGAD	Assessoria de Governança e Gestão Administrativa
ASGES	Assessoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão
ASGEP	Assessoria de Gestão de Pessoas
ASGOP	Assessoria de Governança e Gestão de Pessoas
ASLIC	Assessoria Técnica de Licitações
ASE	Atualização da Situação do Eleitor
ASES	Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios
ASSEG	Assessoria de Segurança
ASEGI	Assessoria de Segurança Institucional
ASJOP	Assessoria Jurídica e Operacional de Gestão de Pessoas
ASTIC	Assessoria de Governança e Gestão de TI
ASPEG	Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão
BI	Business Intelligence
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAZAM	Coordenoria de Apoio às Zonas
CDTIC	Comitê Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
CEATE	Central de Atendimento ao Eleitor
CEDESPE	Comitê de Enfrentamento à Desinformação e Divulgação da Segurança do Processo Eleitoral
COAUD	Coordenadoria de Auditoria Interna
CF	Constituição Federal
CGAIS	Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde

CGU	Controladoria Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CJ	Cargo em Comissão
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CODAP	Coordenadoria de Base de Dados e Aplicações
COE	Comitê Estratégico
COGES	Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão
COGEI	Coordenadoria de Gestão da Informação
CPCAI	Comissão Permanente de Cidadania, Acessibilidade e Inclusão
CPE	Comitê Permanente de Ética
CPFem	Comissão de Participação Feminina
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CRE	Corregedoria Regional Eleitoral
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
DIGER	Diretoria-Geral
DJE	Diário da Justiça Eletrônico
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Ensino à Distância
EC	Emenda Constitucional
EJE	Escola Judiciária Eleitoral
ENCCLA	Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
ENTIC-JUD	Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário
FC	Função Comissionada
GND	Grupo Natureza de Despesa
IAD	Índice de Atendimento à Demanda
IDS	Índice de Desempenho de Sustentabilidade
ICES	Instituto Cearense de Educação dos Surdos

Lista de Siglas e Abreviações (continuação)

IIRC	International Integrated Reporting Council
IJCPM	Instituto João Carlos Paes Mendonça de Compromisso Social
iGG	Índice de Governança e Gestão
iGovTIC-JUD	Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário
iGovPub	Índice de Governança Pública
iGovPessoas	Índice de Governança e Gestão de Pessoas
iGestPessoas	Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas
iGovTI	Índice de governança e gestão de TI
iGestTI	Índice de capacidade em gestão de TI
iGovContrat	Índice de Governança e Gestão de Contratações
iGestContrat	Índice de Capacidade em Gestão de Contratações
iGovOrcament	Índice de Governança e Gestão Orçamentária
iGestOrcament	Índice de Capacidade em Gestão Orçamentária
INFODIP	Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos
JECE	Justiça Eleitoral do Ceará
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LIODS-JE	Laboratório de Inteligência, Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Justiça Eleitoral
LIODS-JECE	Laboratório de Inteligência, Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Justiça Eleitoral do Ceará
MOE	Missões de Observação Eleitoral
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MPE	Ministério Público Eleitoral
NAI	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
NED	Núcleo de Ensino a Distância

NIP	Notícia de Irregularidade em Propaganda Eleitoral
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OUVIR	Ouvidoria Regional Eleitoral
PAA	Plano Anual de Auditoria
PAC	Plano Anual de Contratações
PAD	Processo Administrativo Digital
PALP	Plano de Auditoria de Longo Prazo
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PGD	Programa de Gestão Documental
PE	Plano Estratégico
PEGP	Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas
PEJE	Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral
PEJECE	Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará
PF	Pessoa Física
PIE	Planejamento Integrado das Eleições
PJe	Processo Judicial Eletrônico
PJ	Pessoa Jurídica
PLS	Plano de Logística Sustentável
PÓLIS	Sistema Integrado de Atualização da Situação do Eleitor
PRESI	Presidência
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
RAE	Reunião de Análise Estratégica
RFB	Receita Federal do Brasil
RCE	Reunião de Comitê Estratégico
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RG	Relatório de Gestão

Lista de Siglas e Abreviações (continuação)

RI	Relatório Integrado
SAC	Sociedade de Assistência aos Cegos
SAD	Secretaria de Administração
SANAC	Seção de Análise e Conformidade Contábil
SAU	Secretaria de Auditoria
SCR	Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral
SEDUC	Secretaria de Educação do Ceará
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SELESP	Sistema de Eleições Parametrizadas
SEWEB	Seção de Administração de Intranet e Internet
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SIEL	Sistema de Informações Eleitorais
SIGEC	Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos
SIGEPRO	Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SISCAMU	Sistema de Controle de Chamados
SISUB	Sistema de Controle de Substituições
SOCRELP	Sociedade Comunitária de Reciclagem de Lixo do Pirambu

SJU	Secretaria Judiciária
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SOU	Sistema de Ouvidoria
SPR	Secretaria da Presidência
SPS	Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCRR	Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria
TCU	Tribunal de Contas da União
TCL	Taxa de Congestionamento Líquida
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TI	Tecnologia da Informação
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TRE-CE	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TTE	Transferência Temporária de Eleitor
UG	Unidade Gestora
UE	Urna Eletrônica
ZE	Zona Eleitoral

Sumário

Mensagem do Presidente	8	4 Desempenho Institucional	38
1 Visão Geral da Organização e do Ambiente Externo	10	4.1 Recursos financeiros	39
1.1 Quem somos	11	4.2 Parcerias e contratos	40
1.2 Principais normas direcionadoras	12	4.3 Indicadores de desempenho	46
1.3 Estrutura organizacional	13	4.4 Resultados	48
1.4 Geração de valor para a sociedade	14	5 Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	85
1.5 Ambiente externo	15	5.1 Situação e desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial	86
1.6 Canais de comunicação – relacionamento do TRE-CE com a sociedade e partes interessadas	16	5.2 Demonstrações contábeis	91
1.7 Definição da materialidade e elaboração do relato integrado	19	5.3 Notas explicativas	91
2 Governança e Gestão Estratégica	21	5.4 Declaração da contadora responsável	91
2.1 Sistema de governança e gestão	22	5.5 Conformidade da gestão orçamentária, financeira e contábil	91
2.2 Políticas, programas e planos institucionais	28		
2.3 Planejamento Estratégico 2021-2026	30		
3 Riscos e Integridade	33		
3.1 Estruturas de integridade	34		
3.2 <i>Compliance</i>	34		
3.3 Gestão de riscos	35		
3.4 Principais ameaças e oportunidades	37		

Mensagem do Presidente

O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) apresenta o Relatório de Gestão 2022 e reafirma seu compromisso com a transparência de seus processos, nos quais todos os seus capitais humanos, intelectuais, materiais e financeiros são empenhados na consecução dos serviços destinados ao cumprimento de sua missão: garantir a legitimidade do processo eleitoral.

No ano de 2022, após dois anos marcados por um cenário pandêmico, a Justiça Eleitoral do Ceará realizou as Eleições Gerais, tendo como base o [Programa Integrado das Eleições – PIE](#), elaborado ainda em 2021, no qual as eleições foram cuidadosamente planejadas, com ações voltadas à infraestrutura, logística e capacitação. O PIE foi executado a um custo total de **R\$ 27.471.275,52**.

Em relação ao Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará (PEJECE), que compreende o período 2021-2026, o TRE-CE vem executando, com êxito, suas atividades. Nesse sentido, destaco que, das 73 [iniciativas estratégicas](#) planejadas para o período, **93%** já foram **concluídas** ou encontram-se **em andamento**. O PEJECE foi elaborado com alinhamento à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, ao Plano Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, bem como às recomendações dos órgãos de controle em relação à gestão e governança.



Merecem destaque, também, os índices de conformidade alcançados por este Regional no Ranking da Transparência 2022 (92,31%) e no Prêmio CNJ de Qualidade, no qual obteve 85,21% de conformidade, sendo agraciado com o **Selo Ouro de Qualidade** no segmento Justiça Eleitoral. Além disso, o TRE-CE classificou-se em 2º lugar, dentre os tribunais regionais eleitorais, no 6º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário de 2022.

Ainda em relação aos resultados, enfatizo o **cumprimento** das [Metas Nacionais do Poder Judiciário](#): 1, 2 e 4, relativas à produtividade processual, e meta 9, relacionada à inovação.

Nesse passo, registro a atuação da [Comissão Permanente de Cidadania, Acessibilidade e Inclusão \(CPCAI\)](#), cujo projeto “Nas trilhas da acessibilidade”, em parceria com o LIODS, cumpriu a meta nacional 9 do CNJ, bem como do Comitê de Enfrentamento à Desinformação, que realizou inúmeras ações de conscientização acerca do combate a notícias falsas. Uma dessas ações foi a realização do I Prêmio de Jornalismo do TRE-CE, um feito inédito na Justiça Eleitoral nacional, considerando-se sua temática exclusiva em trabalhos relativos ao enfrentamento à desinformação.

TRILHA DE APRENDIZAGEM
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



“Foi aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do presente documento, ressaltando que sua elaboração se deu em conformidade com os requisitos estabelecidos na Estrutura Internacional para Relato Integrado.”

Em 31 de agosto, após nove anos de construção, foi inaugurada a [nova sede](#) do TRE-CE, a um custo total de **R\$ 112.232.826,71**, um complexo construído dentro do que rege a Resolução CNJ nº 114, de 20 de abril de 2010. O espaço conta com depósitos, auditório, estacionamentos, salas amplas, ambientes de treinamento, projeto completo de acessibilidade, estações de tratamento de efluentes e de esgoto, reaproveitamento de água pluvial, sistema de coleta seletiva de lixo, conjunto de grupos geradores, um novo centro de dados e central de monitoramento de vigilância eletrônica de todos os prédios próprios da Justiça Eleitoral cearense. Também conta com um novo local de armazenamento de urnas, climatizado, que comporta a totalidade das urnas eletrônicas do Ceará. Além disso, foi colocado à disposição da sociedade um bosque no entorno do tribunal, com ciclovia, área para caminhadas, iluminação e segurança.



Inaugurei, também, novas instalações de cartórios eleitorais no interior do Ceará, nos municípios de Araripe, Solonópole, Icó, Cascavel, Acopiara, Jaguaribe, Jucás, Caririaçu e Caucaia, trazendo mais conforto e segurança aos servidores e eleitores, bem como mais autonomia à Justiça Eleitoral. Para o primeiro semestre de 2023, estão previstas cerca de 10 inaugurações de cartórios eleitorais em prédios próprios.

Registro, ainda, que foi iniciado um estudo para produção de [energia solar](#) com o objetivo de suprir parte da energia elétrica consumida na capital, bem como que instalamos duas usinas fotovoltaicas em cartórios do interior, nas cidades de Ibiapina e Tauá, demonstrando, assim, o alinhamento desta Justiça com a tendência mundial na construção de um futuro mais limpo a partir da energia solar, uma riqueza abundante em nossa região.



Por fim, como presidente e representante máximo da governança do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, consigno reconhecer a responsabilidade a mim atribuída por assegurar a integridade deste relatório de gestão. Dito isto, afirmo que foi aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do presente documento, ressaltando que sua elaboração se deu em conformidade com os requisitos estabelecidos na Estrutura Internacional para [Relato Integrado](#) do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*.

Desembargador Inacio de Alencar Cortez Neto
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará



1

VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E DO AMBIENTE EXTERNO

1.1 QUEM SOMOS

O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) é um órgão que integra a estrutura da Justiça Eleitoral brasileira, segmento especializado do Poder Judiciário Federal constituído, conforme o art. 118 da CF/1988, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pelos tribunais regionais eleitorais em cada estado e no Distrito Federal, pelos juízes eleitorais e pelas juntas eleitorais.

MISSÃO	NEGÓCIO
Garantir a legitimidade do processo eleitoral.	Administrar o processo eleitoral no âmbito do estado do Ceará.
NORMAS DIRECIONADORAS	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
Orientam legalmente as atividades do TRE-CE, e estão detalhadas no item 1.2 .	Norteia as ações direcionadas pela visão de futuro do TRE-CE, e está detalhado no item 2.1 .

Com sede na cidade de Fortaleza/CE, o **TRE-CE** é um dos 27 Tribunais Regionais Eleitorais do país, possuindo área de abrangência (circunscrição) no **Estado do Ceará**.

184 municípios

109 Zonas Eleitorais

6.812.193 eleitores (atualizado até 17/02/2023)

8º maior colégio eleitoral do país

4,37% do total de 155.669.361 eleitores do Brasil



Na busca de excelência no cumprimento de sua missão, o **TRE-CE** atua através de **4 competências** precípua:



INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade Prestadora de Contas	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
CNPJ	06.026.531/0001-30
Endereço da Sede	Rua Dr. Pontes Neto, 800, Eng. Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE, CEP 60.813-600 - Tel: (85) 3453-3500
Sítio Eletrônico	http://www.tre-ce.jus.br
Classificação do Tribunal (conforme Justiça em Números)	Médio Porte

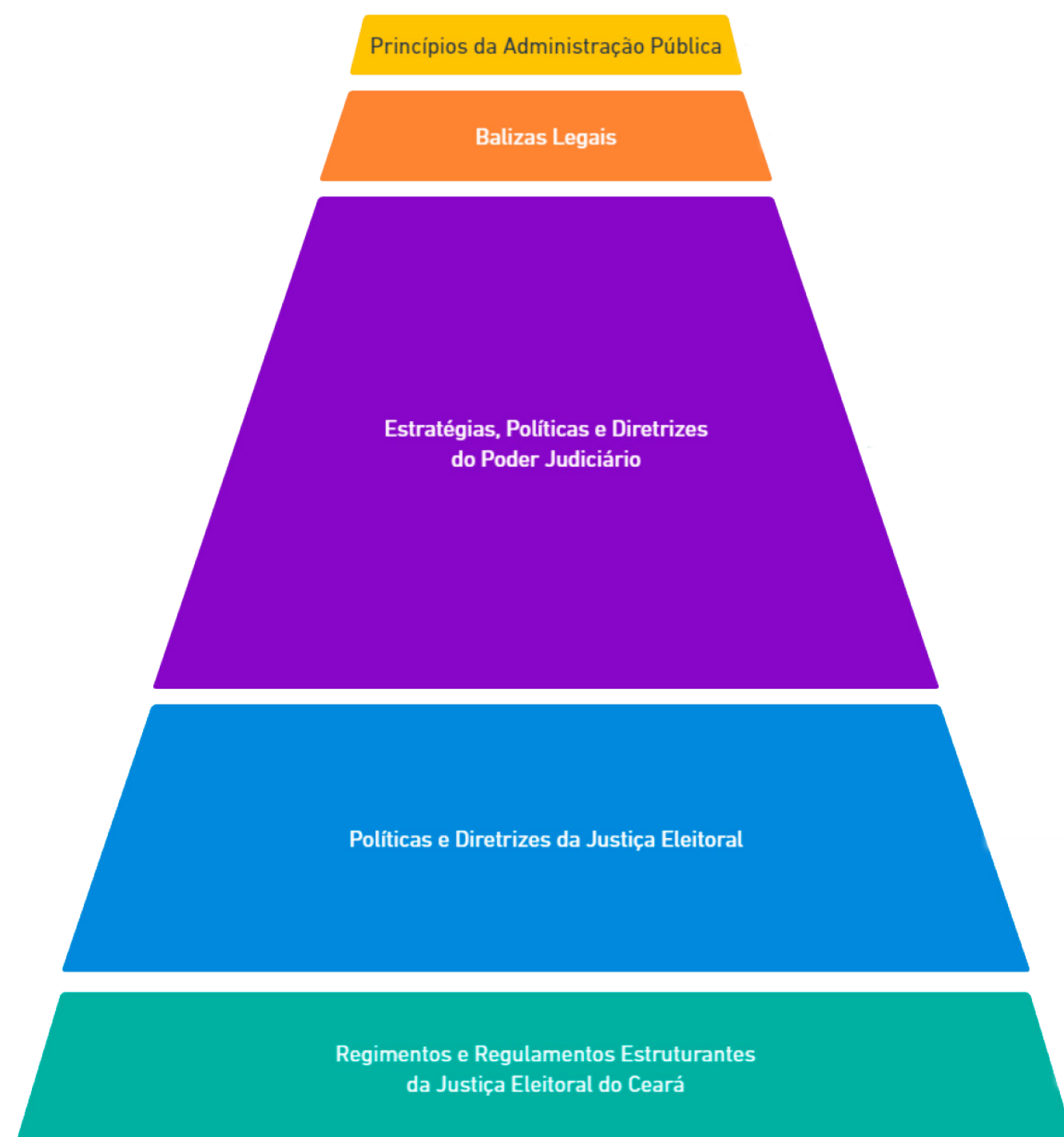


1.2 PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS

A atuação do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará é pautada nos princípios da Administração Pública insculpidos no **art. 37 da Constituição Federal**, bem como no **Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965)** e outras leis que estabelecem sua competência jurisdicional.

Ademais, o Tribunal observa as **estratégias, políticas e diretrizes emanadas dos órgãos superiores** (Conselho Nacional de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral) para orientar a conduta de indivíduos e equipes em situações específicas, garantindo o exercício da função pública de maneira consistente e alinhada com os objetivos estratégicos e valores organizacionais.

No âmbito interno, o funcionamento do Tribunal orienta-se pelo **Regimento Interno (Resolução TRE-CE nº 708/2018)** e outras normas estruturantes, que estabelecem a base para um ambiente de trabalho saudável, sustentável e comprometido com a busca permanente por eficácia e eficiência em um ambiente cada vez mais complexo.



[Constituição Federal](#)

Código Eleitoral – [Lei nº 4.737/1965](#)

Lei dos Partidos Políticos – [Lei nº 9.096/1995](#)

Lei das Eleições – [Lei nº 9.504/1997](#)

Lei de Inelegibilidade – [Lei Complementar nº 64/1990](#)

Estratégia Nacional 2021–2026 – [Resolução CNJ nº 325/2020](#)

Estratégia Nacional de TIC 2021-2026 – [Resolução CNJ nº 370/2021](#)

Estratégia Nacional de Segurança Cibernética – [Resolução CNJ nº 396/2021](#)

Política de Governança das Contratações Públicas – [Resolução CNJ nº 347/2020](#)

Política de Gestão da Inovação – [Resolução CNJ nº 395/2021](#)

Política Nacional de Segurança – [Resolução CNJ nº 435/2021](#)

Política de Sustentabilidade – [Resolução CNJ nº 400/2021](#)

Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina – [Resolução CNJ nº 255/2018](#)

Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação – [Resolução CNJ nº 351/2020](#)

Diretrizes para a Instituição de Sistemas de Integridade – [Resolução CNJ nº 410/2021](#)

Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna – [Resolução CNJ nº 309/2020](#)

Diretrizes de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência – [Resolução CNJ nº 401/2021](#)

Diretrizes para as Contratações de Solução de TIC – [Resolução CNJ nº 468/2022](#)

Diretrizes de Gestão de Memória e de Gestão Documental – [Resolução CNJ nº 324/2020](#)

Política de Segurança da Informação – [Resolução TSE nº 23.644/2021](#)

Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais – [Resolução TSE nº 23.650/2021](#)

Política de Desenvolvimento Colaborativo de Software – [Resolução TSE nº 23.508/2017](#)

Diretrizes para Exercício da Jurisdição Eleitoral em 1º Grau – [Resolução TSE nº 21.009/2002](#)

Diretrizes de Fiscalização e Auditoria do Sistema Eletrônico de Votação – [Resolução TSE nº 23.673/2021](#)

Diretrizes de Enfrentamento à Desinformação – [Resolução TSE nº 23.714/2022](#)

Diretrizes de Gestão do Cadastro Eleitoral – [Resolução TSE nº 23.659/2021](#)

Diretrizes de Empréstimo de Urnas Eletrônicas – [Resolução TSE nº 22.685/2007](#)

Diretrizes para Requisição de Servidores Públicos – [Resolução TSE nº 23.523/2017](#)

Regimento Interno – [Resolução TRE-CE nº 708/2018](#)

Estrutura Orgânica – [Resolução TRE-CE nº 291/2006](#)

Regimento Interno da Escola Judiciária Eleitoral – [Resolução TRE-CE nº 779/2020](#)

Regulamento da Corregedoria Regional Eleitoral – [Resolução TRE-CE nº 836/2021](#)

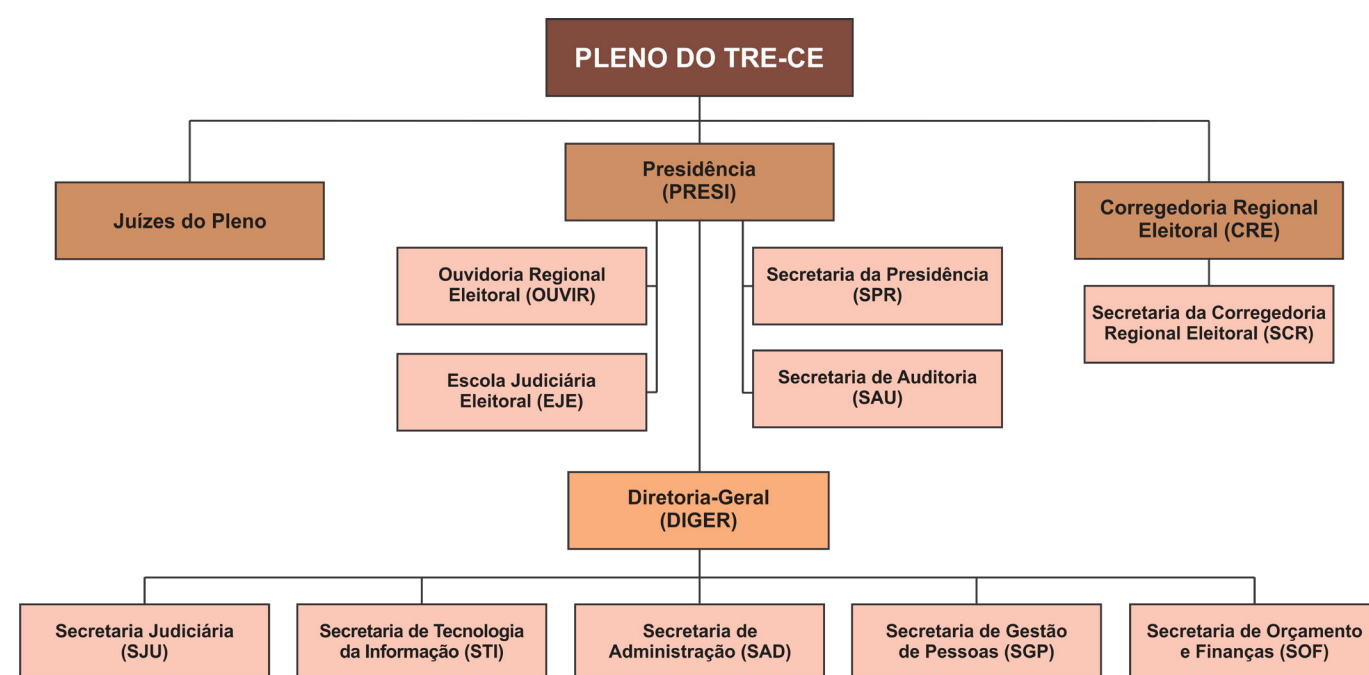
Regulamento da Secretaria – [Resolução TRE-CE nº 303/2006](#)

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O TRE-CE organiza-se em 2 esferas estruturais: **administrativa** e **jurisdicional**.

ADMINISTRATIVA

A estrutura organizacional administrativa do TRE-CE é departamentalizada, e sua estrutura simplificada encontra-se representada esquematicamente a seguir. Ela está definida na [Resolução TRE-CE nº 291](#), de 30 de julho de 2006, e normas alteradoras posteriores, tendo suas unidades administrativas e competências previstas no **Regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará** ([Resolução TRE-CE nº 303](#), de 13 de setembro de 2006).



Para visualizar o organograma completo do TRE-CE, clique [aqui](#).

JURISDICIONAL

Na esfera **jurisdicional**, a Justiça Eleitoral no Ceará organiza-se em 2 instâncias:

1ª INSTÂNCIA: JUÍZES(AS) ELEITORAIS

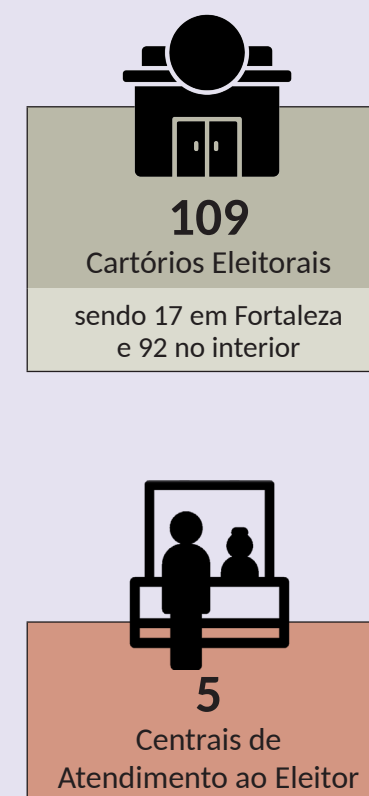
Compreende os juízes(as) estaduais de direito designados(as) como titulares das **Zonas Eleitorais**.

O **Cartório Eleitoral** é a sede da Zona Eleitoral, e representa a principal porta de entrada para atendimento a eleitoras e eleitores em todo o estado do Ceará. Além dos cartórios eleitorais, o atendimento ao(à) eleitor(a) do TRE-CE conta com:

- **Postos de atendimento permanentes** instalados em municípios que deixaram de ser sede de zona eleitoral em razão de rezoneamento (cfe. [Resolução TRE nº 661/2017](#));

- **Centrais de atendimento ao eleitor**, também em caráter permanente, nos municípios com duas ou mais zonas eleitorais; e
- **Unidade móvel**, veículo com infraestrutura adequada para atendimento *on-line* fora dos cartórios eleitorais.

REDE DE ATENDIMENTO DA 1ª INSTÂNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL NOS 184 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ



2ª INSTÂNCIA: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

Órgão colegiado (Pleno do TRE-CE) composto por **14 membros (7 titulares e 7 suplentes)**, junto ao qual atua o Procurador Regional Eleitoral.

Possui composição regulamentada pelos artigos 25 a 27 do Código Eleitoral, e tem como principais atribuições processar e julgar os feitos pertinentes às eleições gerais e julgar recursos interpostos contra decisões em 1ª instância, dentre outras.



Para saber mais: [Composição do Tribunal – Capítulo 2](#)

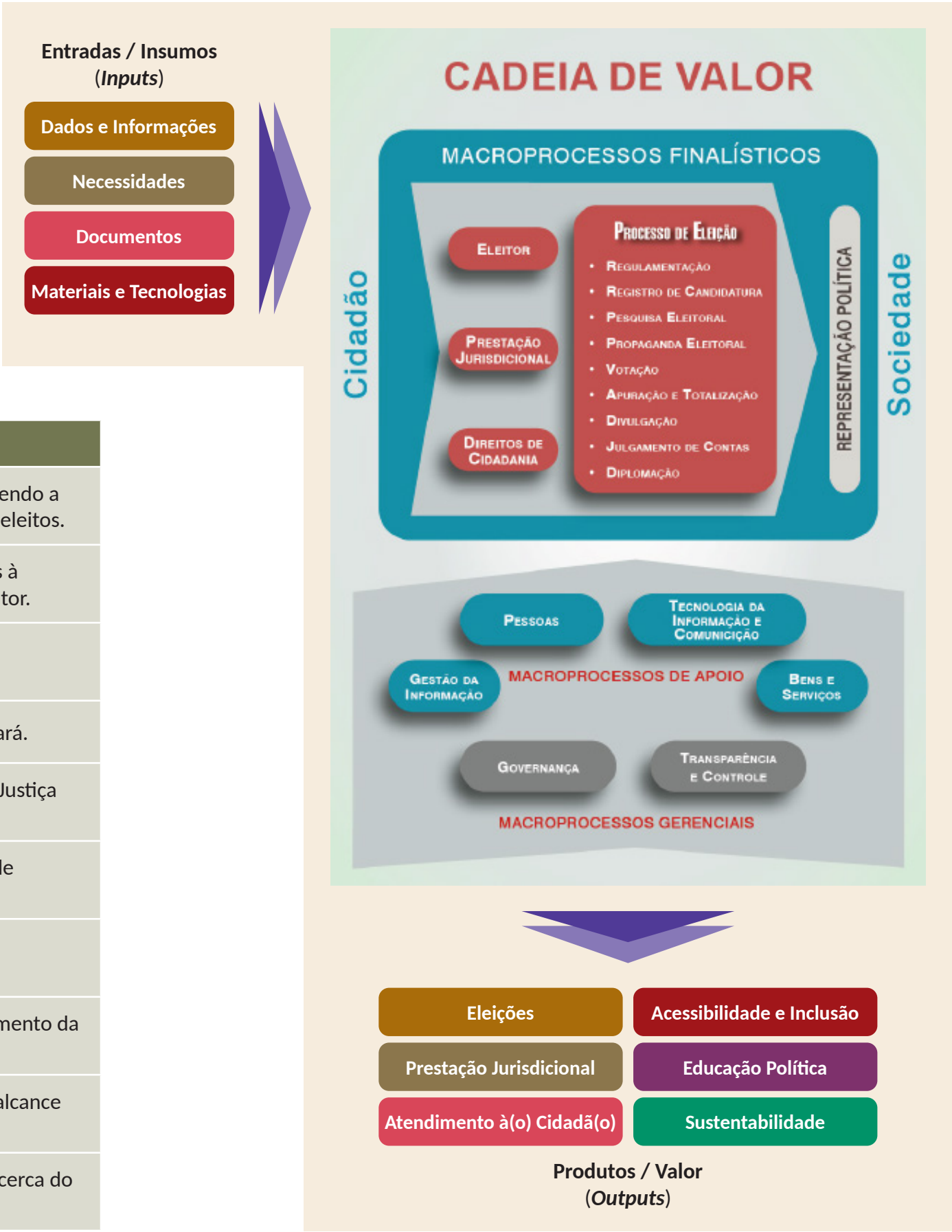
1.4 GERAÇÃO DE VALOR PARA A SOCIEDADE

CADEIA DE VALOR – PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

Conforme representação esquemática ao lado, nosso **Modelo de Negócio** está delineado numa **Cadeia de Valor**, e resulta da conjunção de diversos processos de trabalho que transformam **entradas e insumos (inputs)** em **produtos e serviços (outputs)**, relevantes na geração de valor para as partes interessadas.

Para a exata compreensão da Cadeia de Valor, cumpre também analisar a **Arquitetura de Processos** deste Tribunal, que, a partir da divisão dos processos em **finalísticos, de apoio** e **gerenciais**, apresenta uma visão sistêmica e panorâmica dos fluxos de trabalho da Justiça Eleitoral do Ceará.

CATEGORIA	MACROPROCESSO	DESCRIÇÃO
Finalísticos	Eleição	Operacionalizar o processo de realização da eleição, abrangendo a preparação, votação, apuração dos votos e diplomação dos eleitos.
	Eleitor	Gestão de atendimento e administração dos dados relativos à inscrição, movimentações e atualizações da situação do eleitor.
	Direitos de Cidadania	Desenvolver programas, projetos e atividades destinados a promover a cidadania e educação política.
	Finalísticos	Julgar ações e recursos no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará.
De apoio	Pessoas	Administrar, capacitar e desenvolver a força de trabalho da Justiça Eleitoral do Ceará.
	Gestão da Informação	Registrar, disseminar, preservar e administrar informações de interesse da Justiça Eleitoral do Ceará e de seus usuários.
	Tecnologia da Informação e Comunicação	Administrar e implementar infraestrutura de TIC e sistemas corporativos e eleitorais.
	Bens e Serviços	Gerir recursos materiais e serviços necessários ao funcionamento da Justiça Eleitoral do Ceará.
Gerenciais	Governança	Gerenciar o processo de planejamento e gestão, visando o alcance dos objetivos estratégicos.
	Transparência e Controle	Promover ações de gestão de riscos, auditoria e correição acerca do funcionamento da gestão da Justiça Eleitoral do Ceará.



1.5 AMBIENTE EXTERNO

AMBIENTE EXTERNO

Na relação com o ambiente externo, a Justiça Eleitoral do Ceará identificou **ameaças e oportunidades** que influenciaram significativamente sua atuação no decorrer de 2022, em especial pela necessidade urgente de enfrentamento ao sistemático ataque à confiabilidade do processo eleitoral brasileiro impulsionado por boatos e notícias falsas veiculadas nas redes sociais no contexto da disputa eleitoral.

Assim, adotou-se a **Análise SWOT** (ver figura abaixo) como ferramenta de gestão de riscos para análise ambiental, com vistas a identificar as medidas pertinentes para assegurar o cumprimento dos objetivos institucionais. Oportunidades, ameaças e incertezas relacionadas ao ambiente externo serão tratadas no [Capítulo 3](#).



O que é Análise SWOT?

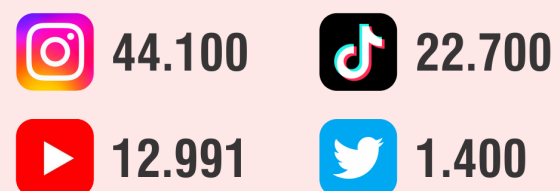
A análise SWOT, sigla para *Strengths* (pontos fortes), *Weaknesses* (pontos fracos), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças), é uma metodologia para identificação e análise de fatores internos e externos que podem causar impacto nos objetivos da organização.

1.6 CANAIS DE COMUNICAÇÃO – RELACIONAMENTO DO TRE-CE COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

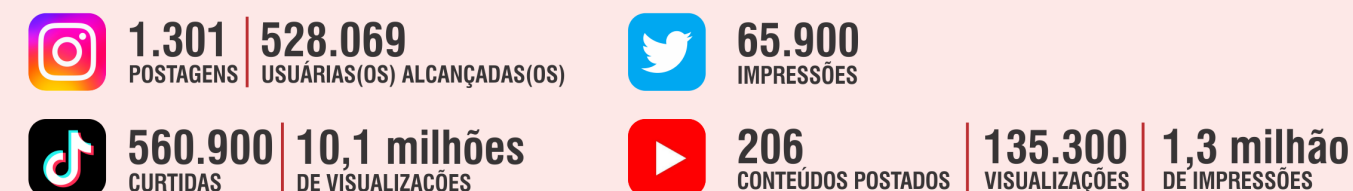


REDES SOCIAIS

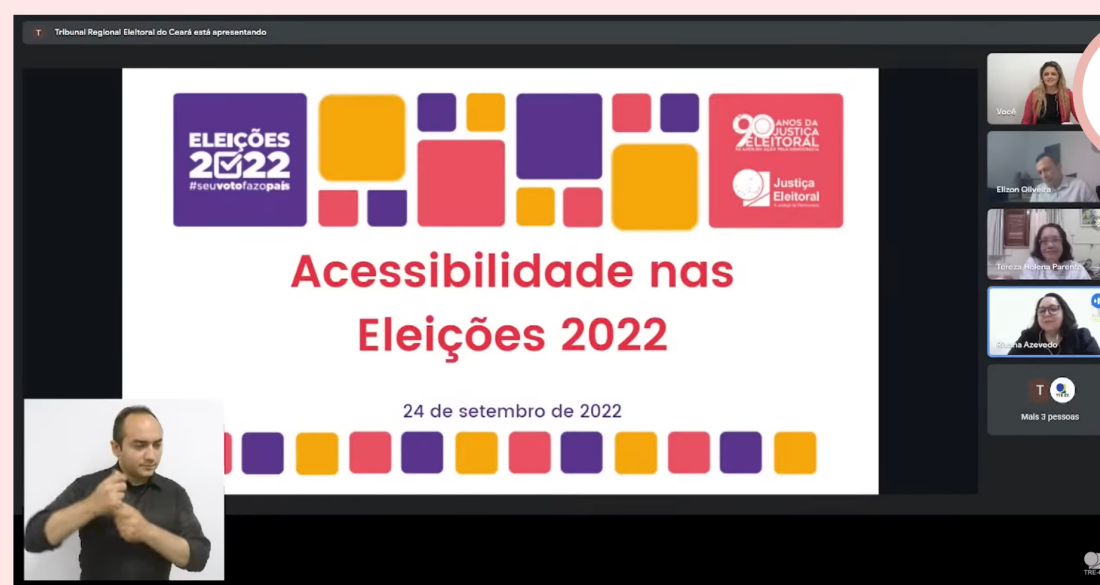
SEGUIDORAS(ES) / INSCRITAS(OS)



NÚMEROS & ENGAJAMENTO



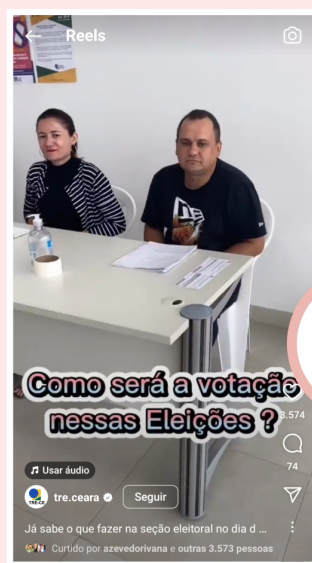
DESTAQUE EM ENGAJAMENTO



Live: "Acessibilidade nas Eleições 2022:
Participe dessa ideia!"

Data: 24/09/2022

Visualizações: 10.006



Vídeo: "Como será a votação nas eleições?"

Data: 29/09/2022

Contas alcançadas: 144.035

Reproduções: 164.262

Vídeo: "Como será a votação nas eleições?"

Data: 30/09/2022

Visualizações: 9.800.000

Público atingido: 8.800.000



Orientações para
o dia da eleição

▶ 9.8M



ATENDIMENTO AO(À) ELEITOR(A)

DISQUE
ELEITOR **148**

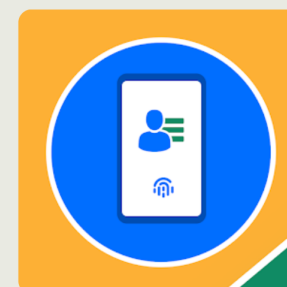
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

Serviço telefônico sobre informações relativas ao **Cadastro Nacional de Eleitores** e a **serviços de atendimento à eleitora e ao eleitor**.



AUTOATENDIMENTO DO ELEITOR - Título Net

Sistema que permite a realização, via atendimento remoto, de diversos serviços à eleitora e ao eleitor.



E-TÍTULO

Aplicativo móvel que, além da obtenção da via digital do título de eleitor e do acesso aos dados cadastrais, possibilita a realização de diversos serviços, tais como: obtenção de certidões diversas, consulta ao local de votação e inscrição de mesário voluntário.



BALCÃO VIRTUAL

Ferramenta que permite o contato direto de partes ou advogadas(os) com o TRE-CE, para tirar dúvidas e para obter informações relativas a processos judiciais. Todas as zonas eleitorais do estado possuem a ferramenta **WhatsApp Business**, para agendamento no Balcão Virtual, solução de dúvidas, convocação de mesários e contato com outros convocados.



OUVIDORIA

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará **SOUFORM**

[Início](#) [Ajuda](#)

Registrar Ocorrência

Ocorrência

Data da Ocorrência: *

Objeto: * - Selecione -

Tipo de Ocorrência: - Selecione -

Assunto: *

Descrição: *

4000 caracteres restando.

Anexo: - selecione até 10 arquivos -

[Procurar](#) [Anexar](#) [Cancelar](#)

(PDF,XLS, ODS, MP3, M4A, GIF, JPG, PNG, MP4, MPEG) tamanho máximo = 50MB

Total Selecionado: 0 - Selecione -

Sistema de Ouvidoria - SOU

Plataforma para registro de ocorrências, que pode ser utilizada pelo usuário como canal de comunicação com a Ouvidoria.



<https://www.tre-ce.jus.br/institucional/ouvidoria>

A Ouvidoria Regional Eleitoral é o **canal direto de comunicação entre o cidadão e o TRE-CE**, mediante recebimento de **elogios, sugestões, reclamações, denúncias e pedidos de informação** referentes às atividades realizadas pela Instituição.



Comunicação Pública - Plataforma digital que reúne canais de atendimento virtual de diversos órgãos e instituições.



Atendimento presencial e/ou por correspondência

Sede do TRE-CE - Rua Dr. Pontes Neto, s/n, 3º andar,
Eng. Luciano Cavalcante - Fortaleza/CE - CEP 60.813-600



Telefone: (85) 3453.3857



WhatsApp & Telegram: (85) 99430.6318



E-mail: ouvidoria@tre-ce.jus.br



PORTAL



Sítio eletrônico do TRE-CE na internet, contendo informações e serviços prestados pela JE-CE.

Acesso a

Título Net

Consultas jurídicas

Balcão virtual | Jurisprudência | PJe e PJeCor |
Diário da Justiça Eletrônico (DJE)

Lista de e-mails e contatos do TRE-CE

Partidos

Contas partidárias | Filiação partidária | Relação de filiados

Portal em números - 2022

413
notícias publicadas

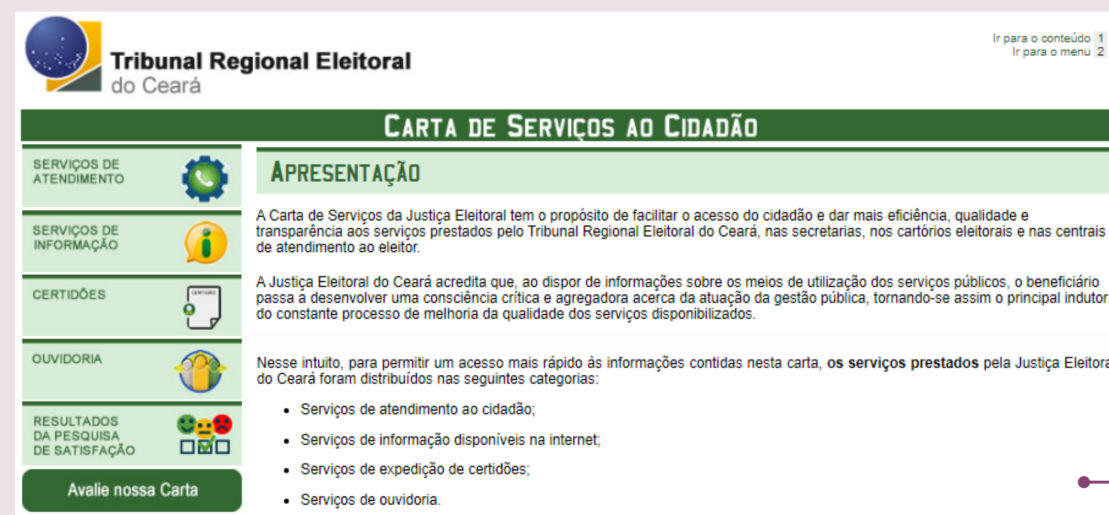
1.245.963
visualizações da página inicial do Portal



CORREGEDORIA

Carta de Serviços ao Cidadão

Disponível no Portal do TRE-CE, é uma ferramenta que permite um acesso rápido às informações sobre os meios de utilização dos serviços (atendimento ao cidadão, serviços de informação, expedição de certidões e serviços de ouvidoria) oferecidos pela Justiça Eleitoral do Ceará. Além disso, compartilha os resultados da **Pesquisa de Satisfação dos Usuários**.



Comunicação da Corregedoria com outras instituições

SIEL - Sistema de Informações Eleitorais

Disponibilização de dados biográficos do Cadastro Eleitoral. Acesso restrito a autoridades judiciárias, representantes do Ministério Público e autoridades policiais autorizadas.

INFODIP - Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos

Recebimento e processamento das comunicações relativas a óbitos e direitos políticos. Ainda em fase de implantação.

PÓLIS - Sistema Integrado de Atualização da Situação do Eleitor

Remessa de informações que geram mudanças na situação das eleitoras e dos eleitores (p. ex., óbitos, condenações transitadas em julgado, extinções e punibilidade etc.)

Grupo permanente de WhatsApp "Estatística J. Eleitoral"

Canal de comunicação dos TREs para discussão da parametrização da Justiça Eleitoral.

Carta de Serviços ao Cidadão no Portal do TRE-CE

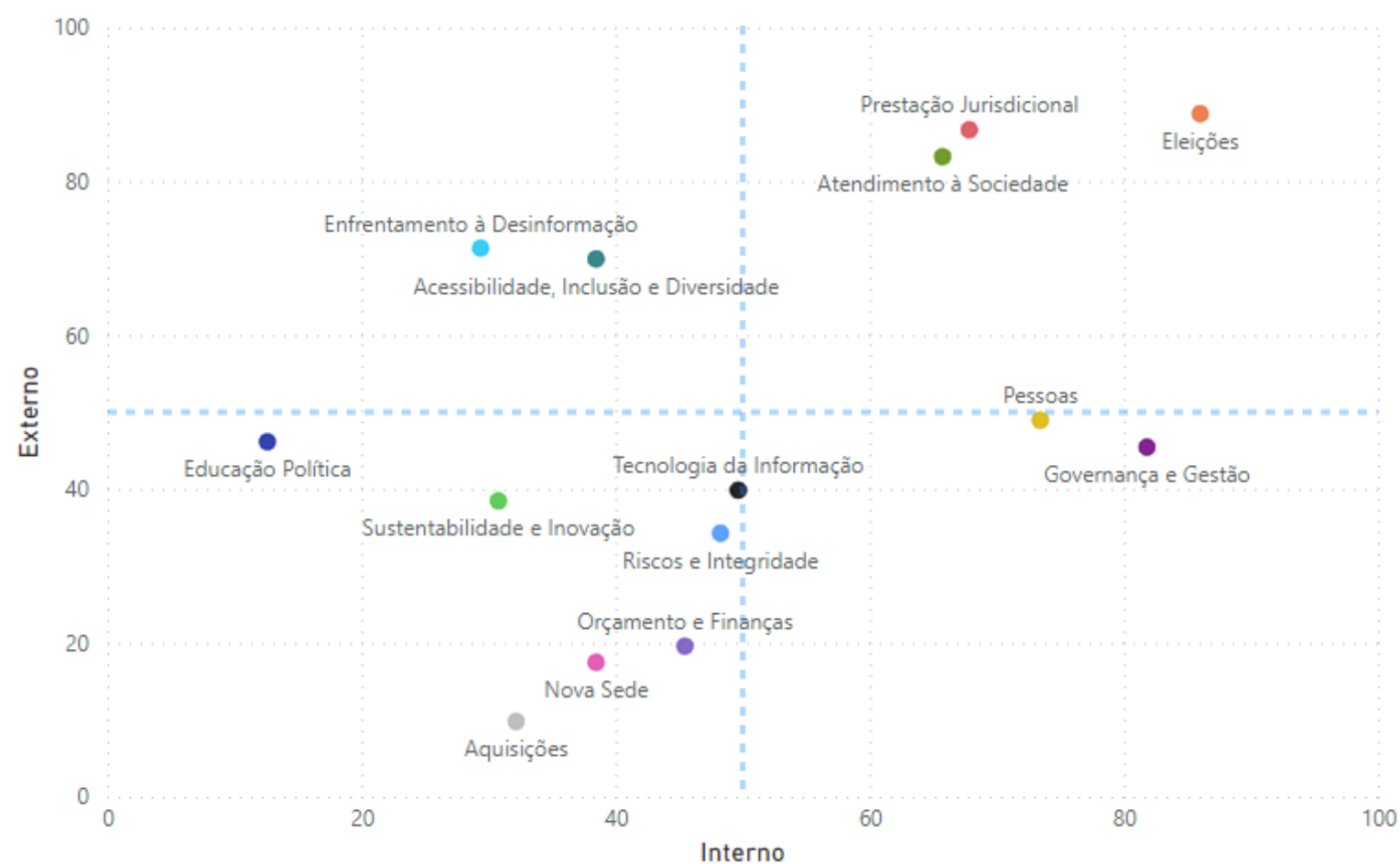
1.7 DEFINIÇÃO DA MATERIALIDADE E ELABORAÇÃO DO RELATO INTEGRADO

MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

A **materialidade** consiste em divulgar informações que impactem significativamente na capacidade de o Tribunal alcançar os objetivos institucionais na geração de valor público no curto, médio e longo prazos, e com conteúdo relevante para a sociedade, em especial para as cidadãs e os cidadãos e para as usuárias e os usuários dos serviços públicos.

Para o exercício 2022, o processo de determinação da materialidade das informações envolveu uma consulta ao corpo gerencial da instituição para determinação dos **temas materiais**, que foram então **priorizados** a partir da percepção de seu impacto nos ambientes interno e externo.

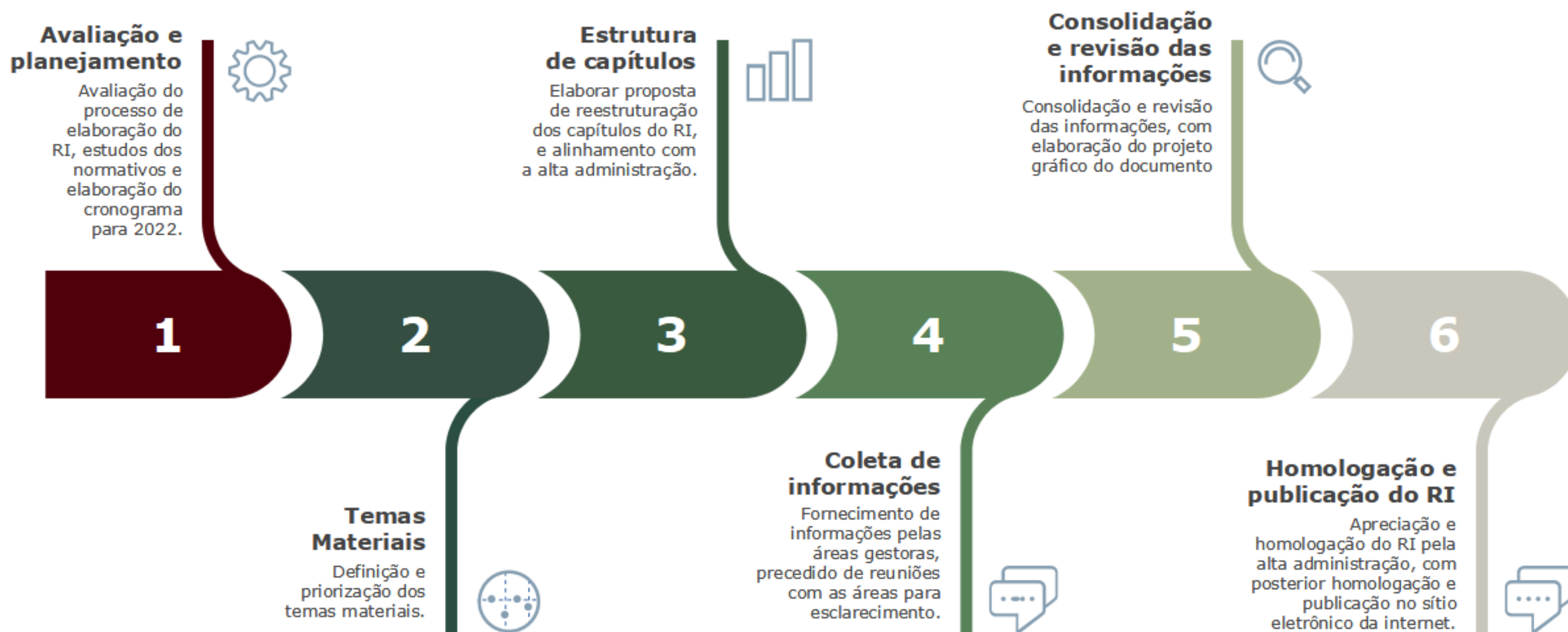
Os temas materiais e o gráfico cartesiano que determinou a priorização destes estão representados a seguir:



PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO INTEGRADO (RI)

O presente relatório foi preparado em consonância com as determinações normativas do TCU relativas à prestação de contas do exercício 2022, e seguindo a abordagem de **relato integrado**.

Para tanto, houve um processo colaborativo por parte das unidades deste Tribunal desde o planejamento do Relatório (iniciado em maio/2022) até a publicação deste em março de 2023, obedecendo-se a um **cronograma** determinado pelo Comitê Estratégico do TRE-CE, simplificado representado abaixo:





2

GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

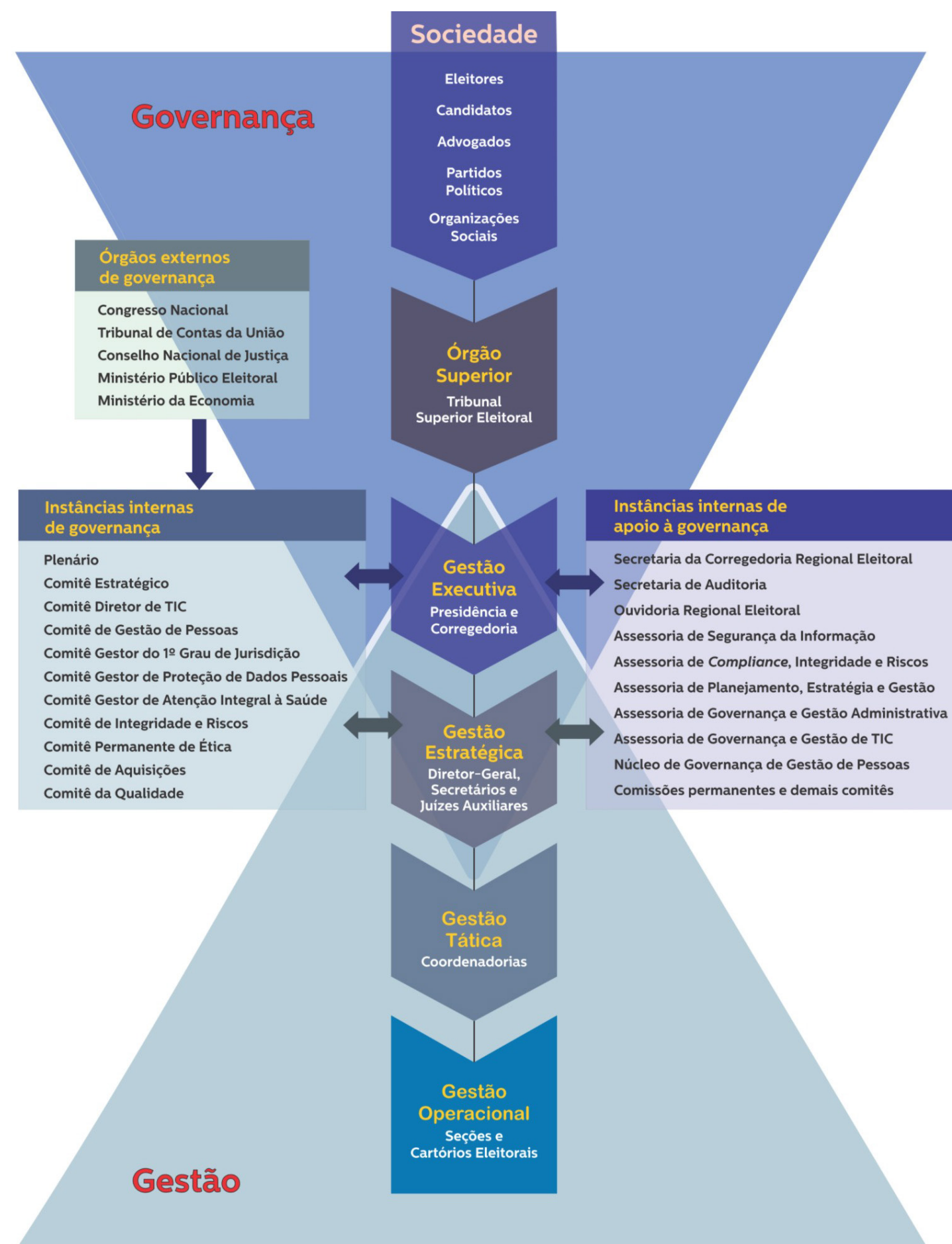
2.1 SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO

Durante o exercício de 2022, o TRE-CE, por meio da [Resolução TRE-CE nº 905/2022](#), reformulou o **Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral do Ceará**.

O Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral do Ceará, representado esquematicamente na figura ao lado, mostra a interface entre as **estruturas de governança** (triângulo na parte superior da figura) e as **estruturas de gestão** (triângulo na parte inferior da figura) que interagem, nos diversos níveis de gestão, com o órgão superior e com a sociedade, conforme eixo central da figura.

Esse sistema contempla as instâncias internas de governança, inclusive as de apoio, os órgãos externos de governança, e os demais integrantes da cadeia organizacional, mostrando como se dá a relação entre eles, e deles com os diversos atores sociais elencados no topo da figura.

É a atuação coordenada dessas 2 esferas (governança e gestão), nos diversos níveis que serão detalhados a seguir, que possibilita uma gestão orientada à boa governança, ao cumprimento dos objetivos institucionais estabelecidos no **Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará**.



2.1.1 ÓRGÃOS EXTERNOS DE GOVERNANÇA

O TRE-CE vincula-se administrativamente e subordina-se jurisdicionalmente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão central da Justiça Eleitoral.

Os órgãos externos de governança, destacados no quadro ao lado, respondem pela fiscalização, pelo controle externo e por sua regulação.

O Tribunal conta, ainda, com órgãos de apoio à prestação jurisdicional, que são o Ministério Público Eleitoral e o Ministério Público Federal, a quem compete velar pela observância da ordem jurídica, regular a administração da Justiça Eleitoral e defender o interesse público.

Órgãos externos de governança

Congresso Nacional

Tribunal de Contas da União

Conselho Nacional de Justiça

Ministério Público Eleitoral

Ministério da Economia

2.1.2 INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

A **instância interna de governança** é a estrutura administrativa responsável por definir ou avaliar a estratégia e as políticas institucionais, bem como monitorar a conformidade e o desempenho frente ao interesse público, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados.

A **instância interna de apoio à governança** é estrutura administrativa responsável por realizar a comunicação entre partes interessadas internas e externas, bem como pela avaliação dos controles internos e dos processos de governança, de integridade, de conformidade legal e de gestão de riscos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à Administração.

Instâncias internas de governança

Plenário

Comitê Estratégico

Comitê Diretor de TIC

Comitê de Gestão de Pessoas

Comitê Gestor do 1º Grau de Jurisdição

Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais

Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde

Comitê de Integridade e Riscos

Comitê Permanente de Ética

Comitê de Aquisições

Comitê da Qualidade

Instâncias internas de apoio à governança

Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral

Secretaria de Auditoria

Ouvidoria Regional Eleitoral

Assessoria de Segurança da Informação

Assessoria de *Compliance*, Integridade e Riscos

Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão

Assessoria de Governança e Gestão Administrativa

Assessoria de Governança e Gestão de TIC

Núcleo de Governança de Gestão de Pessoas

Comissões permanentes e demais comitês



Des. Raimundo Nonato Silva Santos
Vice-presidente e Corregedor



Dr. Samuel Miranda Arruda
Procurador Regional Eleitoral



Des. Inacio de Alencar Cortez Neto
Presidente



Dr. Hugo Pereira Filho
Secretário das Sessões



Dr. George Marmelstein Lima
Juiz Federal

PLENÁRIO DO TRIBUNAL

O TRE-CE é um órgão colegiado, cujas decisões são tomadas pelo Plenário da Corte, composto por **7 membros titulares** e **7 substitutos**. Também tem assento no Plenário do Tribunal um representante do Ministério Público Federal, escolhido dentre os procuradores da República no estado, para exercer a função de procurador regional eleitoral.

Os **membros** que compõem o Plenário do Tribunal são escolhidos para um **período de 2 anos**, podendo ser reconduzidos, uma vez, por igual período.



Dr. David Sombra Peixoto
Jurista



Dr. Raimundo Deusdeth Rodrigues Júnior
Juiz de Direito



Dra. Kamile Moreira Castro
Jurista



Dr. Roberto Soares Bulcão Coutinho
Juiz de Direito

BASE NORMATIVA

Constituição Federal de 1988	art. 120, § 1º
Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965)	arts. 25 e 27
Regimento Interno do TRE-CE (Resolução TRE-CE nº 708/2018)	art. 2º

RELAÇÃO DE SUBSTITUTOS	CLASSE
Francisco Gladysson Pontes	Desembargador
Emanuel Leite Albuquerque	Desembargador
Antônio Edilberto Oliveira Lima	Juiz de Direito
Demétrio Saker Neto	Juiz de Direito
Francisco Érico Carvalho Silveira	Jurista
Rogério Feitosa Carvalho Mota	Jurista
Glêdison Marques Fernandes	Juiz Federal
Edmac Lima Trigueiro	Procurador

COMITÊ ESTRATÉGICO (COE)

Tem por atribuição acompanhar e avaliar a implementação do planejamento estratégico e os resultados da gestão estratégica, submetendo questões relevantes às instâncias superiores de governança.

As atribuições do COE estão detalhadas no artigo 7º da Resolução TRE-CE nº 905/2022.

Base normativa:

[Resolução TRE-CE nº 905/2022](#), arts. 6º e 7º.



Hugo Pereira Filho
Diretoria-Geral
(Presidente do Comitê)



Dr. Rommel Moreira Conrado
Juiz Auxiliar da Presidência



Dra. Bruna dos Santos Costa Rodrigues
Juíza Auxiliar da Corregedoria



Maria Cecília de Sá Arruda
Secretaria da Presidência



Pedro Bruno Trigueiro
Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral



Rodrigo Ribeiro Cavalcante
Secretaria de Auditoria



Orleanes Cavalcanti de Oliveira Viana Gomes
Secretaria Judiciária



Benedito Sérgio Monte Silva Coelho
Secretaria de Administração



Lorena de Almeida Moraes Belo
Secretaria de Tecnologia da Informação



Cyntia Monteiro Dantas Toscano
Secretaria de Gestão de Pessoas



Iberê Comin Nunes
Secretaria de Orçamento e Finanças



Roberta Laena Costa Jucá
Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral



Edna Fernandes Saboia
Coordenadoria de Eleições



Marcel Leonardo Fonseca Almeida
Coordenadoria de Atendimento ao Eleitor



Waldemir Higino Farias Paz
Ouvidoria Regional Eleitoral



Eduardo Figueiredo Pontes
Cartórios Eleitorais

COMITÊ DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CDTIC)**BASE NORMATIVA**

- [Portaria TRE-CE nº 676/2010](#) – Define a constituição e as atribuições do CDTIC;
- [Portaria nº 669/2015](#) – Inclui a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) no CDTIC;
- [Resolução CNJ nº 370/2021](#) – Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

ATRIBUIÇÕES

Definir políticas e diretrizes, coordenar e articular as ações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará, e outras definidas nas normas internas.

COMITÊ DE GESTÃO DE PESSOAS (CGP)**BASE NORMATIVA**

- [Resolução CNJ nº 240/2016](#) – Política Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário;
- [Portaria TRE-CE nº 347/2016](#) – Institui o Comitê de Gestão de Pessoas – CGP;
- [Portaria TRE-CE nº 645/2019](#) – Altera o Comitê de Gestão de Pessoas – CGP;
- [Resolução TRE-CE nº 866/2021](#) – Política de Gestão de Pessoas no TRE-CE;
- [Resolução TRE-CE nº 867/2021](#) – Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas no TRE-CE.

ATRIBUIÇÕES

Definir e monitorar políticas e diretrizes sobre a gestão de pessoas no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará, e outras definidas nas normas internas.

COMITÊ GESTOR DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO**BASE NORMATIVA**

- [Resolução CNJ nº 194/2014](#) – Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências;
- [Portaria Conjunta TRE-CE nº 4/2015](#) – Define a constituição e as atribuições do Comitê Gestor do 1º Grau de Jurisdição;
- [Portaria Conjunta TRE-CE nº 24/2022](#) – Altera a constituição do Comitê Gestor do 1º Grau de Jurisdição.

ATRIBUIÇÕES

Desenvolve iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciais de primeira instância da Justiça Eleitoral do Ceará.

COMITÊ GESTOR DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**BASE NORMATIVA**

- [Resolução CNJ nº 363/2021](#) – Medidas para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais;
- [Resolução TRE-CE nº 892/2022](#) – Política de tratamento e proteção de dados pessoais da JE-CE;
- [Portaria TRE-CE nº 827/2022](#) – Constituição e atribuições do Comitê Gestor de Proteção de Dados.

ATRIBUIÇÕES

Definir, divulgar e monitorar políticas e diretrizes sobre o tratamento e a proteção de dados pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará, e outras definidas nas normas internas.

COMITÊ GESTOR DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE**BASE NORMATIVA**

- [Resolução CNJ nº 207/2015](#) – Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário;
- [Portaria TRE-CE nº 251/2019](#) – Comitê de Atenção Integral à Saúde da Justiça Eleitoral do Ceará;
- [Portaria TRE-CE nº 360/2020](#) – Altera o Comitê de Atenção Integral à Saúde da JE-CE;
- [Portaria TRE-CE nº 361/2020](#) – Composição do Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde – CGAIS.

ATRIBUIÇÕES

Gerir a política de atenção integral à saúde e fomentar programas, projetos e ações para a sua implementação, acompanhando a sua aplicação, dentre outras.

COMITÊ DE INTEGRIDADE E RISCOS**BASE NORMATIVA**

- [Resolução CNJ nº 410/2021](#) - Normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário;
- [Resolução TRE-CE nº 900/2022](#) - Dispõe sobre o Sistema de Integridade da JE-CE;
- Portaria TRE-CE nº 904/2022 - Composição do Comitê de Integridade e Riscos.

ATRIBUIÇÕES

Gerir o Programa de Integridade da Justiça Eleitoral do Ceará.

COMITÊ PERMANENTE DE ÉTICA**BASE NORMATIVA**

- [Resolução TRE-CE nº 601/2015](#) - Institui o Código de Ética dos servidores do TRE-CE.

ATRIBUIÇÕES

Conduzir a gestão da ética no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará, por meio das competências definidas no art. 2º-A, § 1º, da Resolução TRE-CE nº 601/2015.

COMITÊ DE AQUISIÇÕES**BASE NORMATIVA**

- [Portaria TRE-CE nº 536/2019](#) - Cria o Comitê de Aquisições no âmbito do TRE-CE;
- [Portaria TRE-CE nº 539/2019](#) - Dispõe sobre o processo formal de trabalho no âmbito do TRE-CE e dá outras providências;
- [Resolução TRE-CE nº 840/2021](#) - Política de Contratações do TRE-CE e dá outras providências;
- [Resolução TRE-CE nº 859/2021](#) - Política de Gestão de Pessoas da área de Contratações do TRE-CE.

ATRIBUIÇÕES

Auxiliar a Administração nas decisões relativas às aquisições.

COMITÊ DA QUALIDADE**BASE NORMATIVA**

- [Portaria TRE-CE nº 1.283/2017](#) - Institui a política da qualidade e estabelece os objetivos da qualidade no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará;
- [Portaria TRE-CE nº 1.284/2017](#) - Dispõe sobre a constituição e as atribuições do Comitê da Qualidade da Justiça Eleitoral do Ceará e dá outras providências.

ATRIBUIÇÕES

Assegurar o cumprimento da política da qualidade e zelar pela sua contínua adequação aos propósitos da Instituição, dentre outras definidas na Portaria TRE-CE nº 1.284/2017.

2.2 POLÍTICAS, PROGRAMAS E PLANOS INSTITUCIONAIS

2.2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

O quadro abaixo apresenta as principais políticas de gestão estabelecidas pelo TRE-CE, com base em determinações, diretrizes e estratégias nacionais estabelecidas por órgãos externos de governança.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	REFERÊNCIA NORMATIVA
Gestão de Riscos	Resolução TRE-CE nº 563/2014
Gestão da Qualidade	Portaria TRE-CE nº 1.283/2017
Gestão de Pessoas da Área de TIC	Resolução TRE-CE nº 741/2019
Gestão da Memória	Resolução TRE-CE nº 830/2021
Contratações	Resolução TRE-CE nº 840/2021
Gestão de Pessoas da Área de Contratações	Resolução TRE-CE nº 859/2021
Gestão de Pessoas	Resolução TRE-CE nº 866/2021
Tratamento e Proteção de Dados Pessoais	Resolução TRE-CE nº 892/2022
Gestão Documental	Resolução TRE-CE nº 898/2022
Sistema de Integridade	Resolução TRE-CE nº 900/2022
Segurança da Informação	Resolução TRE-CE nº 920/2022

Em consonância com a [Resolução CNJ nº 435/2021](#), que dispõe sobre a Política e o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, o TRE-CE criou:

- a **Comissão Permanente de Segurança**, regulamentada pela [Resolução TRE-CE nº 903/2022](#); e
- a **Assessoria de Segurança (ASSEG)**, por meio da [Resolução TRE-CE nº 911/2022](#), vinculada à Secretaria da Presidência.



Reunião da Comissão Permanente de Segurança

2.2.2 PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

O quadro a seguir apresenta os [Programas Institucionais](#) implementados no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará.

PROGRAMA	NORMA REGULAMENTADORA	PARA SABER MAIS (item neste relatório)
Acessibilidade	Resolução TRE-CE nº 659/2017	4.5.8 Acessibilidade, Inclusão e Diversidade
Ambientação de Novos Servidores	Portaria TRE-CE nº 817/2016	4.5.7 Pessoas e Competências
Aprendizagem e Desenvolvimento	Resolução TRE-CE nº 304/2006	4.5.7 Pessoas e Competências
Desenvolvimento de Sucessores	Portaria TRE-CE nº 632/2020	4.5.7 Pessoas e Competências
Difusão Cultural	Resolução TRE-CE nº 493/2012	4.5.4 Promoção da Cidadania
Educação Ambiental	Resolução TRE-CE nº 317/2007	4.5.5 Sustentabilidade e Inovação
Educação Continuada em Direito e Processo Eleitoral	Resolução TRE-CE nº 338/2007	4.5.4 Promoção da Cidadania
Eleições	Resolução TRE-CE nº 470/2011	4.5.1 Eleições
Eleitor do Futuro	Resolução TRE-CE nº 316/2007	4.5.4 Promoção da Cidadania
Gestão Documental (PGD-JE/CE)	Resolução TRE-CE nº 807/2021	2.2.1 Políticas Institucionais
Incentivo à Participação Institucional Feminina	Portaria do TRE-CE nº 1.045/2021	4.5.8 Acessibilidade, Inclusão e Diversidade
Preservação da Memória Eleitoral	Resolução TRE-CE nº 238/2004	4.5.4 Promoção da Cidadania
Preparação para a Aposentadoria	Portaria TRE-CE nº 619/2016	4.5.7 Pessoas e Competências
Qualidade de Vida no Trabalho	Portaria TRE-CE nº 521/2015	4.5.7 Pessoas e Competências
Valorização do Mesário	Resolução TRE-CE n.º 337/2007	4.5.4 Promoção da Cidadania

Os [Programas Institucionais](#) da Justiça Eleitoral do Ceará foram estabelecidos e desenvolvidos com o propósito de alcançar seus objetivos estratégicos.



O atual sistema de governança e gestão compreende ainda os [Planos Institucionais](#), que são práticas gerenciais em nível estratégico, tático e operacional, voltadas a impulsionar o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro da instituição, conforme quadro a seguir.

NÍVEL	PLANO INSTITUCIONAL	REFERÊNCIA NORMATIVA	VIGÊNCIA
Estratégico	Plano Estratégico (PE)	Resolução TRE-CE nº 793/2020	2021 - 2026
Estratégico	Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas (PEGP)	Resolução TRE-CE nº 867/2021	2021 - 2026
Tático	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)	Portaria nº 595/2021	2021 - 2026
Tático	Plano de Logística Sustentável (PLS)	Portaria TRE-CE nº 784/2021	2021 - 2026
Tático	Planos de Ação de Acessibilidade e Inclusão	Resolução TRE-CE nº 659/2017	2021 - 2022
Tático	Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP)	Normas aplicáveis	2023 - 2026
Operacional	Planejamento Integrado das Eleições (PIE - 2022)	Resolução TRE-CE nº 470/2011	2021 - 2022
Operacional	Plano Anual de Contratações (PAC - 2022)	Portaria nº 575/2021	2022
Operacional	Plano Anual de Auditoria (PAA - 2022)	Normas aplicáveis	2022

2.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026

Encontra-se em vigor o [Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará 2021-2026](#), aprovado pela [Resolução TRE-CE nº 793/2020](#), o qual segue o alinhamento com:

- a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 ([Res. CNJ nº 325/2020](#));
- as diretrizes estratégicas para o segmento da Justiça Eleitoral oriundas do Tribunal Superior Eleitoral;
- as [recomendações do TCU para aperfeiçoamento da governança e da gestão estratégica](#) nos órgãos federais;
- os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030](#) da Organização das Nações Unidas, no que couber.

A partir desse referencial, foi elaborado o [Plano Estratégico 2021 - 2026](#), que consolida a missão, a visão, os valores, os macrodesafios e seus desdobramentos (objetivos institucionais, iniciativas estratégicas e indicadores de desempenho) para o sexênio, além da representação esquemática do **Mapa Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará**, apresentado na figura ao lado.

Mapa Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará 2021-2026



2.3.1 MACRODESAFIOS E SEUS DESDOBRAMENTOS

Para o segmento Justiça Eleitoral, foram estabelecidos [9 macrodesafios](#), divididos nas **perspectivas Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento**, como se vê no Mapa Estratégico da página anterior.

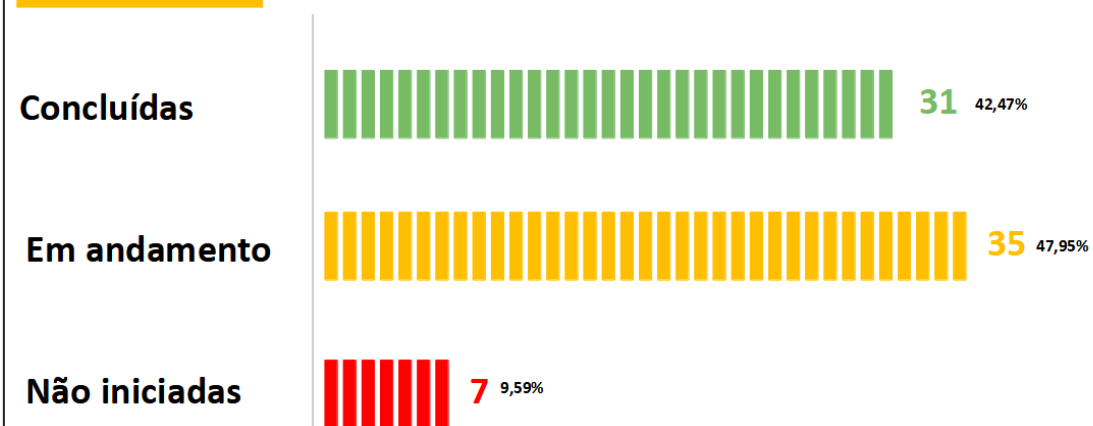
Para assegurar maior efetividade à consecução da Estratégia, os macrodesafios desdobram-se em **objetivos institucionais, iniciativas estratégicas e indicadores de desempenho**, que orientam a atuação do Tribunal no ciclo de vigência. Os macrodesafios e seus desdobramentos, bem como as relações entre eles, encontram-se consignados no [Plano Estratégico 2021-2026](#).

As iniciativas estratégicas são postas em prática por meio das ações e atividades previstas no planejamento setorial anual das diversas áreas, bem como por meio dos programas, projetos e planos de ação, tendo como referências as políticas, os planos institucionais e a proposta orçamentária do exercício.



Monitoramento das Iniciativas Estratégicas do TRE-CE (Biênio 2021 – 2022)

73 iniciativas



Encerrado o primeiro biênio do Planejamento Estratégico vigente, a Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (ASPEG) realizou o monitoramento das iniciativas estratégicas, mediante aplicação de questionário dirigido às áreas gestoras.

Inicialmente, foram planejadas 74 iniciativas, porém, houve a **exclusão da iniciativa “Implementação dos Planos Anuais de Auditoria – PAA”**, por se tratar de prática já consolidada no âmbito do TRE-CE.

O [Glossário de Indicadores de Desempenho](#) apresenta o modelo de mensuração do desempenho institucional e as fichas técnicas de todos os indicadores de desempenho que são monitorados para o acompanhamento do Planejamento Estratégico 2021-2026.

Os resultados encontram-se disponíveis no [Painel de Indicadores de Desempenho](#), que integra o [Observatório de Dados](#), que contém dados institucionais organizados em diversos painéis de BI (*Business Intelligence*).

2.3.2 ANÁLISE ESTRATÉGICA E TOMADA DE DECISÃO

O processo de análise estratégica e de tomada de decisão acontece mediante a realização de reuniões periódicas do Comitê Estratégico (COE), conforme definidas a seguir.

REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA (RAE)

O COE realiza Reuniões de Análise Estratégica (RAE), quadrimestralmente, para monitorar e avaliar os resultados dos indicadores de desempenho, oportunidade em que delibera sobre eventuais ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional. Na primeira RAE do ano, são avaliados os resultados finais do desempenho do exercício anterior. Nas duas RAEs seguintes, o COE avalia os resultados parciais do primeiro e do segundo quadrimestres do exercício corrente.

No ano de 2022, foram realizadas três reuniões, cujos [relatórios](#) são publicados na intranet e internet do Tribunal.

REUNIÕES DE ANÁLISE ESTRATÉGICA EM 2022	
1ª RAE	14/03/2022
2ª RAE	19/07/2022
3ª RAE	16/11/2022

Na [1ª RAE de 2023](#), ocorrida no dia 15/02/2023, o COE realizou a análise estratégica dos [resultados](#) do exercício completo de 2022 e deliberou sobre as questões relevantes para ajustes e melhorias do desempenho institucional.

REUNIÃO DO COMITÊ ESTRATÉGICO (RCE)

O COE realiza reuniões periódicas para tratar de pautas relacionadas ao desenvolvimento de programas, projetos e planos de ação de maior relevância para a gestão estratégica, favorecendo o processo de tomada de decisão. A frequência das reuniões é determinada pelo surgimento de demandas para apreciação, ocorrendo em média duas a três reuniões mensais.

Em 2022, foram realizadas 33 RCEs. Os [relatórios](#) encontram-se publicados na intranet e internet do Tribunal.



3

RISCOS E INTEGRIDADE

3.1 ESTRUTURAS DE INTEGRIDADE

3.1.1 SISTEMA DE INTEGRIDADE

Com base na [Resolução CNJ nº 410/2021](#), que dispõe sobre normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário, o Tribunal delineou o seu [Sistema de Integridade](#) como um conjunto de estruturas, políticas e ações voltadas ao desenvolvimento da cultura da integridade. Esse sistema é composto por instrumentos que definem elevados padrões de conduta para autoridades e servidores(as) na atuação institucional, bem como demonstra o compromisso com a boa governança e com a integridade organizacional.

COMPONENTES:

- [Política de Integridade](#) - estabelece princípios e diretrizes que devem nortear a conduta íntegra na consecução da missão, da visão e dos objetivos institucionais;
- [Programa de Integridade](#) - promove as medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção;
- [Código de Ética dos Servidores](#) - estabelece regras éticas de conduta para os(as) servidores(as), fixando explicitamente deveres e vedações no desempenho das funções públicas;
- [Código de Ética em Auditoria Interna](#) - estabelece regras éticas de conduta para os(as) servidores(as) que prestem serviços de auditoria interna, fixando princípios e requisitos inafastáveis para atuação independente, objetiva e imparcial do(a) auditor(a) interno(a);
- [Estatuto de Auditoria Interna](#) - define a missão da auditoria interna e sua atuação de avaliação e de consultoria na estruturação das três linhas de defesa para aumentar e proteger o valor organizacional;
- [Política de Gestão de Riscos](#) - estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos em todos os níveis de atuação organizacional;
- [Política de Segurança da Informação](#) - declara formalmente o compromisso com a proteção das informações institucionais contra ameaças e vulnerabilidades que possam ocasionar fraudes ou violações;
- [Política de Contratações](#) - define práticas de governança e gestão de contratações com foco no planejamento, no alinhamento com as prioridades e estratégias institucionais, e na adoção de elevados padrões éticos para os agentes envolvidos.



O [Programa de Integridade](#) do TRE-CE é uma iniciativa participante do [Programa Nacional de Prevenção à Corrupção](#), ação decorrente da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), com coordenação e execução da Rede de Controle nos Estados, patrocinada pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).



3.1.2 GESTÃO DA ÉTICA

O [Código de Ética dos Servidores](#) estabelece que a gestão da ética no Tribunal é conduzida pelo **Comitê Permanente de Ética**, colegiado composto exclusivamente por servidores e servidoras estáveis ocupantes de cargo efetivo, observada a paridade de gênero. A atuação desse comitê dá-se pela orientação quanto às condutas dos(as) agentes públicos(as), com vistas a preservar a integridade organizacional contra eventuais desvios éticos, podendo, em situações de baixa gravidade, desenvolver **Termos de Ajustamento de Conduta** como medida pedagógica.



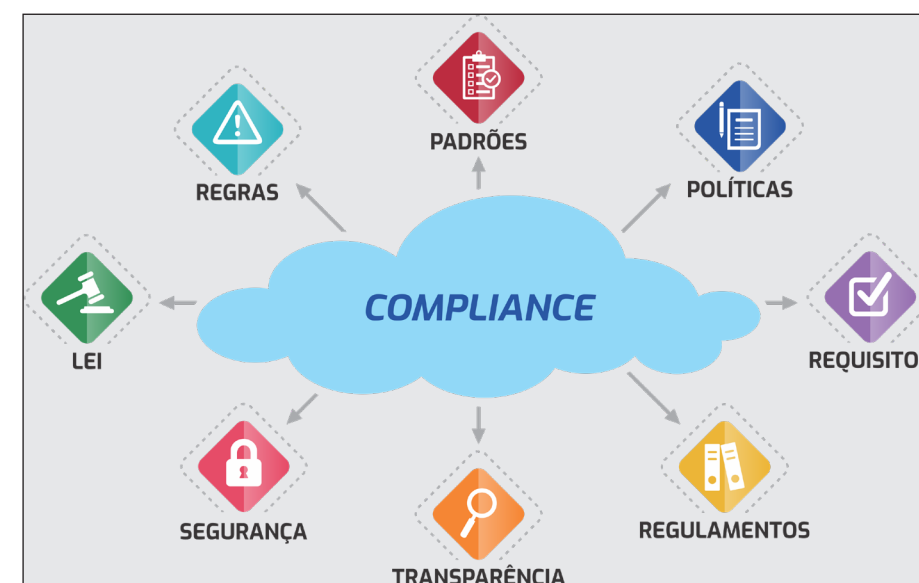
O [Termo de Ajustamento de Conduta](#) é um instrumento de controle da disciplina visando à reeducação do(a) servidor(a) nos casos de infração de menor potencial ofensivo a conduta punível com advertência.

Competências do Comitê Permanente de Ética:

- fazer recomendações ou orientações educativas para esclarecimento de dúvidas sobre a ética profissional dos(as) servidores(as), no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público;
- identificar e mapear os riscos éticos em consonância com a [Política de Gestão de Riscos](#);
- verificar a existência de indício de ato, fato ou conduta que considerar passível de infringência ao padrão ético;
- propor a organização de cursos, manuais, cartilhas, palestras, seminários e programas de treinamento em ética;
- monitorar e avaliar o cumprimento do Código de Ética dos Servidores e das ações programáticas instituídas em decorrência dele;
- processar as demandas relacionadas ao [Termo de Ajustamento de Conduta \(TAC\)](#).

3.2 COMPLIANCE

No ano de 2022, o TRE-CE posicionou na vanguarda da Justiça Eleitoral ao institucionalizar a sua Assessoria de *Compliance*, Integridade e Riscos (ASCIR), unidade orgânica dedicada a maximizar os esforços de conformidade com os mais elevados padrões aplicáveis à Administração Pública.



O que é Compliance?

Com origem no verbo inglês *to comply*, que quer dizer cumprir, obedecer, estar de acordo, define-se **Compliance** como seguir as leis, normas, políticas e procedimentos internos das organizações, observados princípios, valores e padrões éticos.

3.2.1 ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

Como forma de atuar em conformidade com as melhores práticas de governança e gestão, o TRE-CE adotou no seu Planejamento Estratégico um conjunto de indicadores de *compliance*. Esses indicadores foram formulados para mapear relevantes aspectos a serem implementados a partir das recomendações dos órgãos de controle.

Indicadores de *Compliance* no Planejamento Estratégico 2021-2026:

- **Índice de Maturidade em Governança Pública** - baseado na implementação de todos os requisitos avaliados no Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas (iGG), desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União;
- **Índice de Governança das Aquisições** - baseado na implementação de requisitos do iGG especificamente aplicáveis às contratações;
- **Índice de Governança de Pessoal** - baseado na implementação de requisitos do iGG especificamente aplicáveis à gestão de pessoas;
- **iGovTIC-JUD** (Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário) - baseado na implementação de práticas decorrentes da [Resolução CNJ nº 370/2021](#), que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);
- **Índice de Maturidade em Gestão Estratégica** - baseado na implementação das práticas constantes no diagnóstico realizado pelo Conselho Nacional de Justiça em cinco dimensões da gestão estratégica: Planejamento, Execução, Monitoramento e Avaliação, Capacitação e Tecnologia, e Comunicação;
- **Índice de Maturidade da Gestão de Riscos** - baseado nos critérios constantes no Apêndice I do Roteiro de Avaliação de Maturidade da Gestão de Riscos, publicado pelo Tribunal de Contas da União;
- **Índice de Transparência** - baseado nos critérios fixados na aferição do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pelo art. 42-A da [Resolução CNJ nº 215/2015](#);
- **Índice de desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos “Governança” e “Transparência”** - baseado nos critérios fixados na aferição do Prêmio CNJ de Qualidade, que, no ano de 2022, foi regulamentado pela [Portaria CNJ nº 170/2022](#);
- **Índice de cumprimento das recomendações de órgãos de controle** - baseado nas recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, Conselho Nacional de Justiça e Secretaria de Auditoria (unidade de auditoria interna).



Para saber mais: [2.3.1 Macrodesafios e seus desdobramentos](#)

3.2.2 CONFORMIDADE LEGAL

No TRE-CE, a realização da conformidade legal é tratada transversalmente (em todas as áreas e em todos os níveis organizacionais), por meio dos processos de gestão dos riscos que estão associados ao não cumprimento de princípios constitucionais, legislações específicas ou regulamentações externas aplicáveis, bem como de normas e procedimentos internos. A estrutura de tratamento dos riscos de conformidade é estabelecida em 3 (três) níveis:

- **1º Nível:** contempla os controles primários, que são instituídos e mantidos pelos(as) gestores(as) responsáveis pelas unidades administrativas e judiciais;
- **2º Nível:** contempla os controles secundários de avaliação de *compliance* e gerenciamento de riscos;
- **3º Nível:** contempla a atividade de auditoria interna com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

O tratamento dos riscos de conformidade ocorre pela adoção da gestão de riscos como ferramenta de suporte e alinhamento às normas direcionadoras.



Para saber mais: [1.2 Principais normas direcionadoras](#)

3.3 GESTÃO DE RISCOS

3.3.1 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gestão de Riscos da Justiça Eleitoral do Ceará está disposta na Resolução TRE-CE nº 563/2014. Essa norma foi revisada em 2022, com o objetivo de majorar a maturidade do órgão em gerenciamento de riscos, contemplando as seguintes mudanças:

- Tratamento específico para os riscos de integridade, que estão associados às vulnerabilidades que possam favorecer ou facilitar a ocorrência de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta;
- Estabelecimento da Metodologia de Gestão de Riscos, com base no modelo ABNT NBR ISO 31000, para estabelecer os processos de gestão de riscos para uso em âmbito institucional;
- Estabelecimento da competência da Assessoria de Compliance, Integridade e Riscos (ASCIR) para disseminar e dar suporte metodológico à implementação e operacionalização do gerenciamento de riscos;
- Institucionalização do Comitê de Integridade e Riscos, instância de governança responsável por articular, junto aos gestores de riscos, a consecução das ações mitigatórias necessárias para o tratamento dos riscos institucionais.

O ano de 2022, ainda assombrado pela pandemia COVID-19, foi o palco de uma das disputas eleitorais mais acirradas da história brasileira. As Eleições Gerais de 2022 foram especialmente desafiadoras para a Justiça Eleitoral, pelo agravamento dos riscos relacionados à imagem institucional decorrentes de sistemáticos ataques de desinformação e fake news. Nesse sentido, a utilização de uma abordagem proativa de gerenciamento de riscos foi fundamental para o enfrentamento das ameaças e para a exploração das oportunidades de aperfeiçoamento dos serviços prestados.

Adicionalmente, cabe ressaltar que, como parte da permanente busca pela preservação da integridade organizacional, o TRE-CE iniciou uma abrangente revisão dos mecanismos internos de prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento com foco nos riscos de fraude e de corrupção. Essa relevante iniciativa resultou na institucionalização do seu Sistema de Integridade, que abrange a Política de Gestão de Riscos, conforme descrito no item 3.1.1 deste relatório.

3.3.2 METODOLOGIA DE GESTÃO DE RISCOS

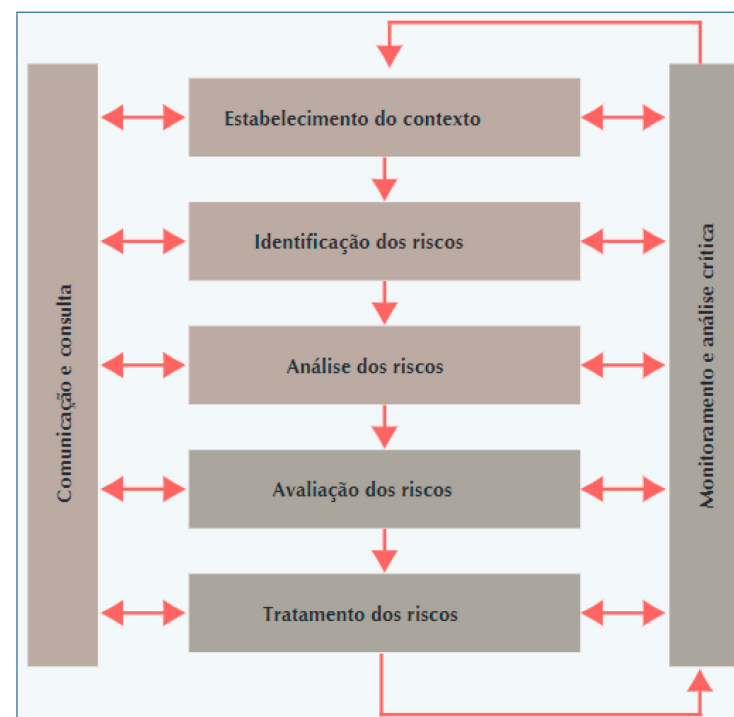
A Metodologia de Gestão de Riscos usada no TRE-CE segue o padrão ABNT NBR ISO 31000, definindo um processo estruturado com 7 (sete) etapas interdependentes:

- Estabelecimento do contexto;
- Identificação dos riscos;
- Análise dos riscos;
- Avaliação dos riscos;
- Tratamento dos riscos;
- Monitoramento e análise crítica;
- Comunicação e consulta.

O propósito da etapa Estabelecimento de contexto é definir o contexto e o escopo do gerenciamento de riscos, a partir do entendimento dos ambientes interno e externo, nos quais os riscos podem afetar os objetivos institucionais. No TRE-CE, o contexto do gerenciamento de riscos pode ser estabelecido para:

- Macrodesafio ou objetivo estabelecido no Planejamento Estratégico;
- Programa institucional;
- Projeto corporativo ou setorial;
- Processo organizacional;
- Unidade administrativa;
- Norma ou regulamento aplicável;
- Indicador de desempenho;
- Contrato ou convênio.

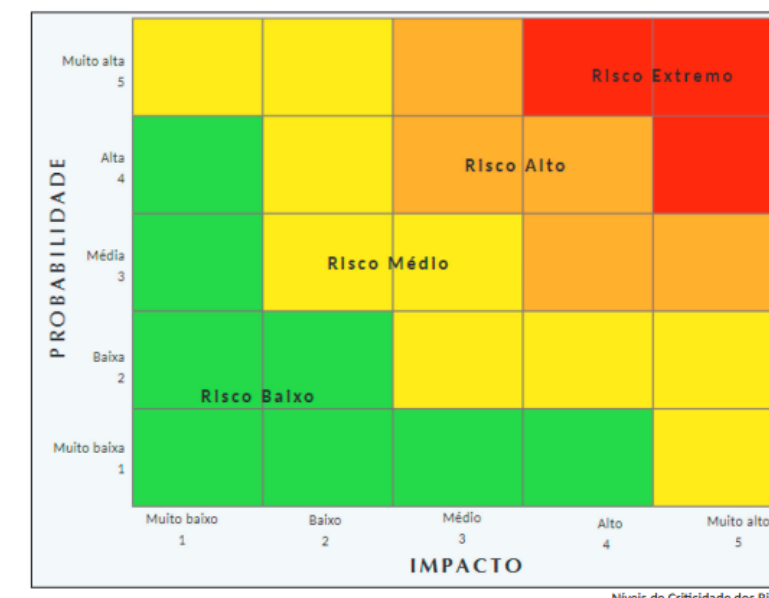
A etapa **Identificação dos riscos** envolve a definição de um evento (ou causa) e de um impacto (ou consequência) no âmbito do contexto definido previamente. O propósito da **Análise dos riscos** é classificar qualitativamente os riscos identificados para garantir a adequada alocação de recursos para tratar aqueles de maior prioridade. A **criticidade** de um risco é obtida pelo produto aritmético entre as estimativas de **probabilidade** e **impacto** realizadas pelos gestores. Ao avaliar a probabilidade de ocorrência do risco, os gestores de riscos consideram os seguintes intervalos para os graus de incerteza do risco:



- **muito baixa (1):** somente pode ocorrer em circunstâncias excepcionais;
- **baixa (2):** pode ocorrer sob certas circunstâncias, diferentes das atuais;
- **média (3):** pode ocorrer nas circunstâncias atuais;
- **alta (4):** deve ocorrer em algum momento, pois as circunstâncias corroboram;
- **muito alta (5):** é quase que certo que ocorra, pois as circunstâncias corroboram e há sinais que apontam uma tendência.

Ao avaliar o impacto do risco, os gestores de riscos consideraram os seguintes intervalos para dimensionar os efeitos causados pelo risco aos objetivos organizacionais:

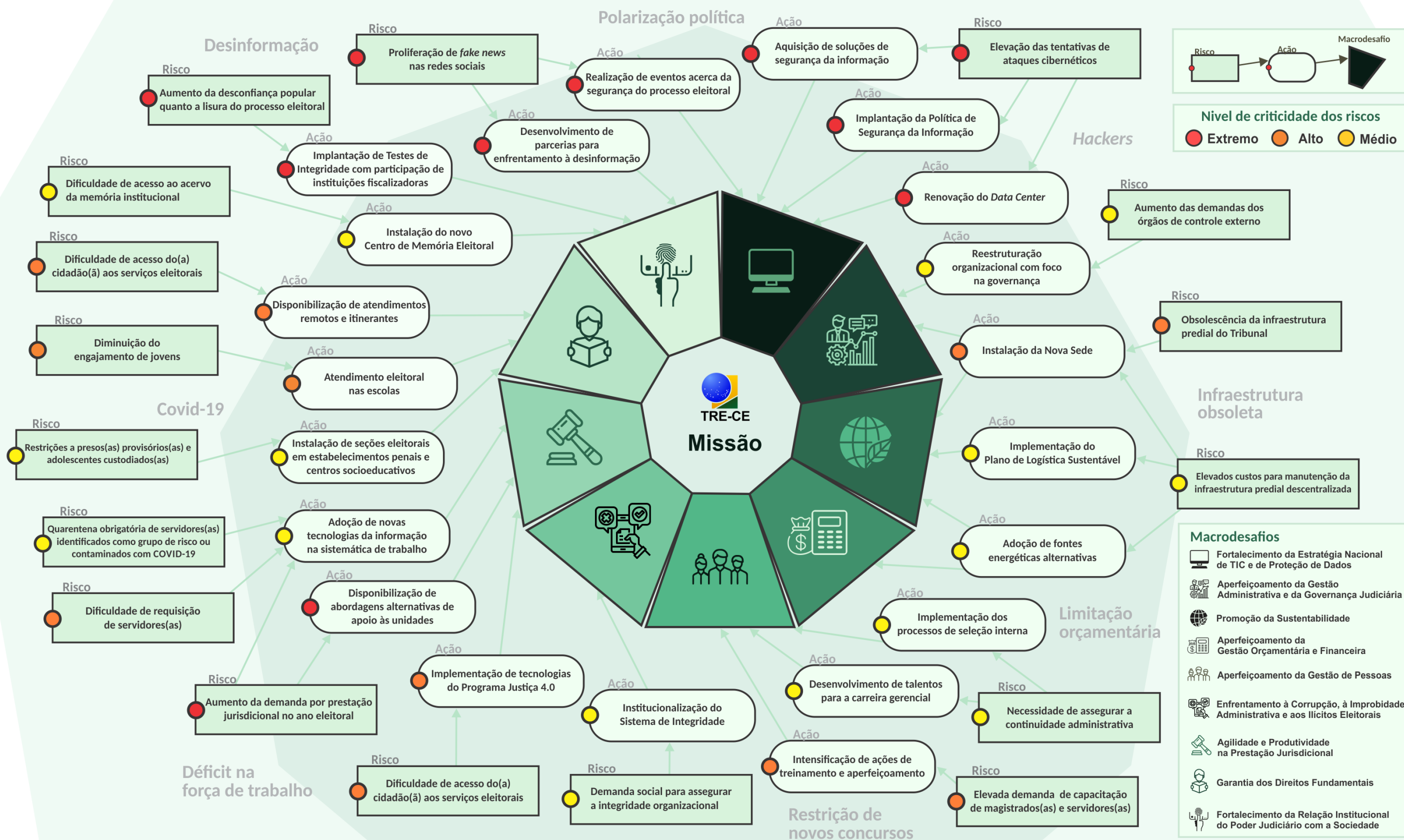
- **muito baixo (1):** quando houver degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos de trabalho, causando impactos mínimos nos objetivos;
- **baixo (2):** quando houver degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos de trabalho, causando impactos pequenos nos objetivos;
- **médio (3):** quando houver interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos de trabalho, causando impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis;
- **alto (4):** quando houver interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos de trabalho, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos;
- **muito alto (5):** quando houver paralisação de operações, atividades, projetos, programas ou processos de trabalho, causando impactos irreversíveis nos objetivos.



Após o dimensionamento da probabilidade e do impacto de cada risco, a Matriz de Riscos é usada para estabelecer o nível de criticidade dos riscos identificados. Assim, os riscos com maiores dimensões de probabilidade e impacto têm maior classificação de prioridade, em relação àqueles com menores consequências e probabilidades. Dessa forma, o TRE-CE adota uma estrutura padronizada para escalonamento e responsabilização de acordo com o nível de criticidade do risco. Nesse lineamento, os riscos extremos são escalonados ao **nível executivo** (Presidência e Corregedoria), os riscos altos são tratados no **nível estratégico** (Diretoria-Geral e Secretarias), os riscos médios são gerenciados no **nível tático** (Coordenadorias), enquanto os riscos baixos são geridos no **nível operacional** (Seções e Cartórios Eleitorais). Por fim, cabe ressaltar que os riscos altos e extremos são avaliados e monitorados pelo Comitê Estratégico, colegiado que compõe a estrutura de governança do Tribunal.

3.4 PRINCIPAIS AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

O TRE-CE faz gestão dos riscos internos e externos com vistas a proteger o valor público gerado pelos grandes objetivos da instituição (**macrodesafios**). Com vistas a assegurar o cumprimento de tais objetivos a instituição emprega a Metodologia de Gestão de Riscos para identificar, analisar e tratar os riscos que possam afetar o alcance dos resultados pretendidos. No ano de 2022, a unidades administrativas gerenciaram **70 (setenta) riscos negativos** e **42 (quarenta e dois) riscos positivos**.





4

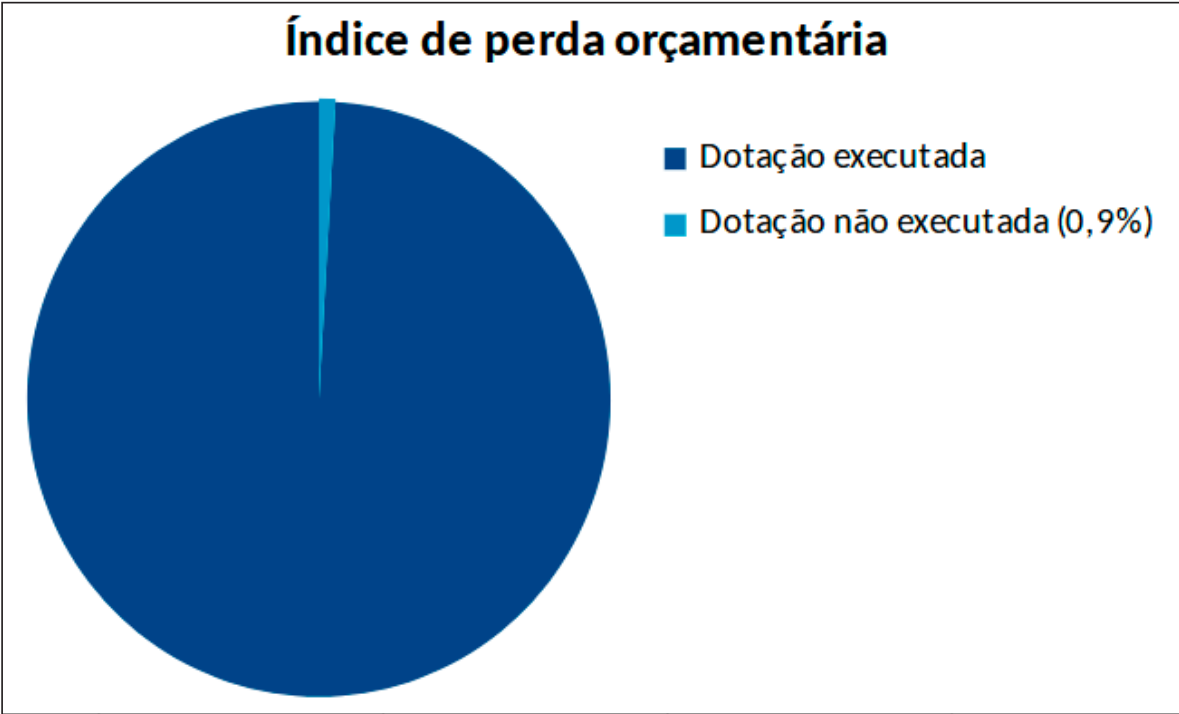
DESEMPENHO INSTITUCIONAL

4.1 RECURSOS FINANCEIROS

A execução orçamentária segue a Lei nº 14.303/2021 e busca garantir o adimplemento das obrigações contratadas a fim de cumprir a missão institucional deste Tribunal.

A Portaria TRE-CE nº 758/2022 estabelece as metas do exercício de 2022 para os indicadores de desempenho do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará.

O **Índice de perda orçamentária** mede a relação entre o valor não executado no ano corrente e o valor total disponibilizado.



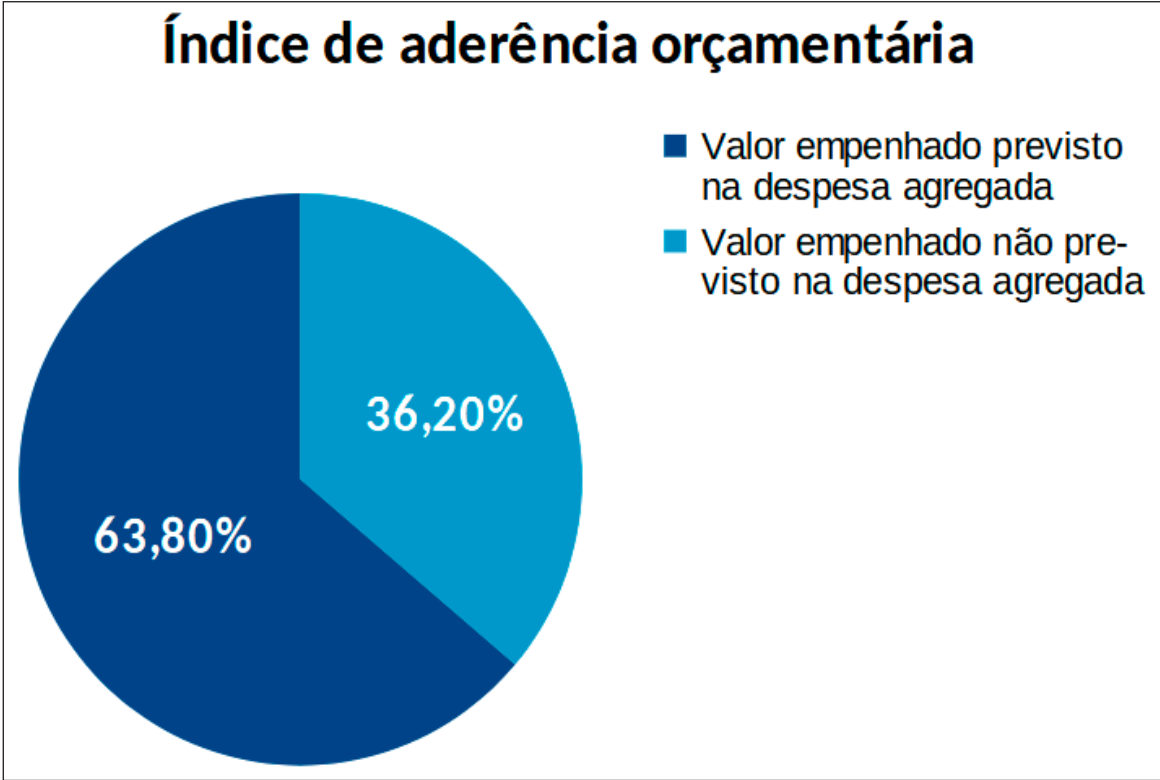
No cálculo deste índice, considera-se apenas a dotação LOA originária, parte referente a despesa discricionária, ou seja, valores referentes às ações 20GP - JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEITORAL e 219Z - CONSERVACAO E RECUPERACAO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA.

Em **2022**, a meta para este índice foi de 7%, enquanto o percentual encontrado foi de 0,90%, tendo em vista frustração de processos licitatórios com aquisição de equipamento de TI e mobiliário para a Nova Sede, bem como, inexecução de valores referentes a reforma da Sede antiga.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	329.226.320,23
DOTAÇÃO EXECUTADA	326.255.931,49
DOTAÇÃO NÃO EXECUTADA (0,90%)	2.970.388,74

META	7%	ALCANÇADO	0,90%
------	----	-----------	-------

O **Índice de Aderência Orçamentária** mede a relação entre o montante executado e o montante previsto em cada plano interno (PI), referente às despesas discricionárias de manutenção geral previstas na proposta orçamentária deste TRE-CE. A meta estabelecida para o ano de 2022 foi de 60%, tendo este Tribunal alcançado o percentual de 63,8%, considerando os motivos já apontados no índice de perda orçamentária, que também influenciam neste índice, acrescido pelo atraso na ocupação da Nova Sede, planejado para janeiro e concretizado apenas em agosto de 2022.



MONTANTE EMPENHADO CORRESPONDENTE AO PREVISTO		326.255.931,49	
META	60%	ALCANÇADO	63,8%



O **Índice de Agilidade nos Procedimentos de Liquidação e Pagamento** visa mostrar o nível de agilidade. Em 2022, a meta para este índice foi de 80%, enquanto o percentual atingido foi de 87,8% dos pagamentos dentro do prazo padrão estabelecido.



META	80%	ALCANÇADO	87,8%
------	-----	-----------	-------

4.2 PARCERIAS E CONTRATOS

Nesta seção, serão apresentadas as parcerias e os contratos firmados no exercício do 2022 pelo TRE-CE.

4.2.1 PRINCIPAIS PARCERIAS

TEMA MATERIAL	ENTIDADE PARCEIRA	OBJETO DO CONVÊNIO/TERMO DE COOPERAÇÃO	NÚMERO	VIGÊNCIA	
				INÍCIO	FIM
 ELEIÇÕES	Universidade Federal do Cariri	A colaboração entre os partícipes, visando ao incentivo da participação voluntária dos estudantes da Universidade Federal do Cariri no processo eleitoral brasileiro.	15/2022	02/06/2022	02/06/2027
	Agência de Fiscalização de Fortaleza - AGEFIS	Programa cooperativo entre CONVENIENTE e CONVENIADA objetivando à disponibilização de pessoal para auxiliar a equipe de fiscalização da propaganda eleitoral.	16/2022	03/08/2022	31/10/2022
	Autorarquia Municipal de Trânsito e Cidadania - AMC	Consiste no estabelecimento de um programa cooperativo entre CONVENIENTE e CONVENIADA objetivando à disponibilização de pessoal para auxiliar a equipe de fiscalização da propaganda eleitoral.	17/2022	10/08/2022	31/10/2022
	Polícia Militar do Ceará	Estabelecimento de um programa cooperativo entre CONVENIENTE e CONVENIADA objetivando à disponibilização de pessoal para auxiliar a equipe de fiscalização da propaganda eleitoral.	20/2022	04/08/2022	30/10/2022
	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	Possibilitar ao TRE-CE utilizar a infraestrutura de conexão à Internet do TJCE, para realização da transmissão de dados em municípios termo das Zonas Eleitorais.	28/2022	23/08/2022	31/10/2022
	Banco do Brasil S.A.	Operacionalização do pagamento do auxílio-alimentação aos COLABORADORES convocados para as Eleições 2022.	29/2022	03/07/2022	28/01/2023
 PESSOAS	Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS	Prestação de cooperação técnica entre os partícipes, com vistas à execução de tarefas para auxiliar, de forma remota, as Zonas Eleitorais indicadas pela Corregedoria Regional Eleitoral na análise e movimentação de ações penais eleitorais.	06/2022	29/03/2022	29/06/2022
	GEAP Autogestão em Saúde	Prestação de assistência à saúde dos servidores e empregados ativos, aposentados e pensionistas do TRE/CE, bem como seus dependentes e respectivos grupos familiares.	13/2022	30/12/2022	30/12/2023

TEMA MATERIAL	ENTIDADE PARCEIRA	OBJETO DO CONVÊNIO/TERMO DE COOPERAÇÃO	NÚMERO	VIGÊNCIA	
				INÍCIO	FIM
 ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E DIVERSIDADE	Secretaria de Administração Penitenciária	Viabilizar em estabelecimentos penais do Estado do Ceará, o direito de voto dos presos provisórios que ostentem a condição de eleitor, bem como daqueles que preencham os requisitos legais para sê-lo.	07/2022	27/04/2022	31/12/2022
	Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo	Viabilizar em estabelecimentos socioeducativos do Estado do Ceará, o direito de voto dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação que ostentem a condição de eleitor, bem como daqueles que preencham os requisitos legais para sê-lo.	08/2022	02/05/2022	31/12/2022
	Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos	Os contratos firmados pelo TRE-CE para prestação de serviços terceirizados para a nova sede, reservarão o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar (desde que o contrato possua o quantitativo de 50 (cinquenta) ou mais trabalhadores), atendida à qualificação profissional necessária.	12/2022	10/10/2022	10/10/2027
	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	A divulgação do Programa Pai Presente aos eleitores que comparecerem presencialmente aos cartórios, centrais ou postos de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.	14/2022	19/05/2022	19/05/2027
 EDUCAÇÃO POLÍTICA	Secretaria da Educação do Estado do Ceará - SEDUC	Realização de ações do Programa Eleitor do Futuro no âmbito das escolas da rede de ensino fundamental e médio do Estado do Ceará.	01/2022	04/03/2022	31/12/2022
	MRH Gestão de Pessoas e Serviços Ltda.	Disponibilizar programas de treinamento em diversas áreas aos funcionários (e parentes de primeiro grau) do CONVENIADO, ofertando incentivo de desconto especial.	24/2022	14/07/2022	14/07/2027


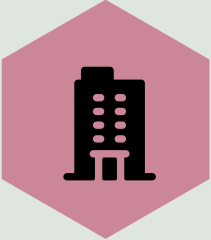

A íntegra dos [convênios firmados pelo TRE-CE](#) encontram-se publicados no site do órgão.

4.2.2 PRINCIPAIS CONTRATOS

TEMA MATERIAL	CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	NÚMERO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA	
					INÍCIO	FIM
 ELEIÇÕES	Agem Tecnologia Distribuidora Ltda.	Aquisição de fones de ouvido descartáveis para as Eleições Gerais de 2022	23/2022	93.000,00	06/05/2022	06/05/2023
	A. Central Transportes Ltda.	Contratação de serviço de recolhimento das urnas eletrônicas (UEs) nas Eleições Gerais 2022 em Fortaleza/CE, com exceção das urnas da 2ª Zona Eleitoral, de 16 (dezesesseis) locais de Apuração para as dependências do CAMU de Fortaleza no dia seguinte ao pleito.	25/2022	61.250,00	10/05/2022	31/12/2022
	Solução Serviços Comércio e Construção Ltda.	Fornecimento de mão de obra terceirizada através da instalação, por prazo determinado, de 642 postos de técnicos em urnas, no intuito de dar suporte nas Eleições 2022	49/2022	4.559.899,97	08/07/2022	31/12/2022
	Maciel Consultores S/S	Prestação de serviço de auditoria externa para exame e validação da organização, condução e conclusão dos trabalhos relativos ao Teste de Integridade referente às Eleições Gerais de 2022	85/2022	143.869,60	31/08/2022	31/08/2023
	K G Nascimento Marketing	Prestação de serviços de filmagem, monitoramento, produção de material gravado e transmissão on-line dos procedimentos do Teste de Integridades das Urnas Eletrônicas	87/2022	100.340,00	06/09/2022	31/12/2022
 PESSOAS	VENEZA	Assistente Social	082/2022	82.800,00	31/08/2022	31/08/2023
	FAZ	Recepcionista	069/2022	4.040.318,60	04/08/2022	04/08/2023
	Lima e Silva Serviços Educacionais e Artísticos	Curso de execução fiscal de multas eleitorais	140/2022	7.500,00	07/02/2022	18/03/2022
	Consultre Consultoria e treinamento Ltda.	Curso completo da planilha de custos, formação de preços e terceirização	1310/2022	3.971,00	11/02/2022	29/04/2022
	A. A. Cabral de C. Pereira	Programa de Desenvolvimento de Sucessores - PDS 2022 - substitutos eventuais das zonas eleitorais e sede do TRE-CE	2246/2022	22.500,00	16/02/2022	02/06/2022
	Associacao dos Arquivistas do Estado de San	IX Congresso Nacional de Arquivologia 2022	2330/2022	300,00	15/03/2022	06/05/2022
	Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda.	Contratação de 5 Vagas no Evento Online "Efd-Reinf e da Dctfweb	3257/2022	6.500,00	17/03/2022	07/04/2022
	One Cursos - Treinamento, Desenvolvimento e C	Nova IN 65/2021 de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços atualizado com as NS e Lei nº 14.133/2021	2469/2022	6.000,00	21/07/2022	29/07/2022
	PS Treinamento Profissional e Consultoria Emp	Capacitação em gestão, segurança e preservação de documentos digitais	1626/2022	29.910,00	19/04/2022	30/06/2022

TEMA MATERIAL	CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	NÚMERO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA	
					INÍCIO	FIM
 <p>PESSOAS</p>	Escola de Negocios Connexoes - Educacao Empre	Prestação de serviços técnicos profissionais especializados de capacitação através da contratação do curso EAD: formação e qualificação de multiplicadores de treinamentos para mesários	4644/2022	60.000,00	01/07/2022	08/07/2022
	Hexagon Assessoria e Consultoria em Gestao Ad	Contratação do curso de aposentadorias e pensões a nova previdência - EC nº 103/2019 -a visão dos tribunais superiores - CNJ/TCU/STF	5031/2022	19.900,00	27/05/2022	02/06/2022
	Supercia Capacitacao e Marketing Eireli	Curso auditoria no setor público - processo de auditoria com foco em governança, riscos e controles	7762/2022	1.680,00	20/05/2022	03/06/2022
	Caio Silva Guimaraes	Curso propaganda eleitoral para as eleições 2022	6525/2022	5.651,82	23/05/2022	03/06/2022
	Fernanda Nicia Nunes Nogueira	Contratação de serviços técnicos especializados de capacitação para realização do programa de preparação para aposentadoria (PPA) do TRE-CE	6855/2022	1.800,00	24/05/2022	24/06/2022
	Adriana Saboia Barbosa	Contratação de serviços técnicos especializados de capacitação para realização do programa de preparação para aposentadoria (PPA) do TRE-CE	6855/2022	1.800,00	24/05/2022	24/06/2022
	Instituto Paranaense De Direito Eleitoral - I	Contratação de 02 (duas) vagas no VIII Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral	8108/2022	2.000,00	25/05/2022	03/06/2022
	Hexagon Assessoria e Consultoria em Gestao Ad	Contratação de prestação de serviços técnicos profissionais especializados de capacitação através da contratação do curso de averbação de tempo de serviço/contribuição atualizado de acordo com as Portarias MF nºs 567, DOU de 20/01/2018, 393, de 31/08/2018 e a Lei nº 13.846/2019	5029/2022	19.900,00	03/06/2022	23/06/2022
	Instituto Paranaense de Direito Eleitoral - I	Contratação de 01 (uma) vaga VIII Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, a ser realizado pelo Instituto Paranaense de Direito Eleitoral - IPRADE	8543/2022	1.000,00	27/05/2022	03/06/2022
	Forum Nacional de Comunicacao e Justica	Contratação de 01 (uma) vaga no XVI Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça - Edição 2022	8232/2022	1.000,00	03/06/2022	05/08/2022
	Centro Latino-Americano de Estudos Juridicos	Aposentadoria especial e aposentadoria da pessoa com deficiência no serviço público federal	6540/2022	11.050,00	10/06/2022	14/07/2022
	V&A Cordeiro Qualific., Consultoria e Trei	Planejamento das contratações públicas e sua importância conforme a nova lei de licitações	5109/2022	26.975,00	22/06/2022	01/07/2022
	Roberto Wagner Lourenco Lima	Oficina desinformação e processo eletrônico de votação	10334/2022	2.784,96	11/07/2022	15/07/2022
	Escola de Negocios Connexoes - Educacao Empre	Compartilhado planejamento, controle e compensação de emissões de carbono em organizações públicas	10092/2022	2.700,00	05/07/2022	05/08/2022

TEMA MATERIAL	CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	NÚMERO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA	
					INÍCIO	FIM
 <p>PESSOAS</p>	Patricia Gasparro Sevilha Greco	Contratação de capacitação por meio da contratação de servidora do quadro efetivo do TRE-PR, Patrícia Gasparro Sevilha Greco, na modalidade instrutoria interna, para realização da oficina Aspectos Processuais das Prestações de Contas Eleitorais	10595/2022	1.283,26	14/07/2022	20/07/2022
	Valeria Cristina Gomes Ribeiro	Oficina: Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências e mobil. reduzida no processo eleitoral	10912/2022	1.010,24	15/07/2022	26/07/2022
	Wendelaine Cristina Correia de Andrade Olivei	Oficina: Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiências e mobil. reduzida no processo eleitoral	10912/2022	1.201,36	15/07/2022	26/07/2022
	Veredas – Consultoria e Estratégias em Direito	Curso on line: Prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e discriminação, para juizes eleitorais e servidores	2022.0.000000385-0	12.000,00	29/07/2022	19/08/2022
	RBR Treinamentos e Eventos Ltda.	Curso prático avançado para formação de agente de contratação, pregoeiro e equipe de apoio sobre operacionalidades do sistema compranet	2022.0.000000386-8	6.570,00	31/08/2022	23/09/2022
	Hexagon Assessoria e Consultoria em Gestão Ad	Palestra: Previdência complementar – reabertura do prazo de migração – cenário, perspectivas e novas regras	2022.0.000005406-3	7.900,00	30/09/2022	07/10/2022
	Integracao Consultoria e Treinamento Ltda.	Curso: Entrevista e seleção por competência	2022.0.000007441-2	2.280,00	26/10/2022	30/11/2022
	Associação Brasileira de Ouvidores	139º Curso Online de Capacitação e 128º De Certificação Em Ouvidoria/ Ombudsman	2022.0.000003366-0	1.964,00	25/10/2022	23/11/2022
	Brasil Solucoes em Capacitacao Ltda.	ETP, TCO e riscos nas contratações de TIC	2022.0.000007976-7	6.750,00	04/11/2022	10/11/2022
 <p>TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</p>	NTSEC Sol.em Teleinf. Ltda.	Equip. Firewall de aplicações web	084/2022	1.835.273,00	28/09/2022	24/01/2023
	Torino Informática Ltda.	Eq. Notebook Ultrabook	096/2022	1.243.470,00	18/10/2022	18/10/2024
	Approach Tecnol. Ltda.	Solução de backup p/ data center	103/2022	1.208.500,00	05/01/2023	05/01/2026
	AX4B Sist. de Inf. Ltda.	Soft. Cibersegurança para Oracle	105/2022	594.800,00	09/12/2022	09/12/2023
	SERVIX Informática Ltda.	Soft. Analisador de vulnerabilidades p/ AD	113/2022	676.306,00	60 meses a partir da data de emissão da Nota Fiscal	

TEMA MATERIAL	CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	NÚMERO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA	
					INÍCIO	FIM
 SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO	Sociedade Comunitária de Reciclagem de Resíduos Sólidos do Pirambu – SOCRELP	Contratação de associação/cooperativa de catadores de materiais recicláveis apta a realizar a coleta seletiva dos resíduos secos produzidos pelo TRE/CE	66/2021	Sem transferência de recursos	17/01/2022	17/01/2027
	Transágua Transportes de Água Ltda.	Contratação de empresa especializada em serviço de coleta de resíduos sólidos (lixo) e remoção de entulho no prédio da nova sede deste Tribunal	08/2022	27.240,00	04/03/2022	04/03/2024
 NOVA SEDE	Cinzel Engenharia Ltda.	Execução da segunda parcela da obra da construção da Nova Sede do TRE-CE	36/2017	67.532.270,92	19/05/2017	31/03/2023
	Alameda Plantas Comércio de Mudas Ltda.	Aquisição de 926 (novecentos e vinte e seis) mudas de plantas constantes no item 07 do Manual de Arborização da SEUMA.	12/2022	44.438,74	24/03/2022	24/09/2022
	Comércio Silveira Atacadista de Móveis Mogi Mirim Ltda.	Aquisição de mobiliário para salas de treinamento e depósitos da nova sede do TRE/CE	32/2022	228.277,72	13/06/2022	13/06/2023
	Didaque Empreendimentos Ltda.	Aquisição de mobiliário para salas de treinamento e depósitos da nova sede do TRE/CE	33/2022	17.550,00	03/06/2022	03/06/2023
	Claves e Notas Comércio de Instrumentos Musicais Eireli	Aquisição de móveis e equipamentos para depósitos, mobiliário para salas de treinamento e depósitos da nova sede do TRE/CE	98/2022	17.697,00	08/11/2022	31/12/2022
	Agil Comércio e Distribuidora de Equipamentos	Aquisição de móveis e equipamentos para depósitos, mobiliário para salas de treinamento e depósitos da nova sede do TRE/CE	99/2022	192.750,00	08/11/2022	31/12/2022
 AQUISIÇÕES	DPCON – Projetos, Construções e Serviços Eireli	Contratação de empresa especializada em elaboração de Planos de Emergência contra Incêndio e Pânico em consonância com os Projetos de Segurança contra Incêndio, existentes nas edificações desta Justiça Eleitoral	05/2022	21.000,00	17/02/2022	17/02/2023
	Ceará Equipamentos de Segurança Ltda.	Fornecimento, instalação e interligação de sistema de segurança constituído de sensores de barreira, sensores de presença, eletrificador de cerca e central de alarme, para os cartórios eleitorais	07/2022	104.588,03	03/03/2022	03/03/2023
	VIP	Manutenção de equipamentos odontológicos	20/2022	16.680,00	10/05/2022	10/05/2023

A íntegra dos [contratos firmados pelo TRE-CE](#) encontram-se publicados no site do órgão.

4.3 INDICADORES DE DESEMPENHO

A avaliação da Estratégia ocorre pela apuração dos resultados dos **indicadores de desempenho** fixados no **Planejamento Estratégico 2021-2026** frente às metas fixadas anualmente por ato da Presidência. Para o ano de 2022, as metas foram estabelecidas por meio da [Portaria TRE-CE nº 758/2022](#). A forma de mensuração de cada um dos indicadores é detalhada por meio do [Glossário dos Indicadores de Desempenho da Justiça Eleitoral do Ceará](#), e os resultados são encontrados na página do [Observatório de Dados](#).

Abaixo, resultados e metas para o ano de 2022.

INDICADOR	RESULTADO 2022	META 2022
Índice de capacitação de servidores	66,56	30
Índice de governança de pessoal	81,88	81,88
Percentual da força de trabalho total participante de ações de Qualidade de Vida no Trabalho (PRQV)	46,24	30
Índice de aderência orçamentária	63,86	60
Índice de agilidade dos procedimentos de liquidação e pagamento	87,88	80
Índice de perda orçamentária	7,44	7
IGovTIC-JUD	66,27	65
Índice de atendimento às demandas por informatização de processos	64,33	50
Percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total (1º G)	100	NE
Percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total (2º G)	100	NE
Índice de atendimento à demanda (IAD) (1º G)	2,51	2
Índice de atendimento à demanda (IAD) (2º G)	0,8972	1
Taxa de congestionamento líquida (TCL), exceto execuções fiscais (1º G)	22,15	30
Taxa de congestionamento líquida (TCL), exceto execuções fiscais (2º G)	9,58	45
Tempo de tramitação dos processos pendentes líquidos (1º G)	379,18	365
Tempo de tramitação dos processos pendentes líquidos (2º G)	133	266
Índice de celeridade na atualização de direitos políticos	NM	NE
Índice de desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos "Governança" e "Qualidade da Informação"	81,91	NE
Índice de execução do Planejamento Integrado das Eleições	63,37	70
Índice de Gestão das Aquisições	61,66	65

INDICADOR	RESULTADO 2022	META 2022
Índice de Governança das Aquisições	92,59	92
Índice de Maturidade em Gestão de Riscos	60	60
Índice de Maturidade em Gestão Estratégica	89	89
Índice de Maturidade em Governança Pública	82,18	80
Índice de cumprimento das recomendações de órgãos de controle	86,36	85
Índice de prescrição (1º G)	0,45	10
Índice de prescrição (2º G)	0,02896	5
Índice de processos administrativos disciplinares baixados	0,87	1
Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais (TpCpICE) (1º G Crimin)	1.328,41	750
Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais (TpCpICE) (1º G Ñ Crim.)	286,78	365
Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais (TpCpICE) (2º G)	150,96	180
Índice de desempenho de sustentabilidade (IDS)	65,75	100
Índice de Satisfação do Usuário via Sistema de Ouvidoria	91,54	90
Índice de Transparência	92,31	NE
Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário	NM	NE
Índice de Acessibilidade	29,73	NE
Índice de Acesso à Justiça	39,4	NE
Índice de Ações de Inclusão Eleitoral	65,33	NE
Índice de Adequação Predial das Unidades Cartorárias	55,07	60
Índice de Promoção de Educação Política sobre o Processo Eleitoral e a Participação Democrática Inclusiva	85	75

- LEGENDA:
- Na coluna “Resultado 2022”:

• NM: Indicador não mensurado em 2022

• Preto: Não foi estipulado meta para esse indicador

• Verde: Meta cumprida

• Vermelho: Meta não cumprida
- Na coluna “Meta 2022”:

• NE: Meta não estipulada para o indicador

Em breve análise, vê-se o quadro geral como **satisfatório**, visto que a maioria dos índices superou sua meta, ressaltando que os dados oportunizam que as instâncias internas de governança acompanhem e avaliem os resultados, podendo promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional.

OUTROS INDICADORES

RANKING DA TRANSPARÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO

Realizado anualmente, o Ranking da Transparência do Poder Judiciário ([Resolução CNJ nº 215/2015](#)) tem como finalidade, com dados objetivos, avaliar o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam aos cidadãos. Em 2022, o **TRE-CE** obteve **92,31%** de conformidade no Ranking. Desde 2019, o TRE-CE vem obtendo um percentual de cumprimento acima de 90%.

DESEMPENHO	2019	2020	2021	2022
	90,98%	91,39%	93,30%	92,31%

PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

O **Prêmio CNJ de Qualidade** ([Portaria CNJ nº 170/2022](#)), importante indicador de desempenho dos órgãos do Poder Judiciário, tem entre seus objetivos o incentivo à produção de dados estatísticos, a promoção da transparência e da melhoria na prestação de informações, bem como o estímulo ao desenvolvimento de mecanismos de gestão e governança, além, ainda, de buscar contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

Dividido em quatro eixos principais (**governança; produtividade; transparência; dados e tecnologia**), o TRE-CE obteve **85,21%** de conformidade, sendo agraciado com o Selo Ouro.



EVOLUÇÃO	2019	2020	2021	2022
	61,50%	79,15%	81,11%	85,21%

Produtividade

Todos

TRE-CE	252
TRE-RR	243
TRE-BA	242
TRE-SC	241
TRE-GO	240
TRE-RO	240

Importante destacar o desempenho no **eixo produtividade**, no qual o TRE-CE ficou à frente de todos os outros 26 regionais, conforme [painel de dados disponível no portal do CNJ](#).

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

O TRE-CE cumpriu todas as **Metas Nacionais do Poder Judiciário** aplicáveis ao segmento Justiça Eleitoral no ano de 2022.

METAS CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA *	RESULTADO
1. Julgar mais processos que os distribuídos. Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	Percentual de cumprimento global: 154,30%
2. Julgar processos mais antigos. Identificar e julgar, até 31/12/2022, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020.	Percentual de cumprimento global: 124,06%
4. Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. Identificar e julgar, até 31/12/2022, 60% dos processos referentes às eleições de 2020, e 90% dos processos referentes às eleições de 2018, distribuídos até 31/12/2021, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.	Percentual de cumprimento global (Eleições 2020): 163,12% (No TRE-CE, já estavam julgados, antes do início do ano de 2022, todos os processos relativos às Eleições 2018)
9. Estimular a Inovação no Poder Judiciário. Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.	A meta avalia a implantação de laboratório de inovação e a elaboração e execução de plano de ação inovadora. O TRE-CE atingiu 140% de cumprimento da Meta.
10. Promover a Transformação Digital – Justiça 4.0. Implementar, durante o ano de 2022, as ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal.	A meta avalia a quantidade de unidades judiciárias com “Juízo 100% Digital” e com “Balcão Virtual” implementados. O TRE-CE atingiu 151,58% de cumprimento da Meta.

* Metas aplicáveis ao segmento Justiça Eleitoral.



RANKING DA SUSTENTABILIDADE

2º lugar da Justiça Eleitoral no 6º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, publicado em 2022, pelo Índice de Desempenho da Sustentabilidade (IDS), relativo a 2021.



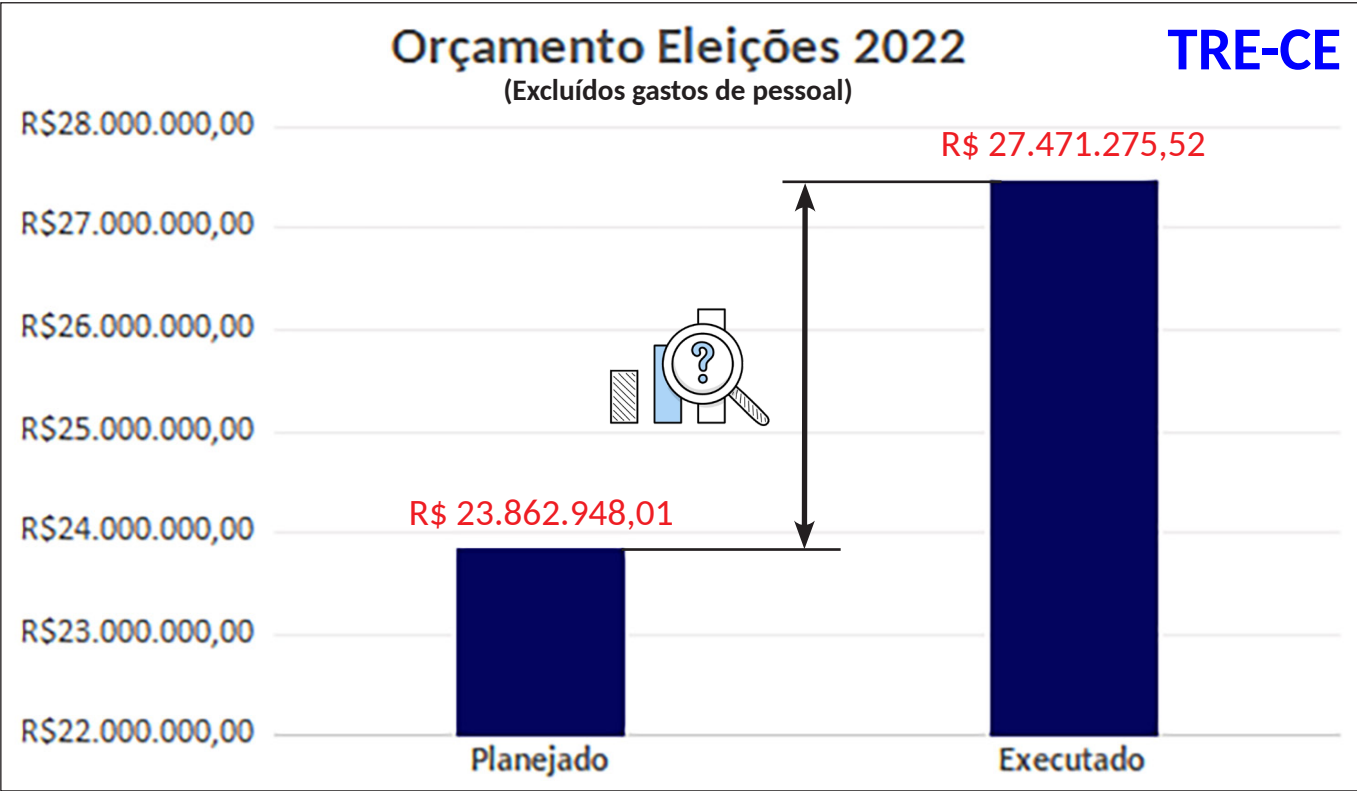
Para saber mais:
item [4.4.5 Gestão da Sustentabilidade](#).

4.4 RESULTADOS

4.4.1 ELEIÇÕES 2022

O PLANEJAMENTO INTEGRADO DAS ELEIÇÕES (PIE)

Elaborado em 2021, o PIE foi executado em 2022. O Programa é composto por **11 projetos corporativos**, que descrevem atividades relativas aos preparativos da eleição, desde o final do prazo para alistamento eleitoral até a diplomação dos eleitos.



A diferença entre o **orçamento planejado** e o **executado** deve-se principalmente ao aumento no valor destinado à alimentação de convocada(o)s.

O **custo do voto** do TRE-CE nas Eleições 2022 foi de **6,06**. O indicador leva em consideração também os gastos ordinários de pessoal, além do valor executado demonstrado, relativizando o quantitativo total do eleitorado cearense.

CUSTO DO VOTO TRE-CE

ELEIÇÕES 2022

#seuvotofazpals

6,06

O que é? Quociente entre...

Despesa Total do TRE-CE* (no pleito)

Eleitorado

Para que serve?

Avaliar redução de custos através de melhores rotinas.

*inclusive gastos de pessoal

Em 2022, pela primeira vez, a(o)s convocada(o)s **receberam o benefício via Pix**, em substituição ao aplicativo Carteira Digital BB e vales postais. Os lançamentos de crédito atingiram **97,32%** (1º turno) e **97,24%**, (2º turno) do total de colaboradora(e)s. O valor do benefício também sofreu incremento em relação às eleições de 2020, passando de R\$ 35,00 para R\$ 45,00 no primeiro turno e R\$ 55,00 no segundo turno.



ATIVIDADES PREPARATÓRIAS

TESTES E SIMULADOS

EVENTO	PERÍODO
3º Teste de Desempenho dos Sistemas de Totalização	25 a 27 de abril
10º Simulado Nacional de Hardware	16 de maio a 17 de junho
4º Teste de Desempenho dos Sistemas de Totalização	29 de junho a 1º de julho
5º Teste de Desempenho dos Sistemas de Totalização	18 a 20 de julho
11º Simulado Nacional de Hardware	25 de julho a 5 de agosto
Simulado Nacional de Totalização e Ecosistema da Urna	8 a 19 de agosto
6º Teste de Desempenho dos Sistemas de Totalização	24 a 26 de agosto
7º Teste de Desempenho dos Sistemas de Totalização	11 de setembro

TREINAMENTOS EM SISTEMAS ELEITORAIS E APLICATIVOS DE URNA

MODALIDADE	PERÍODO	PÚBLICO-ALVO
EAD	12 de setembro a 30 de outubro	Servidores(as) e Apoio Técnico
Presencial	4 e 5 de agosto	Servidores(as)
Presencial	9 e 10 de agosto	Servidores(as) - Zonas com UE 2020
Presencial	26 e 27 de setembro	Apoio Técnico



Urna Eletrônica Modelo 2022/2022: novidades

- processador mais rápido;
- baterias de lítio, ao invés de chumbo-ácido;
- terminal do mesário com teclado *touch screen*;
- utilização de *pendrive* como mídia de aplicação em substituição ao *flashcard*;
- alterações no terminal do eleitor;
- melhorias nos recursos de acessibilidade, inclusive com a novidade do intérprete de libras.

ELEIÇÕES 2022 EM NÚMEROS

DADOS

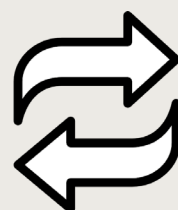
TURNO	MUNICÍPIOS	ZONAS ELEITORAIS	LOCAIS DE VOTAÇÃO	SEÇÕES ELEITORAIS	MESAS RECEPTORAS DE JUSTIFICATIVAS - MRJS	URNAS ELETRÔNICAS (SEÇÃO + CONTINGÊNCIA)
1º	184	109	6.656	24.837	14	25.504
2º	184	109	6.661	24.837	14	25.508

SEÇÕES ESPECIAIS 1º E 2º TURNOS

	COMUNIDADES INDÍGENAS	COMUNIDADES QUILOMBOLAS	ESTABELECIMENTOS PENAI	UNIDADES DE INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVA
SEÇÕES	33	45	8	3
ELEITORES	8.302	10.772	566	161

MESÁRIOS(AS)*	JUNTAS ELEITORAIS*
91.212	205

*Quantitativos referentes ao 1º e 2º turnos.



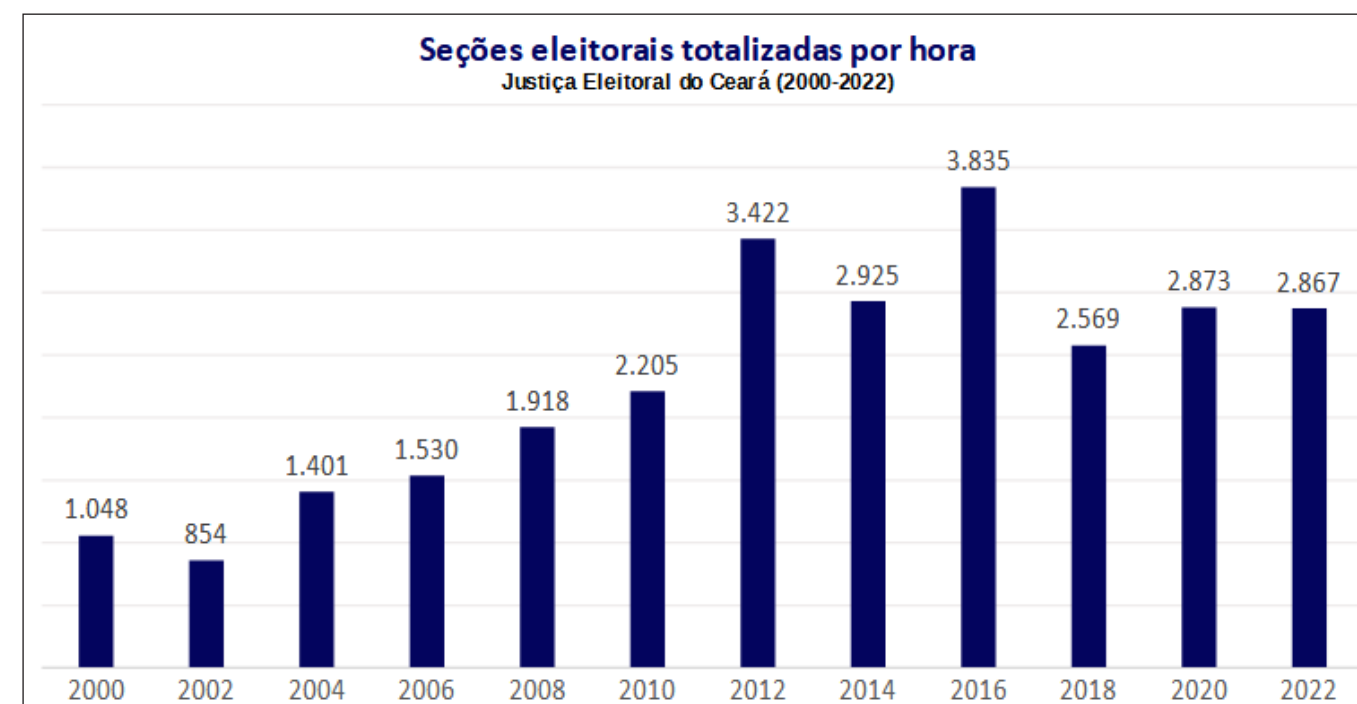
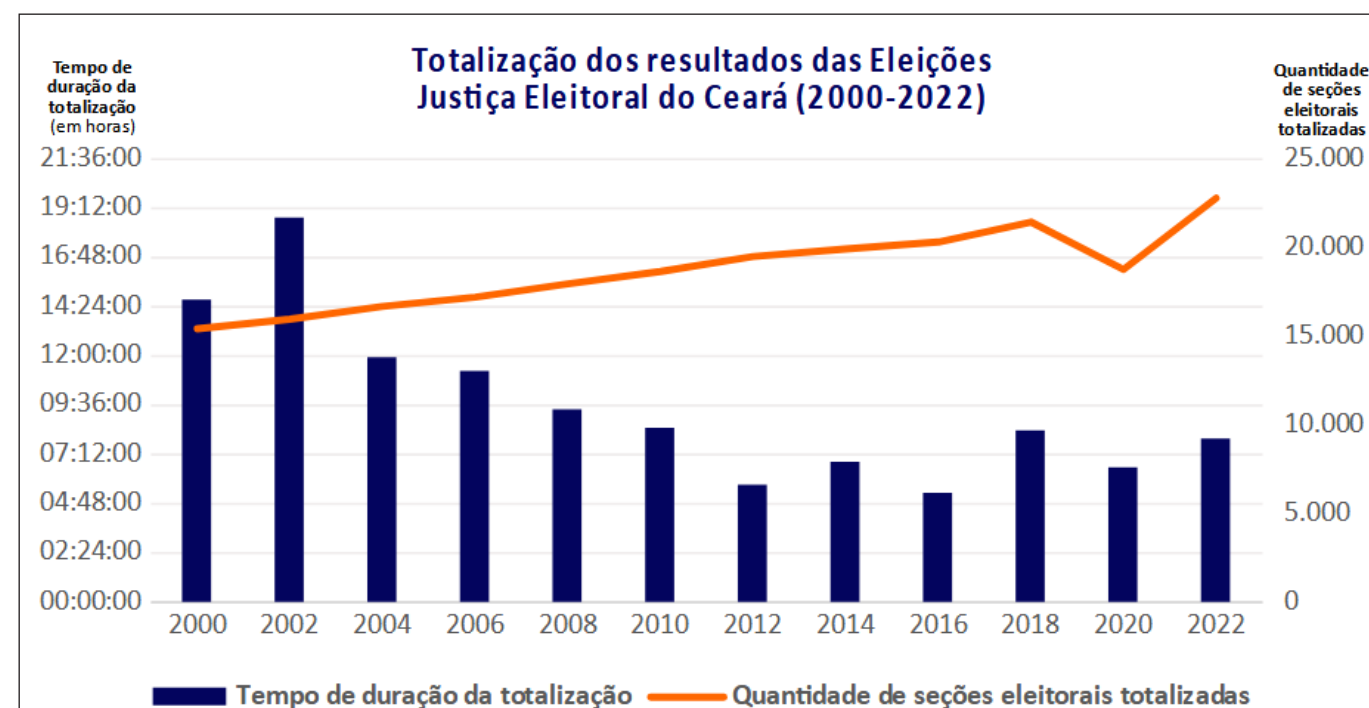
Transferência Temporária de Eleitores (TTE): mudança provisória do domicílio eleitoral, possibilitando aos eleitores votar em outro município dentro de seu estado ou mesmo em outra unidade da federação. A TTE foi ofertada nos municípios com mais de cem mil eleitora(e)s, sendo possível o voto em trânsito no 1º ou 2º turno ou em ambos. No Ceará, houve TTE em **Fortaleza, Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral.**

DISTRIBUIÇÃO DO ELEITORADO

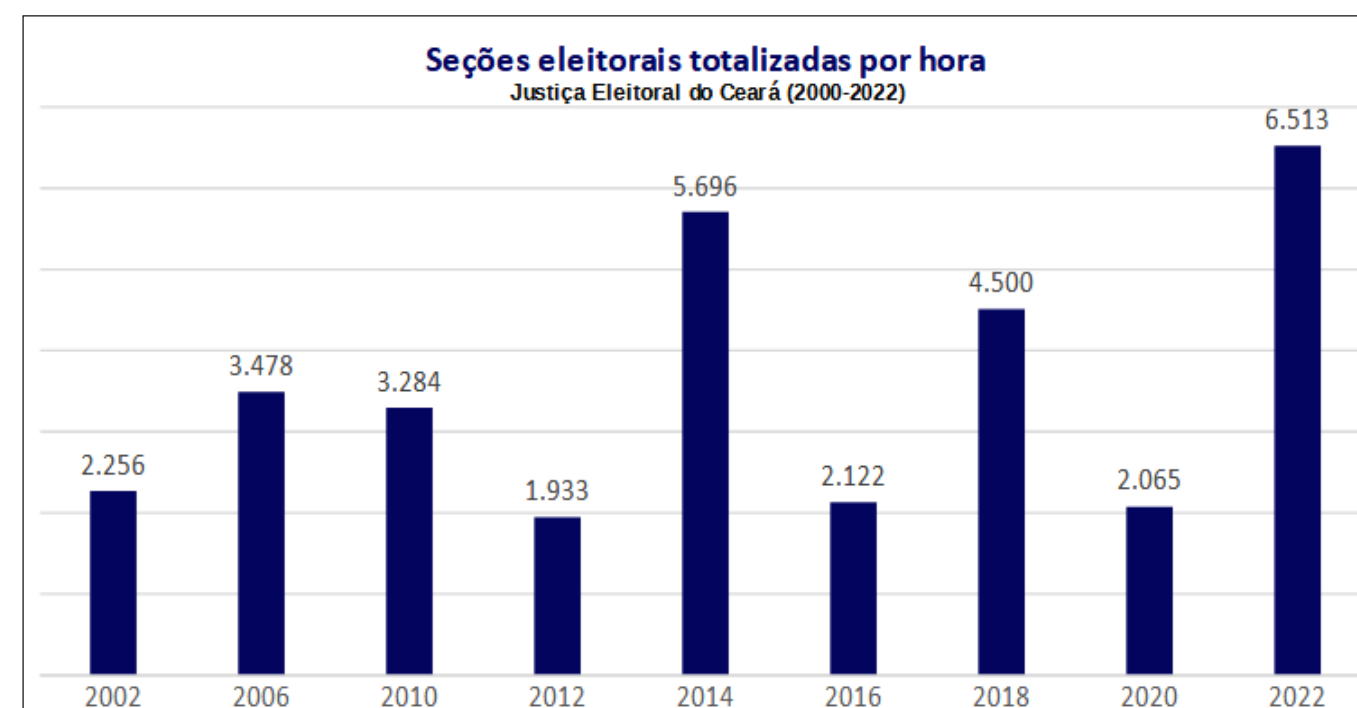
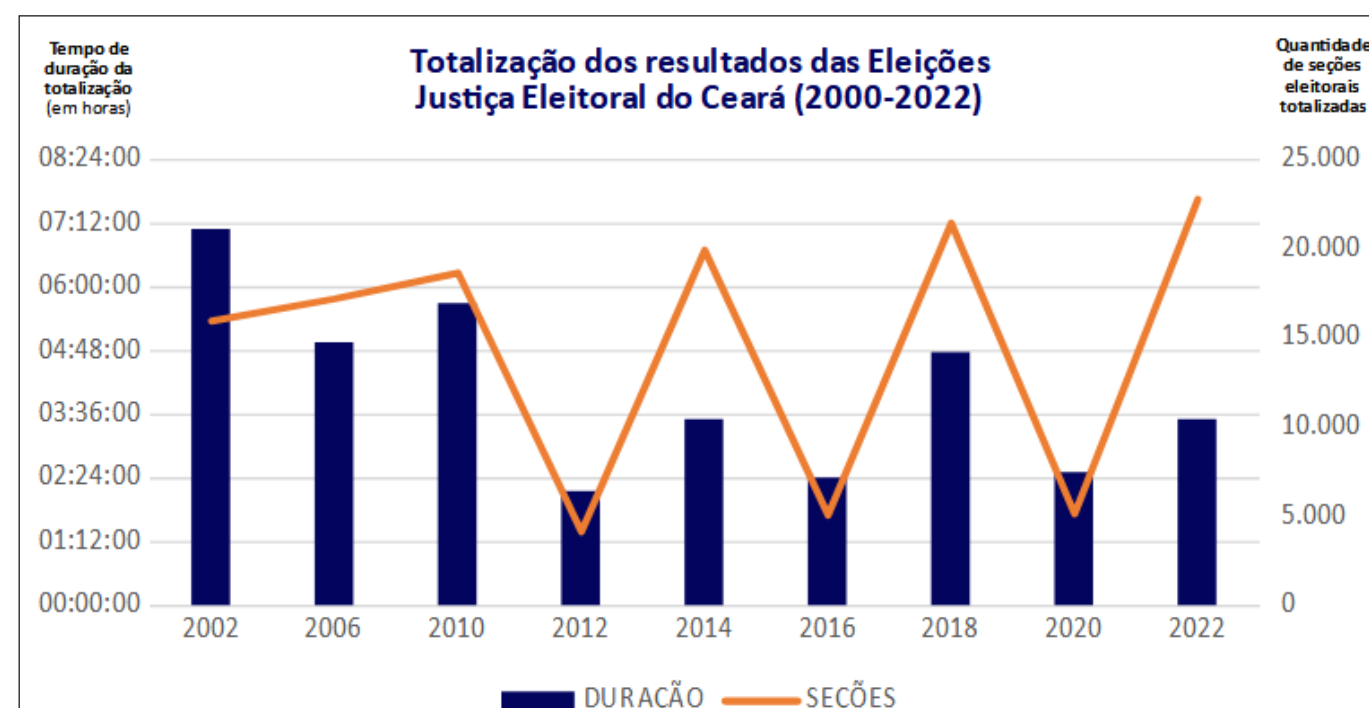
TURNO	ELEITORADO APTO	ELEITORADO CAPITAL	ELEITORADO INTERIOR
1º	6.818.732	1.872.200	4.946.532
2º	6.818.192	1.871.625	4.946.567

TOTALIZAÇÃO: SÉRIES HISTÓRICAS

1º TURNO



2º TURNO



Para saber mais: <https://www.tre-ce.jus.br/eleicao/eleicoes-2022/eleicoes-2022>.

DIPLOMAÇÃO

A cerimônia de diplomação das eleitas e dos eleitos aconteceu no dia 16 de dezembro no Auditório do TRE-CE. Em 2022, a disponibilização de um sistema próprio no portal da Justiça Eleitoral do Ceará permitiu a emissão dos diplomas por interessadas e interessados.



484 diplomas expedidos
(até o final do exercício, conforme Relatório do próprio sistema)

OUTRAS AÇÕES

PROJETO PROPAGANDA ELEITORAL

Coordenação: Secretaria da Corregedoria (SCR)

Objetivo: assegurar o fiel cumprimento da legislação vigente sobre a matéria por meio da adoção de providências destinadas a aperfeiçoar os procedimentos referentes à fiscalização da propaganda e ao exercício do poder de polícia.

Canal de denúncia: Sistema Pardal

Notícias de Irregularidade em Propaganda Eleitoral (NIPs): 1066 autuações (1º e 2º turnos)

OCORRÊNCIAS			
TURNO	TOTAL DE OCORRÊNCIAS	TOTAL POR LOCALIDADE	
1º	1.435	787 (Fortaleza)	648 (demais municípios)
2º	512	259 (Fortaleza)	253 (demais municípios)

AUDITORIA DO FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS



Nas eleições de 2022, o cenário político foi bastante polarizado, com grande disseminação de notícias falsas, principalmente nas redes sociais. Nesse contexto, foram intensificados os ataques à Justiça Eleitoral, principalmente em relação à urna eletrônica (UE), com vistas a descredibilizar a legitimidade do processo eleitoral.

A fim de atestar a segurança das urnas eletrônicas e dos sistemas nelas utilizados, foram realizados, no 1º e 2º turnos, a [Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas](#) (Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas e Teste de Autenticidade dos Sistemas Eleitorais), regulamentada pela [Resolução TSE nº 23.673/2021](#).

Teste de Integridade das UEs | Novidades

- Aumento do número de urnas a serem auditadas de 8 para 35 (27 – Teste de Integridade; 8 – Teste de Autenticidade);
- Definição das seções cujas urnas são submetidas à auditoria, primordialmente, por **indicação das entidades fiscalizadoras**, havendo sorteio somente quando não atingidos os quantitativos determinados;
- Obrigatoriedade de **transmissão on-line** do Teste de Integridade no [canal oficial do Tribunal no YouTube](#);
- Participação de servidores efetivos do Poder Judiciário ou do Ministério como auxiliares nos procedimentos do Teste de Integridade.

Projeto Piloto com Biometria ([Res. TSE nº 23.710/2022](#))

Nas Eleições 2022, o Ceará foi um dos estados escolhidos para participar desse projeto-piloto, que é parte do Teste de Integridade. No Ceará, ele foi realizado em **2 seções eleitorais** do Colégio Ari de Sá Cavalcante, na Capital, **maior local de votação do Estado**. A diferença neste tipo de auditoria é que o(a) eleitor(a), após votar regularmente, é convidado(a) a habilitar com sua própria biometria, caso deseje, a urna eletrônica submetida ao Teste.



ADESÃO DOS(AS) ELEITORES(AS) Projeto Piloto com Biometria	
1º TURNO	2º TURNO
19%	23%

Resultado – Auditoria do Funcionamento das Urnas Eletrônicas

Atestada a regularidade de todo o processo de auditoria, com o êxito nos testes realizados, os quais foram acompanhados por representantes do Ministério Público Eleitoral, do Exército Brasileiro, da Polícia Federal e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), bem como por auditores externos e do TCU, por representantes de Missões de Observação Eleitoral (MOE), que acompanharam os dois turnos das eleições 2022.



PROJETO VOTO DE PRESOS PROVISÓRIOS E JOVENS EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO

Observada a legislação eleitoral pertinente e em consonância com o macrodesafio “Garantia dos Direitos Fundamentais” e o objetivo institucional de “Promover ações de inclusão eleitoral destinadas às minorias sociais e aos presos provisórios”, previstos no Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral do Ceará 2021-2026, a Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral, na qualidade de área coordenadora do Projeto “Voto de Presos Provisórios e Jovens em Unidades de Internação, elaborou o respectivo [Plano de Ação do Projeto](#), cujos principais resultados estão listados abaixo.

- **9 zonas eleitorais** envolvidas (57ª, 66ª, 78ª, 93ª, 117ª, 118ª, 119ª, 120ª e 121ª);
- **650** (seiscentos e cinquenta) **presos(as) e adolescentes custodiados(as)**;
- **11 (onze) seções eleitorais instaladas em 8 (oito) unidades prisionais** nos municípios de Aquiraz, Caucaia, Itaitinga, Juazeiro do Norte, Pacatuba e Sobral, e **em 3 (três) centros socioeducativos de internação** no município de Fortaleza.

MISSÕES DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL (MOE)

Missões de Observação Eleitoral nacionais e internacional acompanharam os trabalhos do 1º e 2º turnos das Eleições 2022 no Ceará. O objetivo era contribuir para o aperfeiçoamento do processo eleitoral brasileiro, ampliando sua transparência e integridade e fortalecendo a confiança pública nas eleições.



MISSÕES DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL
Organização dos Estados Americanos (OEA)
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADep)
Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABDJ)
Transparência Eleitoral Brasil

4.4.1.1 ELEIÇÕES SUPLEMENTARES

Em 2022, foram realizadas [Eleições Suplementares](#) para prefeito e vice-prefeito em apenas um município cearense, cujas informações estão detalhadas no quadro abaixo.

DATA	ZONA ELEITORAL/ MUNICÍPIO	RES. TRE-CE	ORÇAMENTO	ELEITORES APTOS	LOCAIS DE VOTAÇÃO	SEÇÕES	MESÁRIOS
11/12/2022	92ª – Baixio	912/22 e 913/22	R\$ 31.027,36	5.586	9	23	92

4.4.1.2 ELEIÇÕES PARAMETRIZADAS (PARA A COMUNIDADE)

Após dois anos do início da pandemia da Covid-19, a demanda pelo serviço de empréstimo de urnas eletrônicas mostrou-se coerente com a demanda de um ano eleitoral. A seguir, dados gerais das eleições para a comunidade, realizadas em 2022:

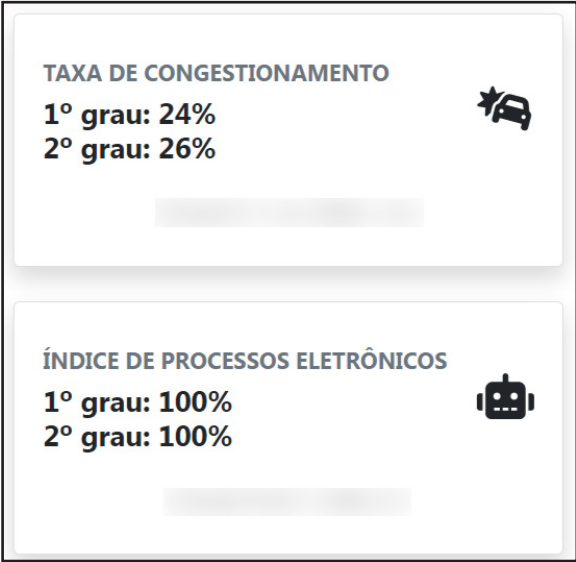
ENTIDADES	SEÇÕES	ELEITORES APTOS	VOTANTES	COMPARECIMENTO MÉDIO
119	223	228.838	43.831	19,15%

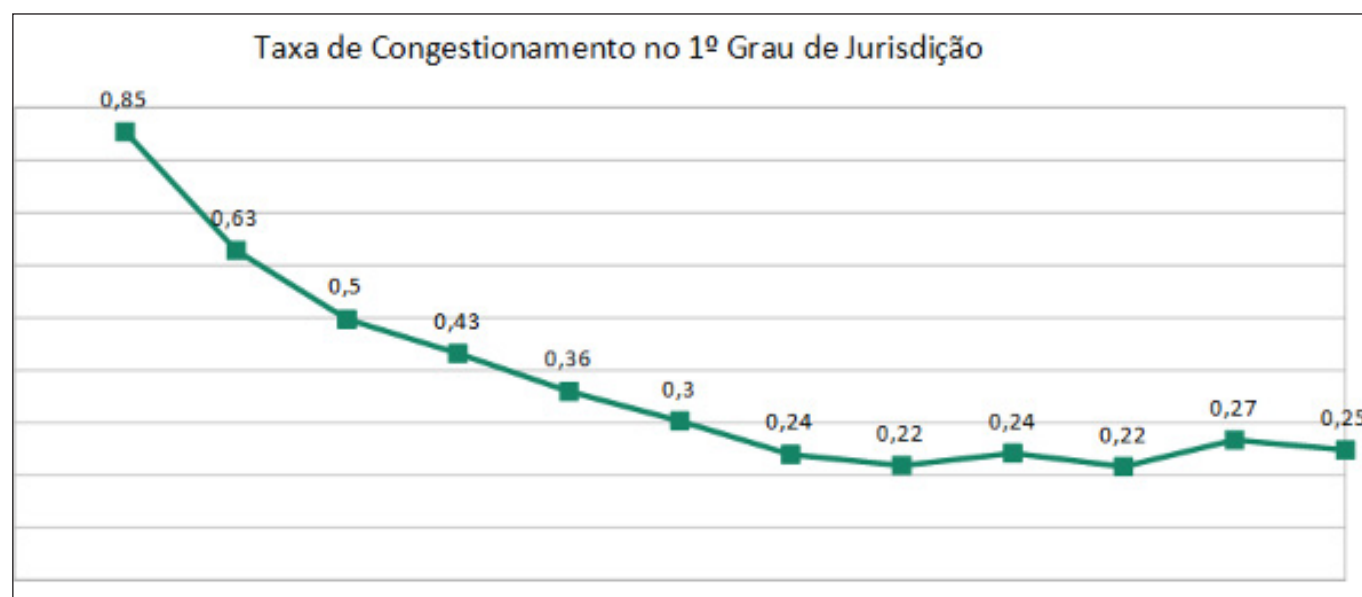
4.4.2 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PRODUTIVIDADE (2022)

Por tratar-se de ano eleitoral, 2022 requereu uma gestão planejada para recepcionar um maior volume de processos relacionados ao pleito. Foram designados Juízes Auxiliares responsáveis pelo julgamento de todas as representações, reclamações, pedidos de direito de resposta, referentes às Eleições 2022.

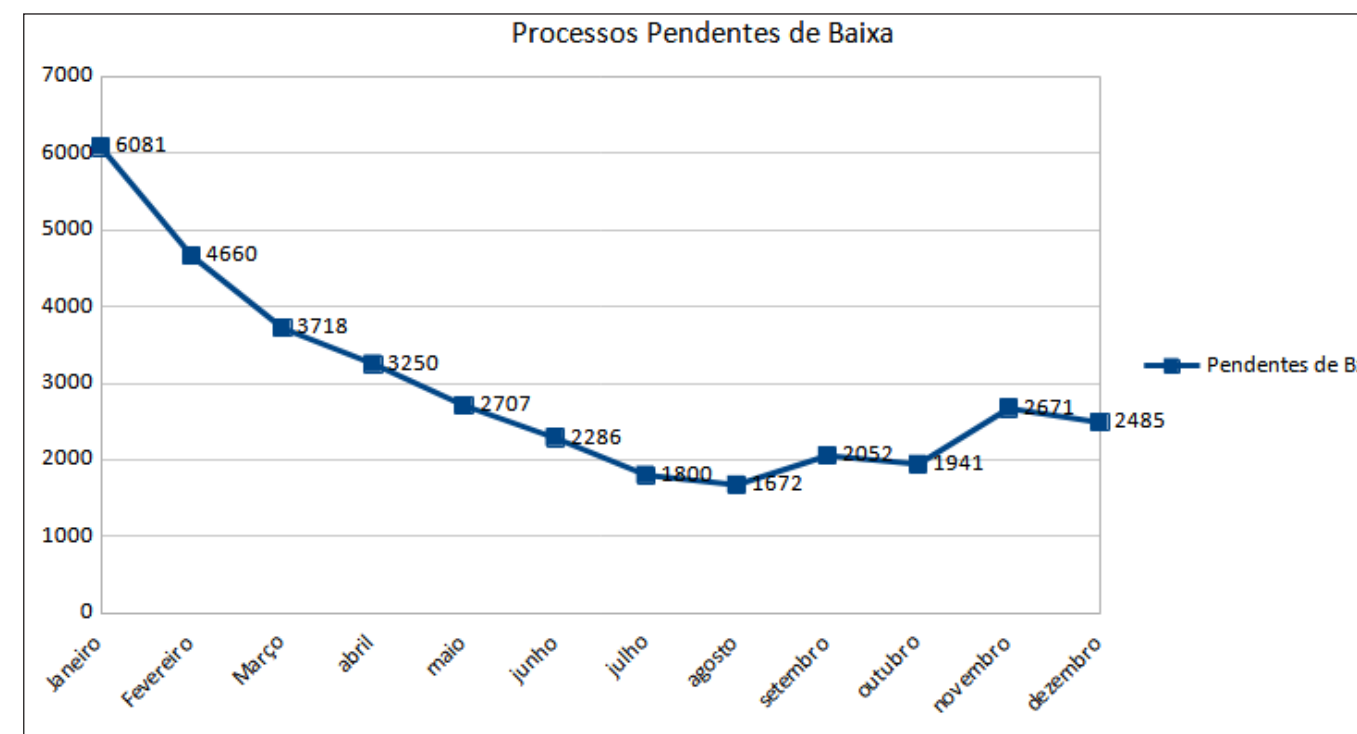
Para a análise dos processos de prestação de contas das Eleições 2022, foram formadas duas **forças-tarefa**: uma que atuou de 2 de novembro a 19 de dezembro de 2022; outra para o período de recesso, iniciado em 20 de dezembro de 2022. Aludidas forças-tarefa, reunidas, trouxeram uma redução significativa do estoque de processos de prestação de contas. De um total de 949 processos, obteve-se a **redução para 150 processos**, dentre os quais constam demandas em prestação de contas em grau de recurso e prestações de contas anuais.





Destacamos também a **redução da taxa de congestionamento** e do **tempo médio dos processos pendentes criminais** no exercício.

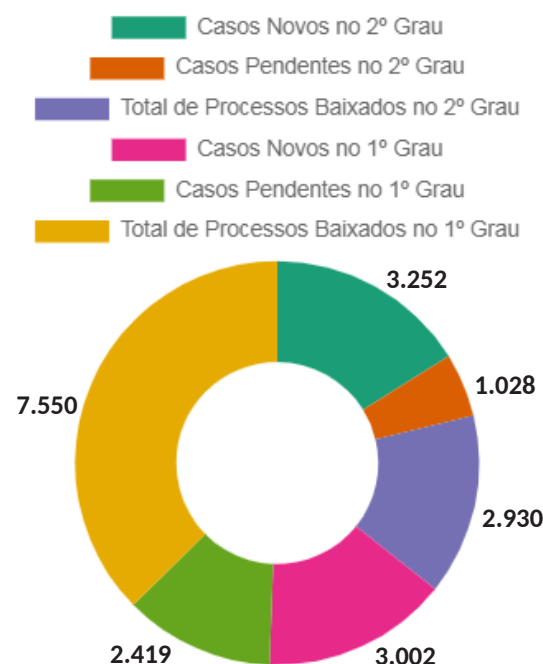
A linha do tempo no gráfico representa a redução da taxa de congestionamento no 1º grau de jurisdição, destacando a taxa em cada um dos meses de 2022.



Da mesma forma está representada a expressiva **redução dos processos pendentes de baixa**, também no 1º grau de jurisdição.

Para se chegar aos resultados das **Metas Nacionais do Poder Judiciário**, demonstrados no item 4.3, os trabalhos da gestão do acervo processual consistiram no monitoramento dos feitos enquadrados nas respectivas metas, com acompanhamento e a análise da tramitação, localização e prazos dos processos.

Com esse trabalho, que geram **relatórios quinzenais** entregues às unidades julgadoras, é possível dar a necessária **priorização processual**.



Em 2022, foi concluída a implementação do novo sistema de jurisprudência (SJUR Web). Tal ferramenta permite o encaminhamento automático das informações constantes dos acórdãos, oriundos do sistema PJe, para o campo de pesquisa de jurisprudência, disponível aos usuários na internet e intranet deste Regional.

AÇÕES CORREICIONAIS

- **Inspeção:** realizada pela Corregedoria, objetiva o aprimoramento do serviço judiciário por meio do exame das operações e sistemas vinculados ao cadastro eleitoral, dos processos e procedimentos em tramitação, dos livros, classificadores e demais documentos, estrutura física, instalações, equipamentos permanentes e demais matérias relacionadas.



- **Autoinspeção (correição ordinária):** realizada anualmente pela autoridade judiciária de primeiro grau anualmente e homologadas pelo Corregedor, tem por finalidade aferir a regularidade do processamento dos feitos judiciais e das informações geridas no cadastro eleitoral, a observância dos prazos e a adequada administração da unidade judiciária, determinando o saneamento de eventuais irregularidades com vistas ao aprimoramento da prestação jurisdicional.

Resultado: processos de autoinspeção dos 109 cartórios eleitorais, referentes ao ano de 2021, foram finalizados e arquivados antes do no primeiro semestre de 2022.

- **Correição** (anteriormente denominada correição extraordinária): realizado pela Corregedoria, este procedimento tem natureza excepcional destinado à apuração de fatos determinados, relacionados com deficiências graves ou relevantes dos serviços judiciais e eleitorais, ou que prejudiquem a prestação jurisdicional, a disciplina e o prestígio da Justiça Eleitoral, ou, ainda, representem descumprimento de resoluções ou outros atos normativos dos tribunais ou corregedorias eleitorais.

3ª ZE - Fortaleza	67ª ZE - Aracoiaba
8ª ZE - Aracati	75ª ZE - Jaguaruana
15ª ZE - Icó	88ª ZE - Eusébio
32ª ZE - Camocim	105ª ZE - Capistrano

8
correições
realizadas

7
processos
concluídos
em 2022

PROCESSOS CORREICIONAIS E DISCIPLINARES

MATÉRIA DISCIPLINAR	QUANTIDADE	SITUAÇÃO DOS PROCESSOS
Reclamação Disciplinar	3	Arquivados
Representação por excesso de prazo	1	Arquivado
Sindicância	5	4 arquivados e 1 em andamento

NOVIDADE: o Provimento CRE-CE nº 5/2022 dispõe sobre relatório a ser apresentado pelos magistrados no final de sua titularidade na zona eleitoral. Resumidamente, o relatório deve conter:

- Relação dos processos judiciais em trâmite;
- Relação dos feitos suspensos;
- Rol de ações paralisadas há mais de 30 dias;
- Relação da força de trabalho da zona (servidoras(es) e estagiárias(os)), com identificação das(os) ocupantes de Função Comissionada;
- Relação dos principais sistemas utilizados na ZE.

4.4.3 SERVIÇOS PARA O ELEITORADO

CADASTRO NACIONAL DE ELEITORES

Em virtude da pandemia de Covid-19, o atendimento presencial ao público só foi retomado no dia 14 de março de 2022, de forma gradual, exclusivamente por agendamento e ainda sem coleta de dados biométricos, conforme diretriz do TSE.

Para os atendimentos relacionados à emissão do título eleitoral, o TRE-CE mantém a adoção da ferramenta **TítuloNet**, desenvolvida pelo TSE. A aplicação permite o *upload* de documentos e confere boa usabilidade no atendimento remoto.

Durante o ano de 2022, foram realizadas **248.031** operações de requerimento de **alistamento eleitoral** em todo o Estado. A título de comparação, em 2021, ano não eleitoral, foram realizadas 88.784. No ano, o total de operações chegou a 450.748.

Série Histórica | Operações realizadas por ano

OPERAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Alistamento	141.535	144.475	162.279	69.349	88.784	248.031
Transferência	119.792	97.165	126.238	45.964	25.344	104.037
Revisão	1.829.469	573.531	998.554	100.411	31.255	85.910
2ª via	4.794	32.007	16.201	3.955	3.663	12.770
TOTAL DE OPERAÇÕES	2.097.607	847.178	1.305.291	219.679	151.067	450.748



Para saber mais: A relação completa dos cartórios eleitorais e unidades de atendimentos está disponível no [portal do TRE-CE](#). Outros serviços ofertados podem ser conferidos na [Carta de Serviços](#).

DISQUE ELEITOR

Por meio do Disque Eleitor, o cidadão teve acesso a diversas informações concernentes ao cadastro eleitoral, consultas à sua situação particular, documentação necessária para seu atendimento, orientações acerca do uso das plataformas de atendimento remoto, bem como acesso à ferramenta de agendamento para os casos em que o atendimento presencial é imprescindível.



QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS

MEIO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Telefone	152.838	168.038	246.542	107.053	77.290	141.885
E-mail	-	-	-	15.391	3.469	4.302

PROJETO TRE EM MOVIMENTO

Lançado pela Corregedoria Regional Eleitoral em 2021, o Projeto surge para agregar ações de cidadania por ocasião das visitas aos cartórios eleitorais pelo Corregedor, objetivando aproximar a Justiça Eleitoral do(a) cidadão(ã).

Em 2022, a 2ª edição do projeto **TRE em Movimento** contou com as seguintes ações:

- Palestras sobre participação da juventude na política, voto consciente e importância do alistamento eleitoral, além da prestação de atendimento eleitoral em 3 escolas de Fortaleza, como parte das atividades da Semana do Jovem Eleitor; e
- Alistamento eleitoral através da Unidade Móvel do TRE-CE, nas cidades do **Crato** (800 atendimentos) e **Sobral** (2.295 atendimentos), nos meses de março e abril.



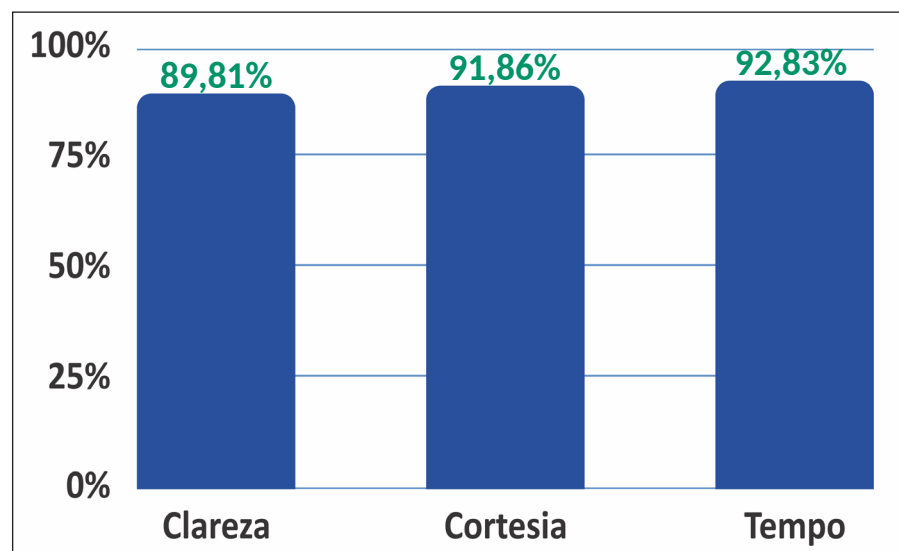
OUVIDORIA EM NÚMEROS (2022)

5.374
Número total
de demandas

Pesquisa de Satisfação do Usuário *

% de usuá(ri)os Satisfeitos ou Muitos Satisfeitos

* Pesquisa respondida por 154 usuá(ri)os



89,08%

Índice de respostas
diretas pela OUVIR

1,4 dia

Índice do Tempo
Médio de Respostas

447,8

demandas por
mês (média)

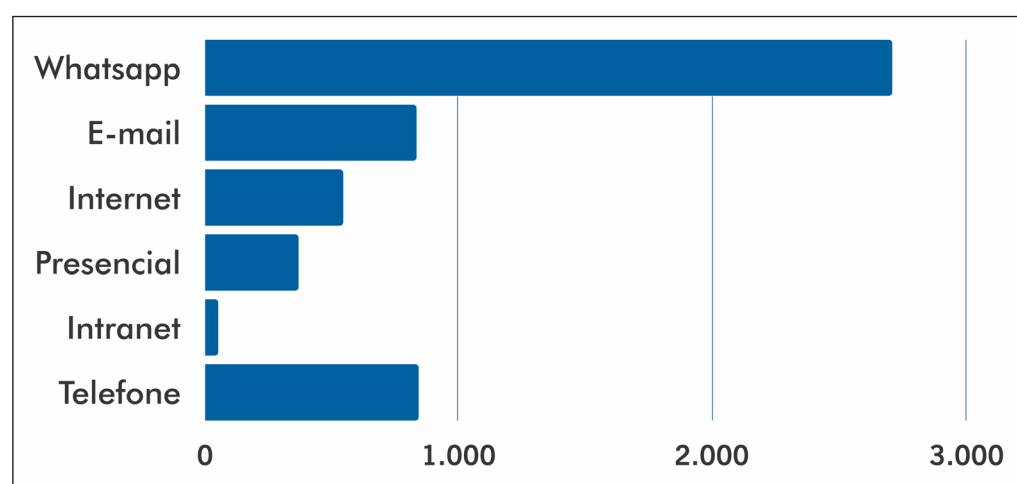
125

demandas recebidas,
com fundamento na Lei
de Acesso à Informação

TIPOS DE OCORRÊNCIA

CRÍTICAS	ELOGIOS	SUGESTÕES	RECLAMAÇÕES	DENÚNCIAS	PEDIDOS DE INFORMAÇÕES
Transferência de Domicílio, Eleições, Atendimento ao Público	Atendimento ao Público, Voto em Trânsito	Mesário Voluntário, Acessibilidade, Concurso, Ouvidoria da Mulher	Título de Eleitor, Fila Longa e Demorada, Local de Votação, Propaganda Eleitoral	Propaganda Eleitoral, Servidor, Trabalhador não liberado para votar, PM no local de votação	Título de Eleitor, Certidão, Cadastro Eleitoral, Vale Postal Mesário, Local de Votação
03	50	74	234	295	4.718

Demandas por canal de atendimento



Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria (TCRR) **

** mede o tempo médio, em dias úteis, entre o recebimento de cada manifestação dos usuá(ri)os dirigida às Ouvidorias e o envio de sua resposta.

$$TCRR = (Cr / Cdo) * 100$$

Cr = Contatos com Resposta

Cdo = Contatos dirigidos à OUVIR + Contatos Anteriores Respondidos

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
TCRR (%)	100	99,25	97,72	99,03	98,90	96,95	95,23	97,46	98,53	90,52	99,36	98,95

4.4.4 PROMOÇÃO DA CIDADANIA

No exercício 2022, o TRE-CE, na busca do atingimento de sua **visão de futuro** – que envolve tornar-se modelo de excelência também na **educação política** da sociedade –, bem como cultivando o **valor institucional** da cidadania, desenvolveu, por meio da [EJE/TRE-CE](#), diversas ações, em **3 esferas de atuação** principais:



EDUCAÇÃO POLÍTICA

O [Programa Eleitor do Futuro](#) e o [Programa de Valorização do\(a\) Mesário\(a\)](#) do TRE-CE contemplam, dentre outras atividades, ações de educação política.

Em 2022, participaram voluntariamente dessas ações 31 integrantes do **Banco de Formadores(as) da EJE-CE**, composto por servidores(as) efetivos(as) e requisitados(as).

EDUCAÇÃO POLÍTICA EM 2022

86

AÇÕES

14.121

PESSOAS IMPACTADAS



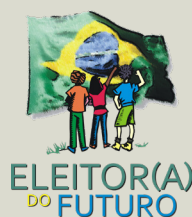
Palestra: “Juventude Cidadã: Protagonista da Democracia”

Abordou a participação da juventude na política, voto consciente e a importância do alistamento eleitoral, além do enfrentamento à desinformação e dos riscos de compartilhamento de informações sem a devida checagem.

– Alcance (escolas): 23 municípios | 113 escolas no Ceará

– Formatos: Presencial | Remoto

– Programa:



– Parcerias externas:



– Unidades parceiras (TRE-CE):



Zonas Eleitorais

Webinar

**Cidadania e Desinformação:
um rolê da democracia**
PROGRAMA ELEITOR DO FUTURO/TRE-CE
05 de Abril - 16h

Palestrante



Edna Saboia

Convidado



Gladysson Pontes

Convidada



Jucineide Fernandes

Mediadora



Helena Rocha

Webinário: “Cidadania e Desinformação: um rolê da Democracia”

No evento, foram abordados temas como democracia, cidadania, acessibilidade, inclusão, protagonismo juvenil, desinformação e importância do voto consciente, além de ter sido apresentada a ferramenta Título Net.

– Programa:



– Parceria externa:



Palestra: “Segurança do processo eleitoral e o combate à desinformação”

A ação tratou dos seguintes temas: participação democrática, segurança do processo eleitoral e da urna eletrônica, enfrentamento à desinformação, formas de fiscalização e de participação da sociedade no processo eleitoral e como ser mesário(a) ou auxiliar de eleição. Ao final, foi apresentado o novo modelo da urna eletrônica.

– Programa:



CULTURA

No TRE-CE, as atividades culturais são executadas pelo [Programa de Difusão Cultural da Justiça Eleitoral do Ceará](#), que tem por objetivo promover atividades culturais por meio de palestras, debates, exposições, performances teatrais e outros eventos.



Em relação a esse eixo de atuação, o destaque para o exercício 2022 foi a realização do [Encontro Literário da Justiça Eleitoral do Ceará](#), como parte das comemorações à **Semana do Livro e da Biblioteca**. Na ocasião, foram homenageados(as) servidores e servidoras que têm livros e capítulos de livros publicados.



MEMÓRIA ELEITORAL

O exercício de 2022 foi marcado pelos seguintes marcos comemorativos alusivos à matéria eleitoral, dentre os quais destacamos:

- 25 anos da urna eletrônica no Brasil;
- 90 anos do voto feminino no Ceará;
- 90 anos da Justiça Eleitoral.

Nessa esteira, o TRE-CE desenvolveu diversas ações, por meio do [Programa de Preservação da Memória da Justiça Eleitoral do Ceará](#), detalhadas a seguir:



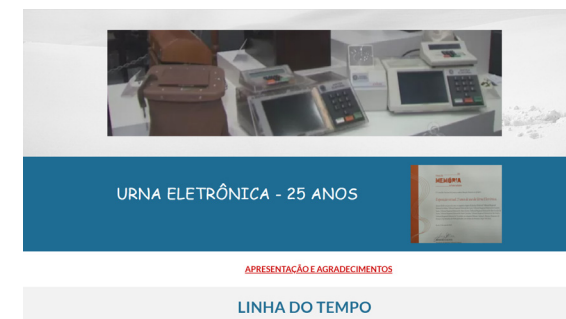
Exposição virtual: 25 anos de uso da Urna Eletrônica - Menção Honrosa no Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário 2022 (em parceria com TRE-BA, TRE-ES, TRE-MT, TRE-RN, TRE-SC, TRE-SP e TRE-TO)

Durante sua participação no **II Encontro de Memória do Poder Judiciário**, em maio de 2022, o TRE-CE recebeu Menção Honrosa no prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário, na categoria

“Difusão Cultural e Direitos Humanos”, pelo projeto

[Exposição virtual 25 anos de uso da urna eletrônica](#), realizado de forma colaborativa por oito tribunais.

Essa exposição virtual objetivou mostrar um pouco da diversidade de meios e estratégias utilizados para tornar possível o ato de votar, desde 1932 até os dias atuais.



Palestra “90 anos do voto feminino no Ceará”

Por ocasião da **20ª Semana Nacional de Museus**, foi realizada a roda de conversa “90 anos do voto feminino no Ceará”. Durante o evento, que foi o primeiro totalmente presencial do TRE-CE

desde o início da pandemia, foi traçado um panorama da busca feminina pelo direito ao voto, explicando que a luta por esse direito está historicamente ligada à imagem e à atuação das feministas.

90 anos do voto feminino no Ceará

O VOTO FEMININO
Adília de Albuquerque Moraes

(...) O decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, assinado pelo sr. Getúlio Vargas, com a referência de seus dignos ministros, integra a mulher brasileira no gozo de sua mais lúbrica aspiração, concedendo-lhe os sufrágios populares.

A princípio, o voto feminino foi estudado, com restrições, para logo em pós ser autorgado com todas as prerrogativas almejadas. Assim é que, na parte primeira do Código Eleitoral vigente, encontramos: art. 21 - “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código, e tão liberal é ratificado este direito, que não exclui a mulher casada com estrangeiro ou mesmo aquelas que tenham vida malsã. Fizeram-se reparos em torno do caso, mas, uma bem inspirada coerência não a modificou. (...)”



Movimento victorioso

O movimento iniciado neste capital em torno do voto feminino vai obtendo rápidos sucessos. Hátem, requereram inclusão na lista eleitoral de Fortaleza as senhoras: srta. Cruzes do Carmo Rocha, digníssima consorte do nosso compatriota Domestico Rocha, e Carmelita Barreto do Aboim, esposa do sr. Alphon Aboim, redactor do “O Ceará”.

Hoje não effectuar idéico requerimento, ao que nos informam, as senhoras: d. Clemente Dutra Barbosa, esposa do sr. João Baptista Dutra Barbosa e d. Oda Menezes, consorte do sr. Paulo Epitácio Menezes.

Como vêm os leitores, a idea vae de vento em popa e é de esperar da mesma magnifica resultadão.



Comemoração dos 90 anos da Justiça Eleitoral

Em 02/08/2022, houve as comemorações pelos 90 anos da Justiça Eleitoral.



Série de Posts

Carrossel e vídeo

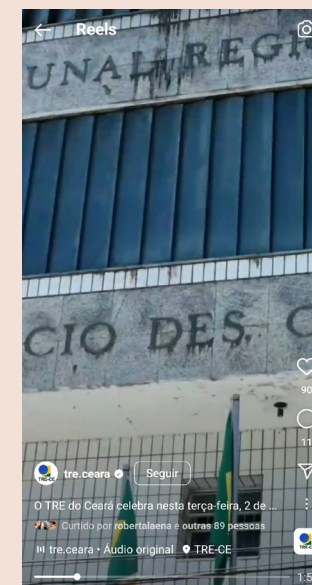
“90 anos de instalação do TRE-CE”

(em 02/08/2022)



1.775

contas alcançadas



Post

Vídeo

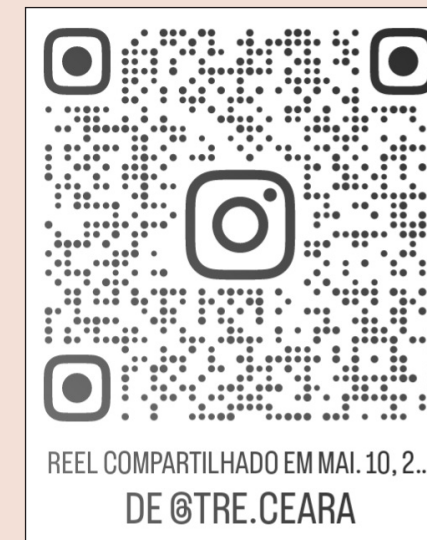
“Dia da Memória do Poder Judiciário”

(em 10/05/2022)



714

contas alcançadas



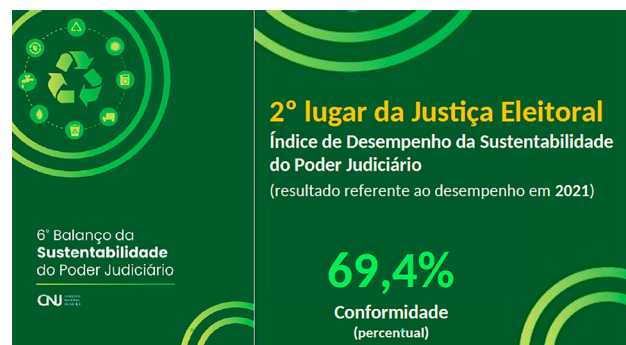
MEMÓRIA ELEITORAL DO TRE-CE NA INTERNET

[Portal da Memória](#)

[Centro Virtual de Memória](#)

4.4.5 GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

O [Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral do Ceará – PLS-JE/CE 2021-2026](#) (Portaria nº 784/2021) é o instrumento que visa a promover e consolidar a sustentabilidade como valor institucional, em conformidade com a política de sustentabilidade do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 400/2021) e alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).



Em 2022, o TRE-CE alcançou uma posição de destaque no [6º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário](#), publicado anualmente pelo CNJ.

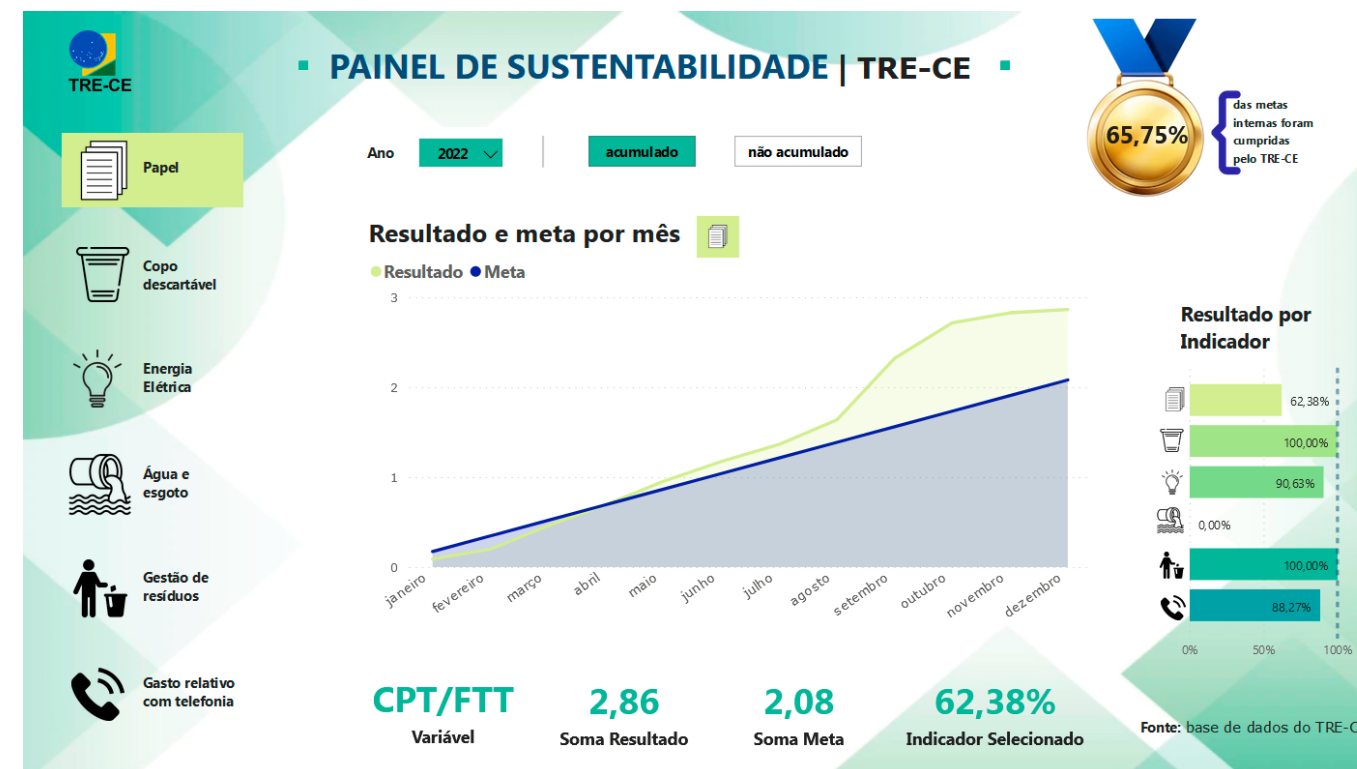
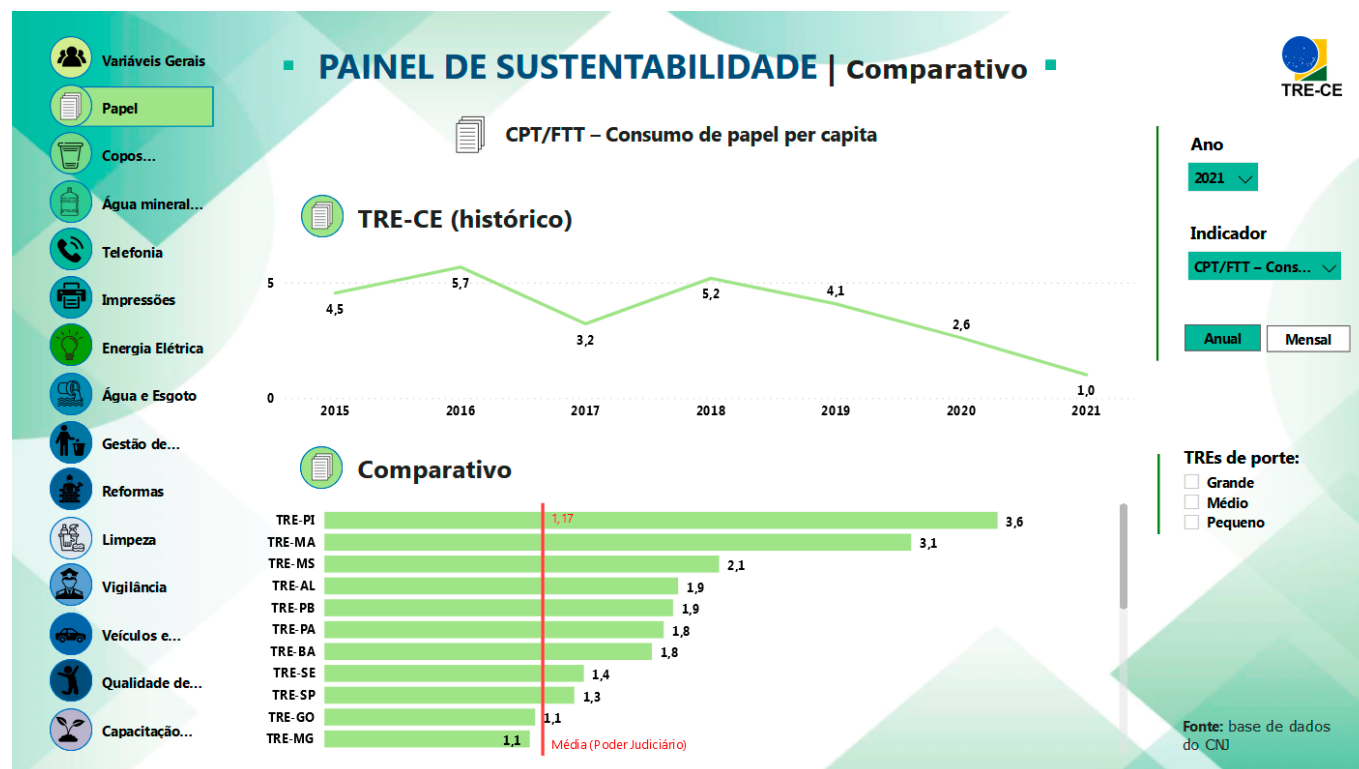
O relatório destina-se à avaliação de todos os tribunais e conselhos do país quanto aos resultados obtidos nos indicadores de gestão da sustentabilidade durante o ano de 2021.

Não somente por haver sido um ano de eleições gerais, 2022 trouxe desafios e novidades. Como **destaques**, citem-se:

- A criação da **identidade visual da sustentabilidade da Justiça Eleitoral do Ceará**, que buscou refletir e comunicar seus valores para nossa instituição. Nela, destacam-se as cores primárias dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (Agenda 2030 da ONU), a forma integrada e multirrelacionada dos pilares da sustentabilidade adotados pela Justiça Eleitoral do Ceará e os símbolos para cada um, individualmente, com ilustrações de carnaúbas para representar o pilar ambiental, as pessoas em suas diversas expressões para o pilar social, a moeda para o pilar econômico e o cordel para o pilar cultural;
- O desenvolvimento do **Índice de Desempenho da Sustentabilidade da Justiça Eleitoral do Ceará – IDS**, composto por variáveis que historicamente integram o índice de desempenho da sustentabilidade do Poder Judiciário. O índice interno permite acompanhar periodicamente os resultados relativos às suas variáveis. Em 2022, apesar da meta de 100%, alcançou-se apenas **65,75% do IDS**;
- O desenvolvimento de **dois painéis de business intelligence**, alinhados com o IDS da Justiça Eleitoral do Ceará e com os resultados do PLS de todo o Poder Judiciário, constituindo uma ferramenta fundamental para a tomada de decisão da Administração sobre os temas relativos à sustentabilidade;



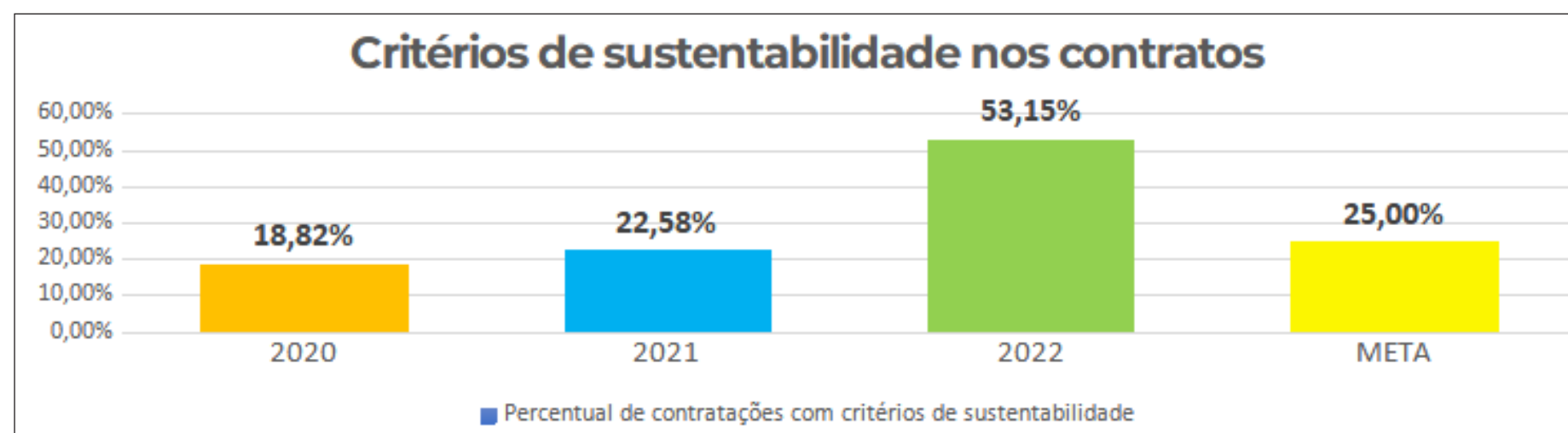
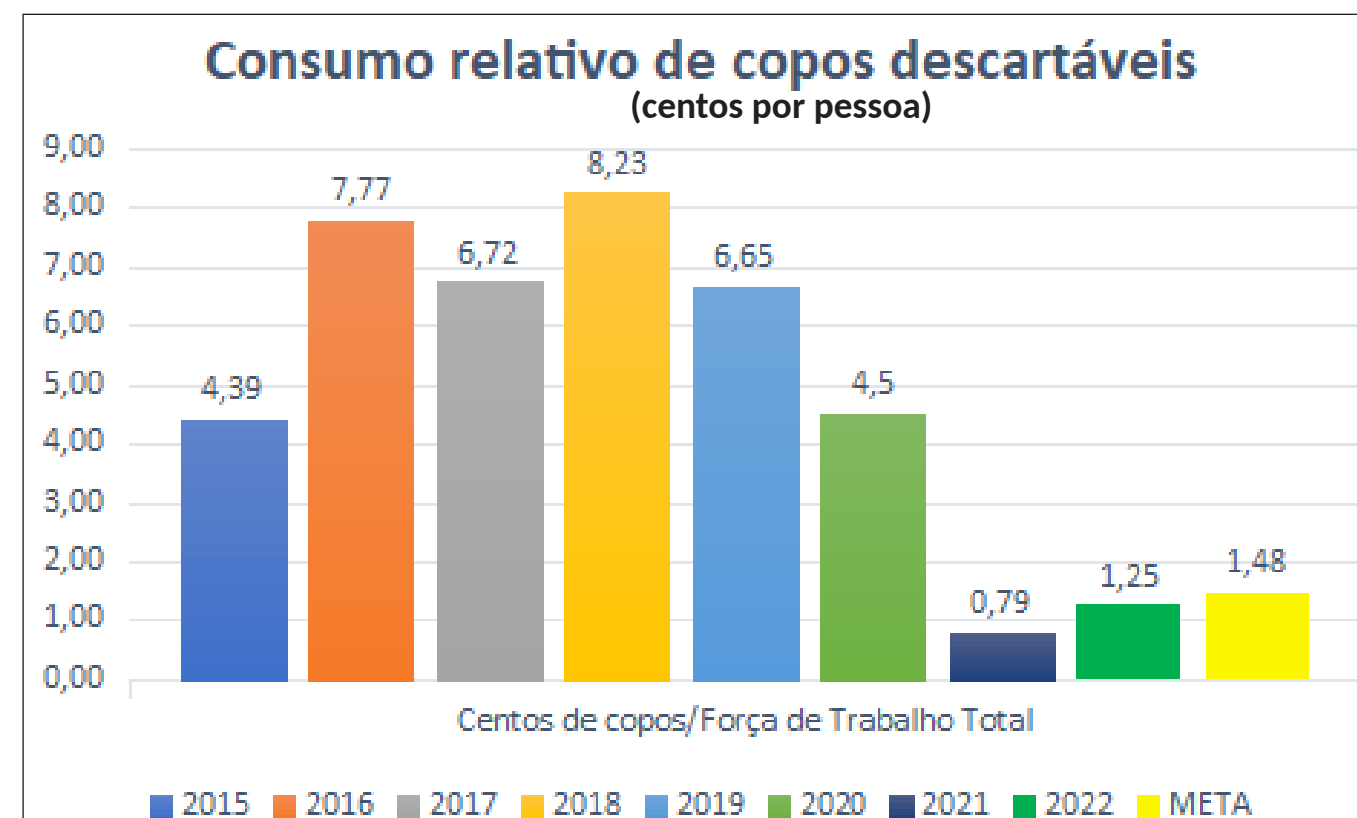
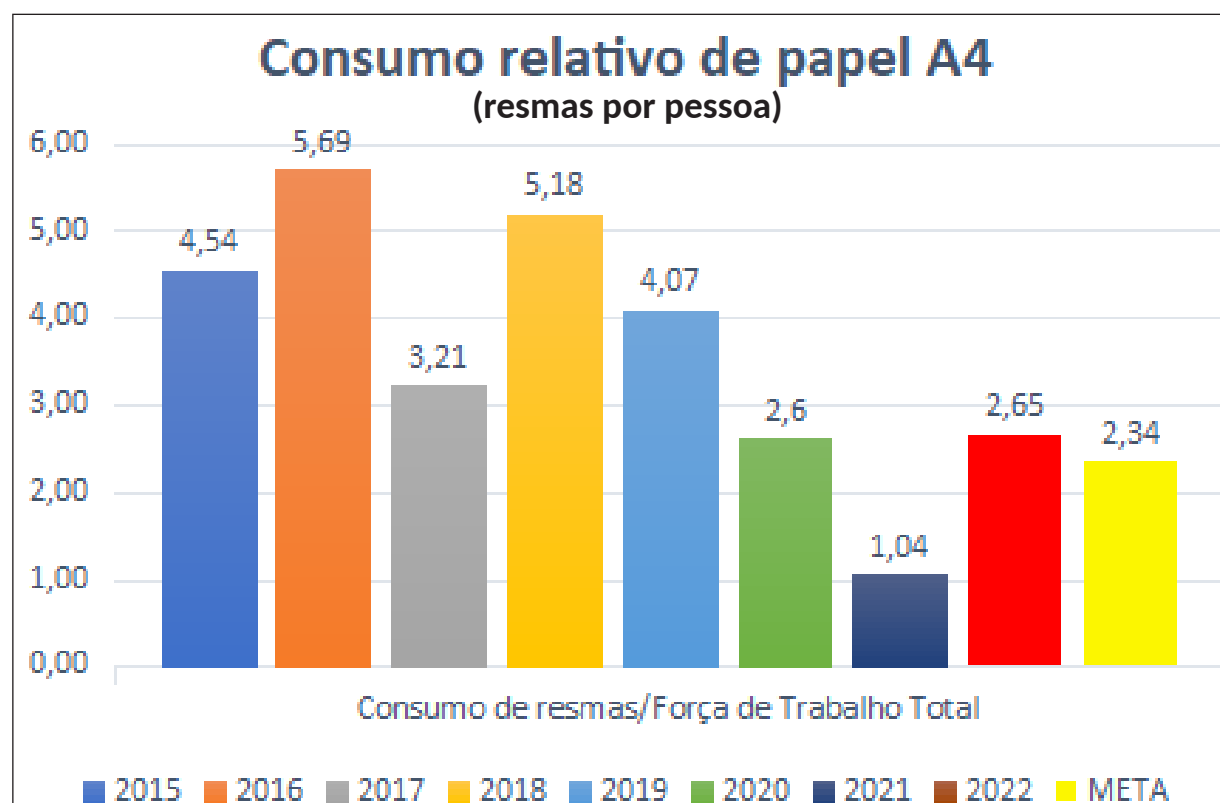
SUSTENTABILIDADE
JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ

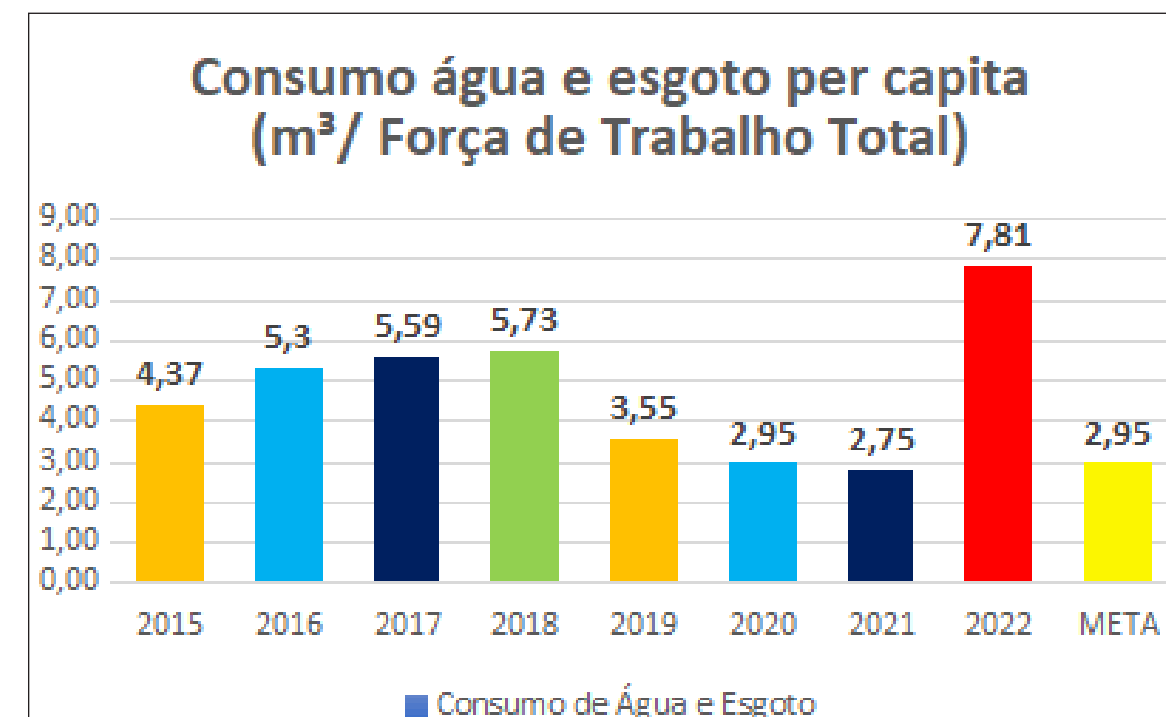
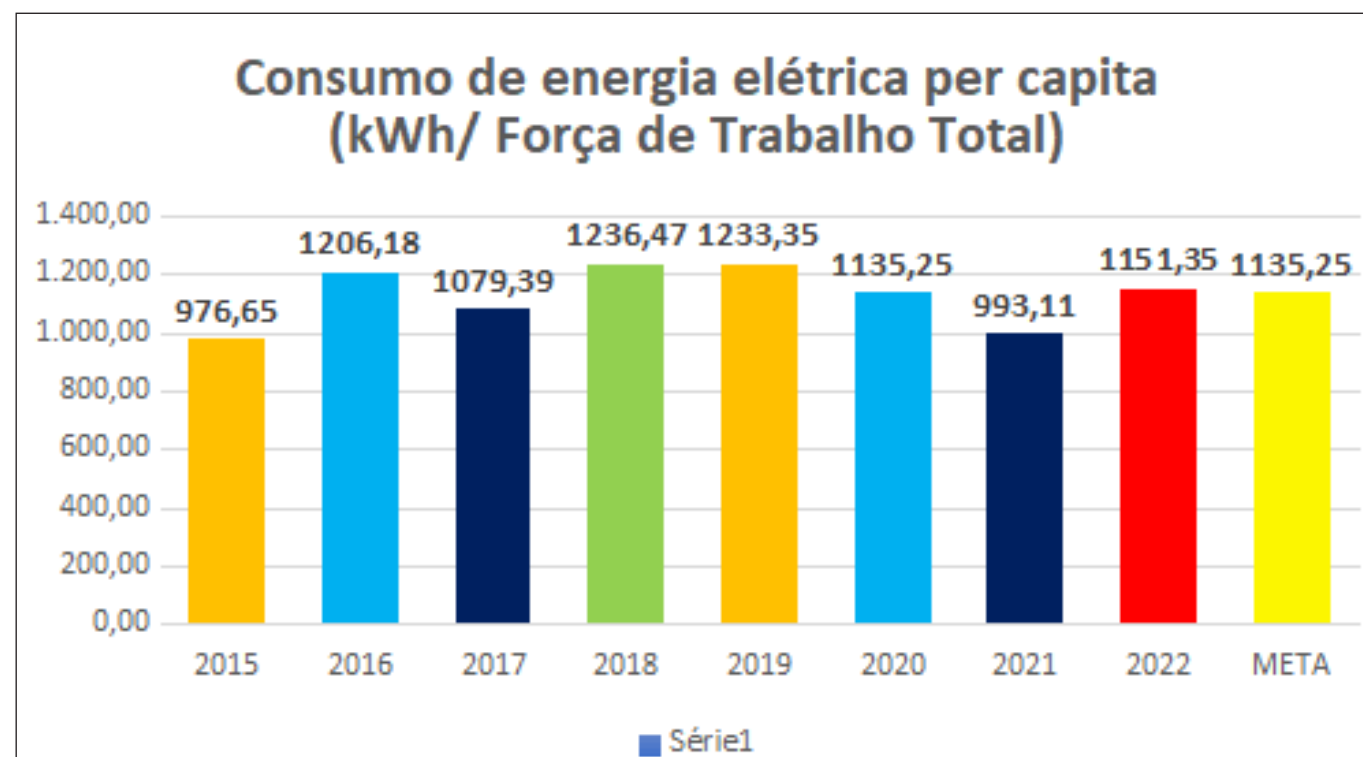


Para saber mais: acesse os painéis de BI de sustentabilidade ([TRE](#) e [Comparativo](#)).

• Inauguração da **nova sede do Tribunal**, que, junto com a demanda elevada de consumo de energia e de água e esgoto, incrementou significativamente a estrutura predial, a partir do expressivo aumento da área construída, mas também da força de trabalho e da demanda por serviços de manutenção predial, como rega de jardins, tratamento de água e esgoto, automação de sistemas, climatização de espaços e outros.

PRINCIPAIS RESULTADOS DE CONSUMO DA JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ (PLS 2022)





Para saber mais: acesse o [Relatório de Desempenho do PLS 2022](#).

4.4.6 GOVERNANÇA E GESTÃO

O TRE-CE tem buscado constantemente aperfeiçoar os mecanismos internos para incorporar as melhores práticas de governança e gestão. Durante o ano de 2022, a Alta Administração ratificou o compromisso com a boa governança, o que resultou na reformulação do Sistema de Governança e Gestão, regulamentado pela Resolução TRE-CE nº 905/2022, e na **institucionalização do Sistema de Integridade**, regulamentado pela Resolução TRE-CE nº 900/2022, reestruturando as instâncias internas para avançar na criação e na proteção de valor público.

Nesse sentido, destacam-se **duas boas práticas** deste Tribunal:

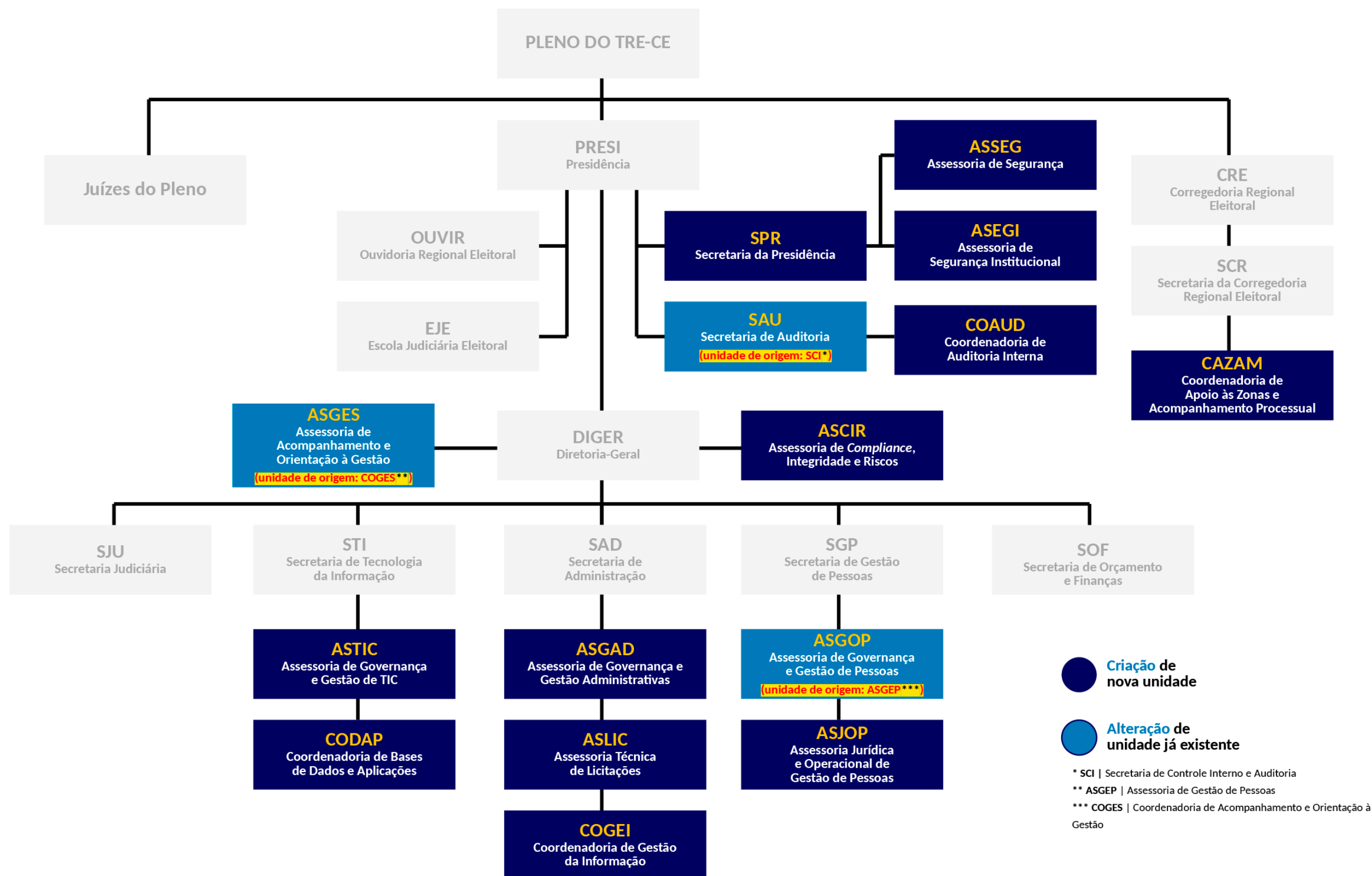
A) MUDANÇAS NA ESTRUTURA ORGÂNICA

Além disso, seguindo prática do Tribunal Superior (Resolução TSE nº 23.698/2022), o Regional cearense promoveu **mudanças em sua estrutura orgânica**.

Com a oportunidade, entre outras mudanças, foram reforçadas as principais áreas da gestão: **Pessoas, Aquisição e Tecnologia da Informação**, com a criação de assessorias de governança e gestão. Foram criadas ainda outras assessorias: a **ASCIR**, assessoria dedicada ao *compliance*, integridade e riscos, temas sensíveis à Administração; a **ASSEG**, de segurança; e **ASEGI**, de segurança da informação.

Principais mudanças na estrutura organizacional do TRE-CE

Exercício 2022



B) CRIAÇÃO DA REDE INTERNA DE GOVERNANÇA

Com a criação de unidades de apoio à governança integrantes do Sistema de Governança e Gestão (Res. TRE-CE nº 905/2022), o Tribunal instituiu a Rede Interna de Governança da Justiça Eleitoral do Ceará (Portaria TRE-CE nº 910/2022), com vistas ao aperfeiçoamento dos processos de governança, de transparência, de integridade, de conformidade legal, de segurança da informação e de gestão de riscos, além do fomento à cultura da gestão estratégica.

Indicadores de Governança e Gestão

Com o movimento de melhoria nas práticas de governança e gestão, este Tribunal encontra-se alinhado ao TCU, que tem promovido, sistematicamente, **levantamentos** para expressar a situação das temáticas relativas à governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas. Com base nesses levantamentos, que têm sido aplicados desde 2017 nas áreas relevantes da gestão (pessoas, TI, contratações, transparência, integridade e riscos), o TRE-CE tem empenhado esforços para adotar as práticas que mais agregam valor e melhoram a sua capacidade de responder aos anseios da sociedade. Os resultados do levantamento realizado internamente em 2022, são os seguintes:

INDICADOR DO TCU	VALOR
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	75,7%
iGovPub (índice de governança pública)	83,6%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	74,2%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	65,3%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	67,0%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	59,3%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	81,8%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	67,9%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentária)	68,9%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)	47,0%

O desempenho obtido no exercício foi fundamental para direcionar a atuação do TRE-CE no aperfeiçoamento dos seus processos internos. Assim, como reflexo desse diagnóstico, foram estabelecidos indicadores de desempenho no Planejamento Estratégico 2021-2026 com amparo direto nos critérios do levantamento do TCU. Dessa forma, foram formulados os indicadores internos a seguir que servem para mensurar o grau de aplicação das boas práticas elencadas pelo órgão de controle externo:

INDICADOR DO PEJECE 2021-2026	TOTAL DE BOAS PRÁTICAS INCORPORADAS
Índice de Maturidade em Governança Pública	603
Índice de Governança das Aquisições	81
Índice de Governança de Pessoal	127

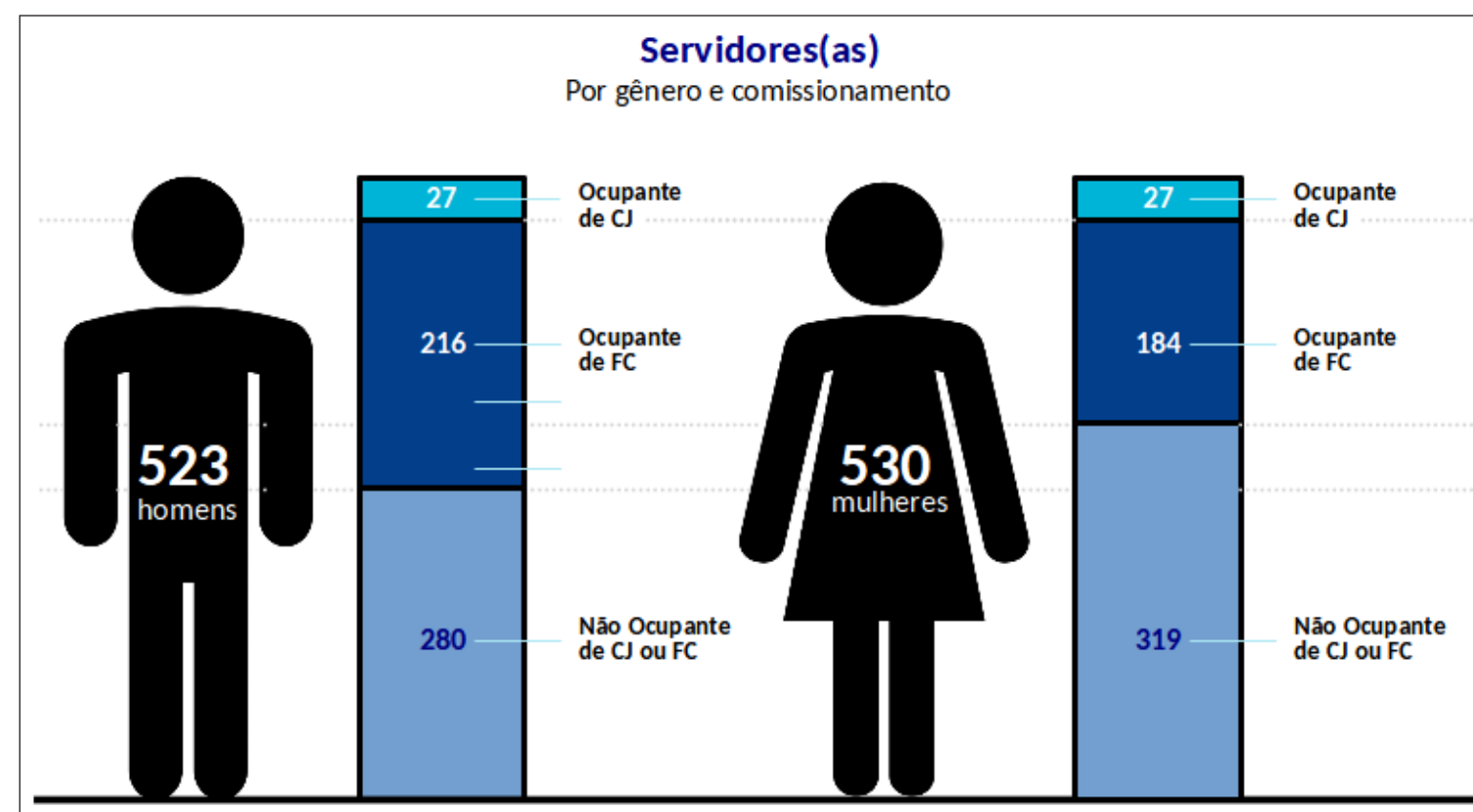
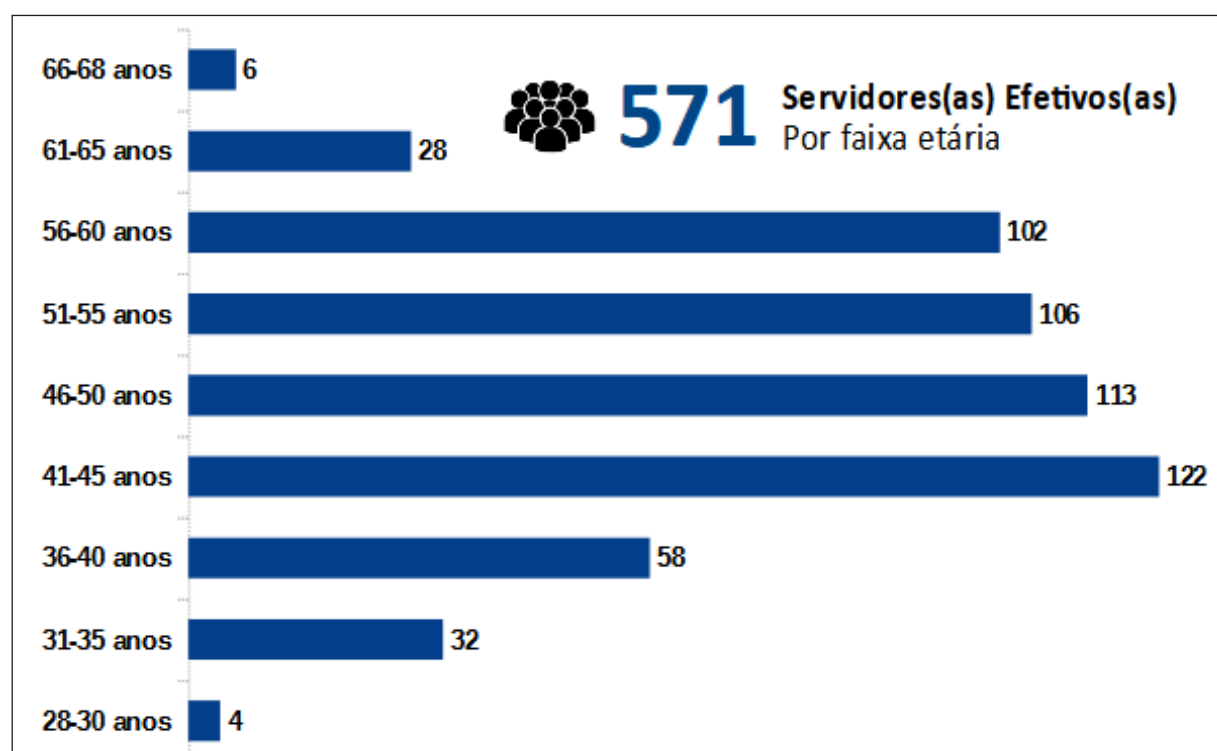
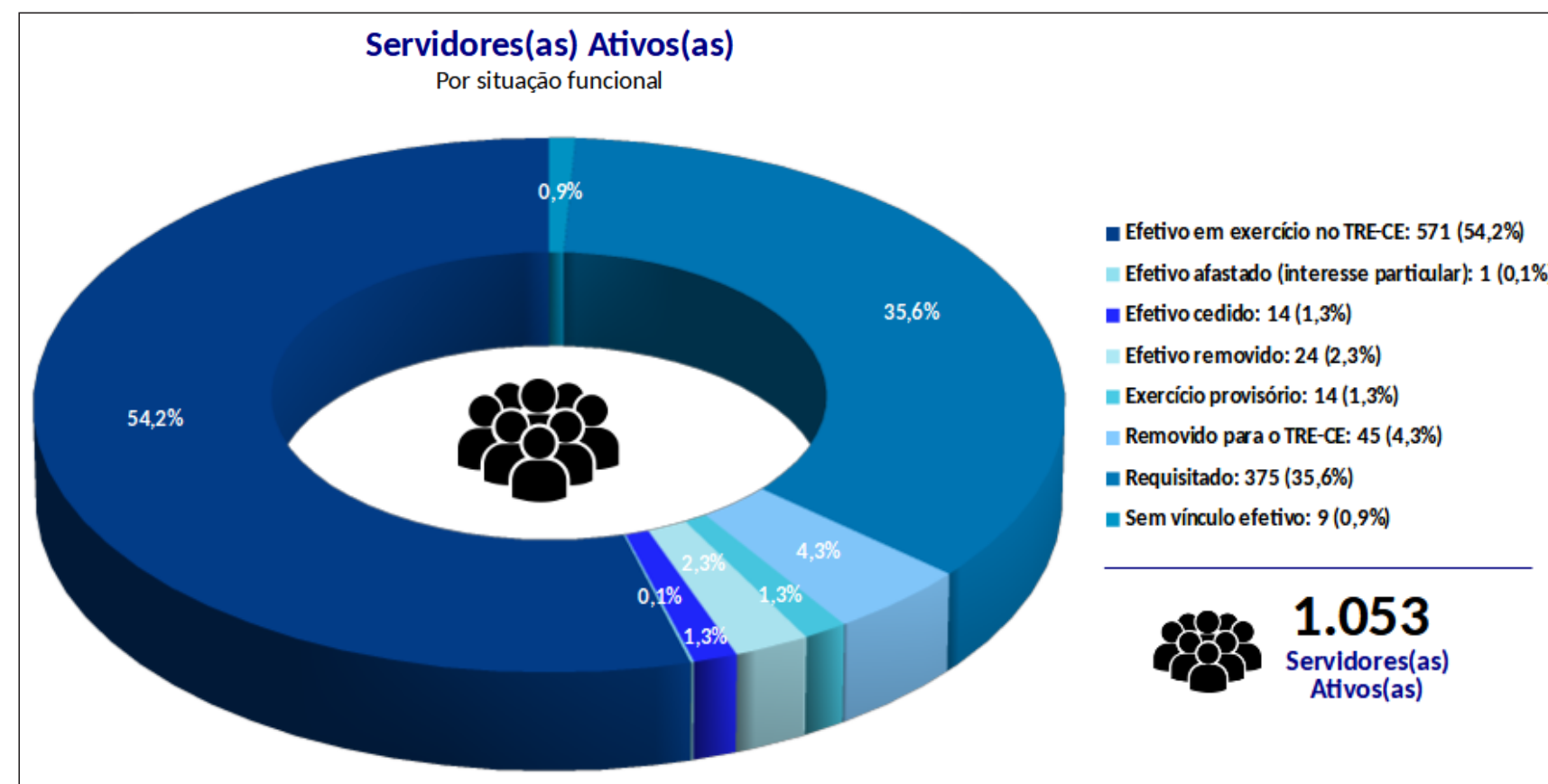
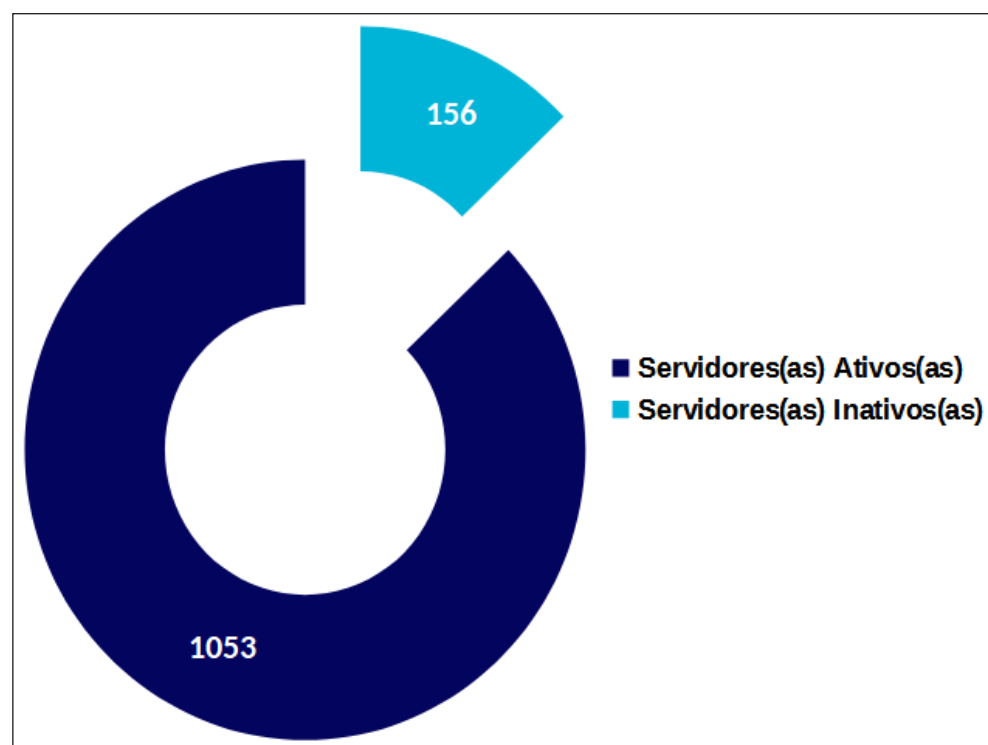
Adicionalmente, adotou-se ainda a medição do **indicador iGovTIC-JUD**, cuja formulação segue a metodologia insculpida na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD), instituída por meio da Resolução CNJ nº 370/2021. Dessa forma, o Planejamento Estratégico vigente define claramente a relevância da atuação institucional para melhoria contínua da sua governança em linha com as orientações dos órgãos de controle externo. Especificamente, para o ano de 2022, a Presidência do Tribunal fixou metas para os indicadores de desempenho retromencionados por meio da Portaria TRE-CE nº 758/2022, conforme já demonstrado, obtendo-se os seguintes resultados no término do exercício:

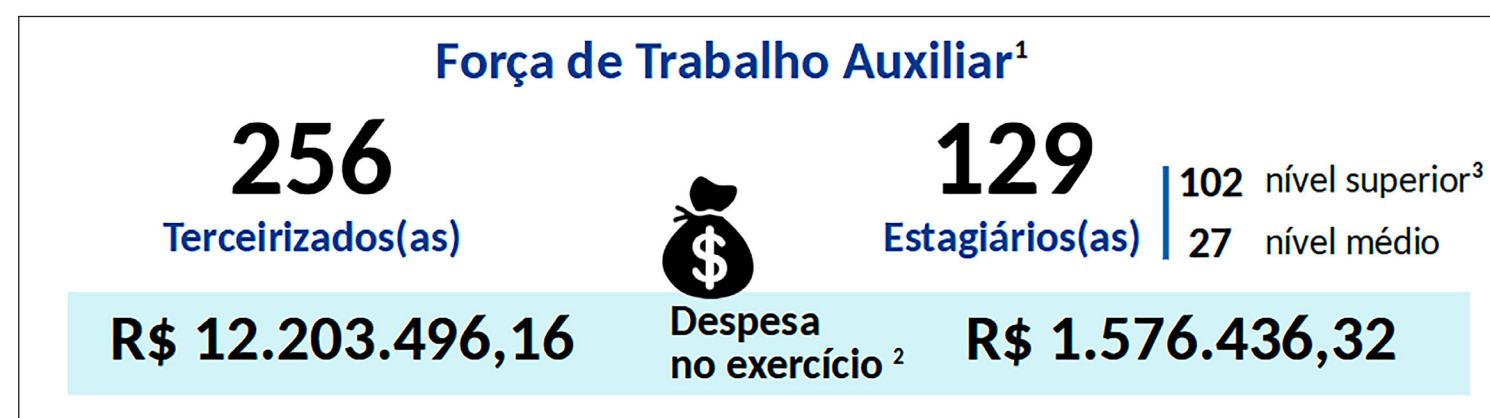
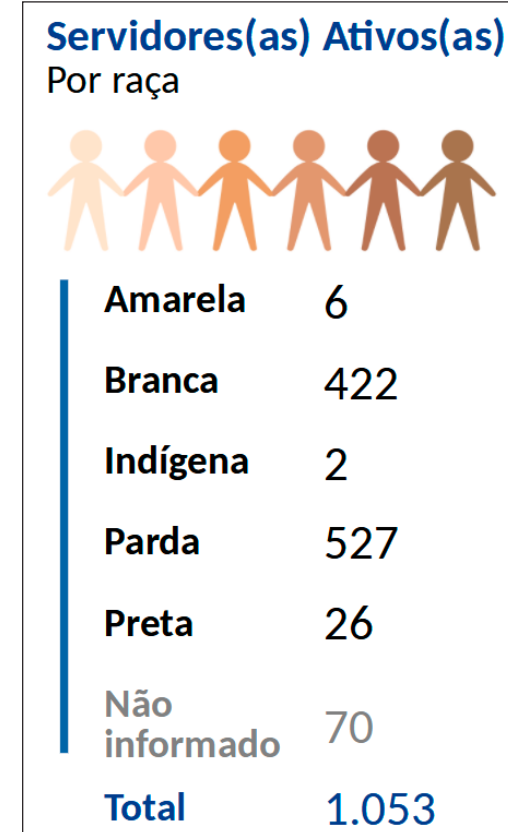
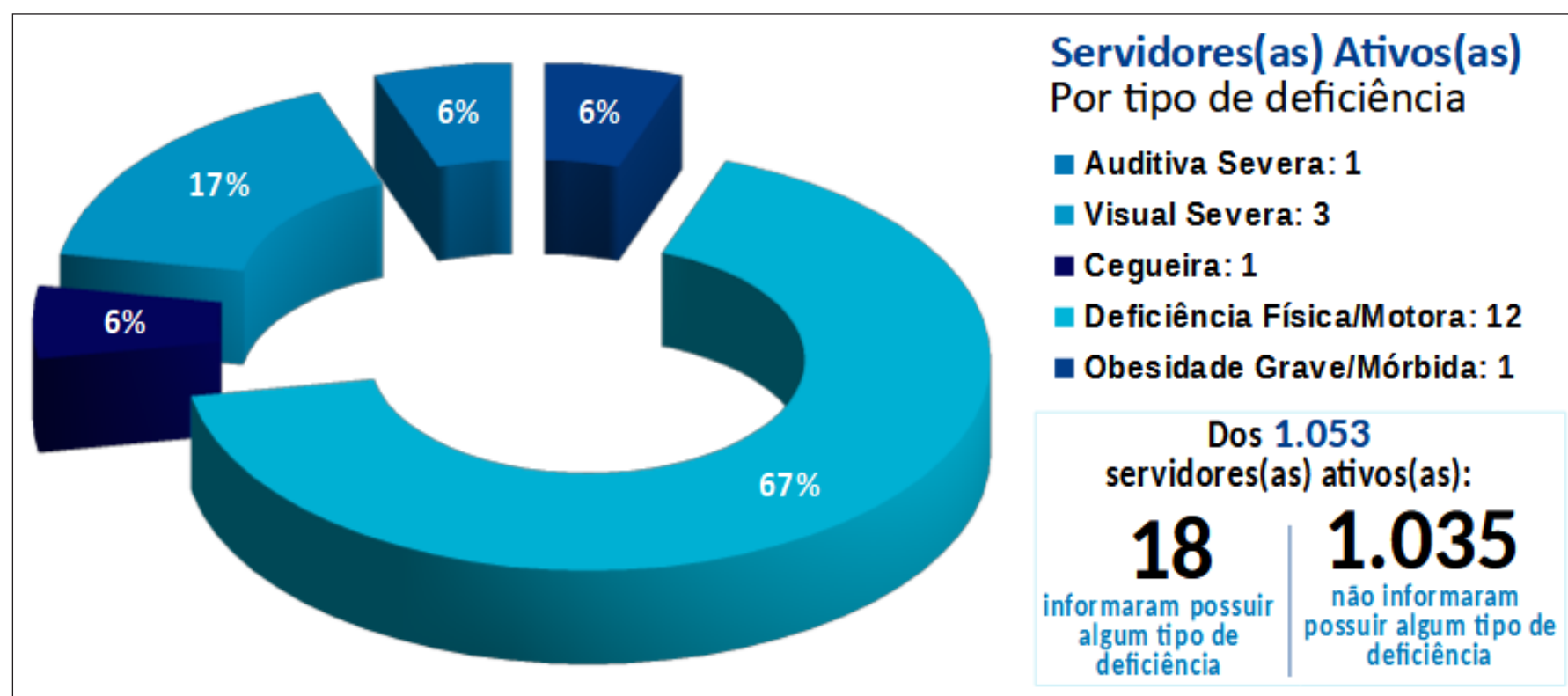
INDICADOR DO PEJECE 2021-2026	META	RESULTADO
Índice de Maturidade em Governança Pública	80,00%	82,18%
Índice de Governança das Aquisições	92,00%	92,59%
Índice de Governança de Pessoal	81,88%	81,88%
iGovTIC-JUD	65,00%	66,27%

Pela análise dos resultados de 2022, percebe-se uma importante **melhoria na maturidade em governança pública**, especialmente pela implementação de medidas presentes na Resolução CNJ nº 410/2021, que dispõe sobre normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário. Contudo, ainda existe espaço para avanços nos próximos anos, tendo sido deliberado pelo Comitê Estratégico a atuação subsequente nos temas mais sensíveis para a melhoria do desempenho organizacional nos requisitos da boa governança: **Plano de Continuidade de Negócios, Plano de Continuidade de Serviço de TIC, Plano de Dados Abertos, Acordos de Nível de Serviço, Gestão de Ativos de TIC, Ocupações Críticas e Avaliação de Desempenho**.

4.4.7 PESSOAS E COMPETÊNCIAS

FORÇA DE TRABALHO EM NÚMEROS





¹ Quantitativo refere-se ao mês de dezembro/2022.

² Fonte: Dados fornecidos para o Justiça em Números, referente ao exercício completo de 2022.

³ Cursos: Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil, Jornalismo, Publicidade, Tecnologia e Informação (Desenvolvimento de Sistemas, Infraestrutura, Segurança da Informação e Suporte ao Usuário).

De acordo com o art. 3º, XI, da [Resolução TRE-CE nº 618/2016](#), o quantitativo e a estrutura remuneratória dos postos de trabalho de terceirizados e de estagiários são divulgadas no sítio eletrônico do Tribunal, independentemente de requerimento, por serem informações de interesse geral.

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Em 2022, a Escola Judiciária Eleitoral do Ceará (EJE-CE) realizou **21 AÇÕES** de formação e aperfeiçoamento de servidores(as) e magistrados(as), incluindo **estudos preliminares para as eleições, oficinas, cursos e seminários**, abordando os temas a seguir.

TEMA	AÇÕES DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO REALIZADAS PELA EJE DO TRE-CE
ELEIÇÕES	Registros de candidaturas
	Preparação das urnas e segurança do processo
	Propaganda eleitoral
	Pesquisas eleitorais
	Prestação de contas eleitorais
	Desafios das Eleições 2022
DIREITO E PROCESSO ELEITORAL	Processo Judicial Eletrônico
	Representações e reclamações
	Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)
	Representações especiais
	Ementas judiciais
	Execução fiscal de multas eleitorais
CIDADANIA	Visão sistêmica do processo eleitoral
	Acessibilidade e inclusão no processo eleitoral
	Desinformação no processo eleitoral
	Fake news, redes sociais e eleições
	Liberdade de expressão e código de ética
	Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)



Ações de Capacitação

77
açõesR\$ 311.561,64¹
custo total com capacitação

Administração/Gestão	35
Educação	2
Judiciária	25
Responsabilidade social	5
Saúde e Qualidade de Vida	4
Tecnologia da Informação	6

REVISTA SUFFRAGIUM

A revista [Suffragium do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará](#) alcançou reconhecimento acadêmico pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo classificada no nível B4 do Qualis Capes, sistema de classificação de periódicos para a avaliação de programas de pós-graduação.



A fim de adequar-se às normas da Qualis da CAPES, a revista passou por reformulação na política editorial, por meio da Resolução TRE nº 660/2017. A medida abrangeu a adoção do sistema OJS, que trouxe melhorias consideráveis ao periódico; a avaliação cega por pares dos artigos enviados e o aprimoramento do sistema de notificações aos(as) autores(as) e pareceristas.

Destaca-se, ainda, que o processo de reformulação da Suffragium alcançou, em 2022, o terceiro lugar na categoria Aprimoramento das Práticas Eleitorais do II Concurso de Boas Práticas das Escolas Judiciárias Eleitorais.



RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Em 2022, o TRE-CE realizou recomposição da força de trabalho de duas formas:

- **REDISTRIBUIÇÃO** de cargos ocupados por servidoras(es) de outros tribunais eleitorais;
- **PROVIMENTO** de cargos, mediante aproveitamento de candidatas(os) aprovadas(os) em concursos públicos de outros órgãos do Poder Judiciário, conforme autorização da Portaria TSE nº 502/2022, alterada pela Portaria TSE nº 1.078/2022.

RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO		
CARGO	PROVIMENTO	REDISTRIBUIÇÃO*
Analista Judiciário	3	1
Técnico Judiciário	8	5
TOTAL DE CARGOS	11	6

PARA 2023 CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO

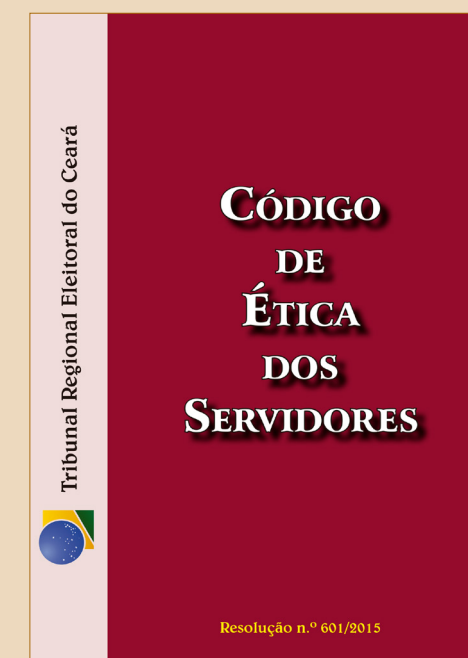
O TRE-CE participará de certame da Justiça Eleitoral, a ser realizado sob a coordenação do Tribunal Superior Eleitoral.

ATUAÇÃO DE COMITÊS E COMISSÕES

a) COMITÊ PERMANENTE DE ÉTICA (CPE)

AÇÕES

- Debate “*Os limites da liberdade de expressão face ao Código de Ética dos Servidores(as) do TRE-CE*”, realizado em 05.07.2022, em formato híbrido. O objetivo do evento, que contou com um público de **83 pessoas**, foi divulgar o Código de Ética para servidoras e servidores do TRE-CE e viabilizar o debate sobre seus dispositivos;
- Análise do conteúdo do curso “*Ética, moral e disciplina na Administração Pública*”, disponibilizado pelo TJDF, na modalidade EAD, de forma a adequar seu conteúdo às necessidades deste Regional;
- Instauração de um procedimento visando à apuração de infração disciplinar de menor potencial ofensivo, concluído de forma exitosa, com a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, nos moldes previstos na Resolução TRE-CE nº 816/2021;
- Atendimento às unidades do Tribunal e aos servidores e às servidoras, presencialmente ou por telefone/e-mail, prestando orientações sobre questões relacionadas ao Código de Ética do Tribunal.



Além disso, destaca-se a elaboração de **minuta de norma**, visando a alteração das **Resoluções TRE-CE nº 816/2021** (Termo de Ajustamento de Conduta) e **nº 601/2015** (Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará). A norma alteradora busca o aprimoramento das medidas destinadas à promoção da ética no âmbito do Justiça Eleitoral do Ceará, a delimitação objetiva dos limites entre o exercício do direito constitucional à livre expressão de pensamento e o dever dos(as) servidores(as) de manter a neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica, quando no exercício de suas funções, bem como aperfeiçoar a utilização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como mecanismo alternativo na resolução de conflitos disciplinares de menor gravidade.

b) COMITÊ DE ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO

Com a crescente disseminação de notícias falsas, sobretudo em relação ao funcionamento da urna eletrônica, o enfrentamento à desinformação exigiu do TRE-CE diversas ações de esclarecimento, que demandaram o envolvimento de algumas de suas unidades, em articulação com o Comitê de Enfrentamento à Desinformação. As **ações** estão elencadas a seguir:

- Palestras para integrantes de órgãos de segurança pública, como Polícia Federal, Polícia Militar do Ceará, Polícia Civil do Ceará (STI);
- Palestra no 10ª Região Militar;
- Palestras para estudantes de nível e superior, magistrados e corpo funcional do Tribunal;
- Assinatura de convênio com partidos políticos com o objetivo de colaborar com a Justiça Eleitoral no enfrentamento à desinformação;
- Produção de conteúdo para mídias sociais;
- Participação no **Seminário Regional Democracia, Informação e Voto: Desafios das Eleições 2022**, organizado pela Corregedoria Regional;
- Participação no grupo Coalizão e Checagem, administrado pelo TSE;
- 92 ações diversas realizadas nos formatos virtual, presencial e híbrido, atingindo um público de 14.786 pessoas.

O **Prêmio TRE-CE de Jornalismo** teve como objetivo valorizar o trabalho de jornalistas, radialistas e fotojornalistas.

Trata-se de iniciativa inédita na Justiça Eleitoral do Brasil, em razão de seu foco exclusivo no enfrentamento à desinformação.

No certame, foram inscritos **20 projetos** nas seguintes categorias:

- radiojornalismo
- telejornalismo
- impresso e webjornalismo
- fotojornalismo

A relação dos projetos premiados e respectivas autorias pode ser consultada na [notícia](#) sobre o resultado do Prêmio.



Foto das pessoas agraciadas no Prêmio TRE-CE de Jornalismo.

c) COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL (CPEAMAS)

- Criação de endereço eletrônico e do logotipo, com o objetivo de disponibilizar um canal de acesso às(aos) servidoras(es) do Tribunal, para envio de denúncias e reclamações ou ainda sugestões para fins de apreciação;
- Campanha de divulgação de cartilha sobre a violência, assédio moral e sexual, com o objetivo de propagar a existência de uma cartilha elaborada pela Comissão de Participação Feminina do TRE-CE sobre violência, assédio e discriminação, com definições e conceitos acerca do tema, tornando o assunto mais acessível à população em geral. A [divulgação](#) foi feita no Instagram do TRE-CE;
- Campanha de Orientação e esclarecimento sobre assédio moral, sexual e discriminação, com o objetivo de publicizar a existência da Comissão de Prevenção e Enfrentamento e a sua disponibilidade para receber notícia da prática de atos que possam vir a ser caracterizados como prática de assédio ou discriminação. A seguir, os **links para acesso** às postagens publicadas periodicamente, em forma de *cards* postados no **Instagram do TRE-CE**, com conceitos retirados da [Resolução CNJ nº 351/2020](#):



<https://www.instagram.com/p/Cgb6getM67u/?igshid=ZTE2MDY0MWU=>
<https://www.instagram.com/p/CghR2xBBCn1/?igshid=ZTE2MDY0MWU=>
<https://www.instagram.com/p/CgmbV77sP5q/?igshid=ZTE2MDY0MWU=>
<https://www.instagram.com/p/CgzFnGDMfmR/?igshid=ZTE2MDY0MWU=>
<https://www.instagram.com/p/Cg4PPtApMzH/?igshid=ZTE2MDY0MWU=>
<https://www.instagram.com/p/ChHyzyzPise/?igshid=ZTE2MDY0MWU=>

d) COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO FEMININA (CPFem)

- Elaboração de cartilha informativa sobre assédio e violência doméstica e familiar;
- Realização de webinar sobre assédio em celebração ao Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março, com a presença da Profª Lola Aronovich e da Defensora Pública Noêmia Landim;
- Celebração de pacto de cooperação com a antiga Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS para mediar a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica pelas empresas contratadas pela Justiça Eleitoral para a prestação de serviços terceirizados;



- 2ª colocação no Prêmio Margarida de Boas Práticas em Equidade de Gênero, promovido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, na Categoria Poder Judiciário, com a iniciativa “Mulheres nos partidos políticos: por cotas reais”.

e) COMITÊ DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

O [Programa de Qualidade de Vida no Trabalho](#) foi instituído no TRE-CE por meio da **Portaria nº 521/2015**, com o objetivo de criar projetos e ações destinados a melhoria das condições de trabalho, promovendo saúde, bem-estar, integração, conhecimento e valorização de seus servidores, buscando melhorar a satisfação dentro do contexto laboral e favorecer o comprometimento com a instituição.

As ações do Programa realizadas em 2022 podem ser consultadas no [Relatório Anual de Atividades](#).



f) LIODS-JECE

O Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Justiça Eleitoral do Ceará (LIODS) prospectou iniciativas alinhadas aos requisitos de inovação (Resolução CNJ nº 395/2021) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) idealizadas para o exercício de 2022, incentivando a execução dessas práticas no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará.



Dentre as práticas prospectadas pelo LIODS, O Comitê Estratégico aprovou o [plano de ação “NAS TRILHAS DA ACESSIBILIDADE E DA INCLUSÃO”](#), que foi executado pela [Comissão Permanente de Cidadania, Acessibilidade e Inclusão \(CPCAI\)](#), com o apoio do LIODS e do Núcleo de Educação a Distância (NED). O plano de ação foi enviado ao CNJ para fins de cumprimento da **Meta 9 do Poder Judiciário: Estimular a Inovação no Poder Judiciário**.

A ação culminou com a implantação da [TRILHA DE APRENDIZAGEM SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO](#), por meio de *hotsite* publicado nos portais de intranet e internet do TRE-CE, assegurando o cumprimento da Meta Nacional 9. Mais informações sobre o projeto estão disponíveis no [item 4.5.8](#)

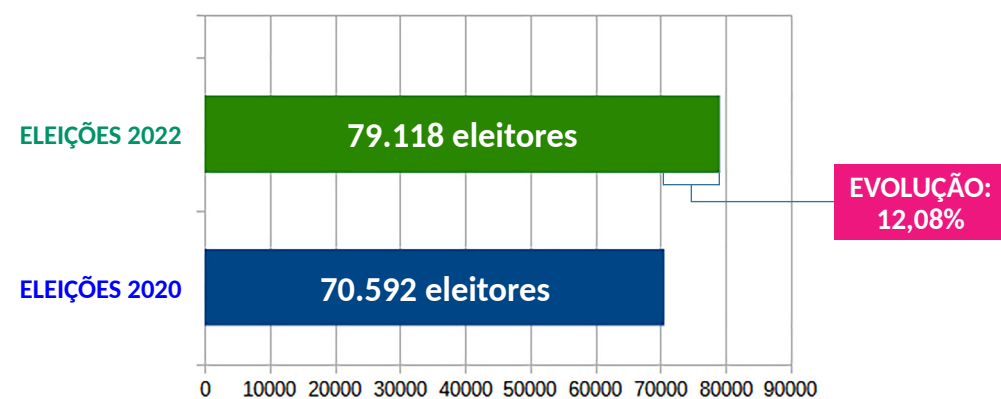
4.4.8 ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E DIVERSIDADE

O [Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral do Ceará](#) é executado por meio de [planos de ação](#) bienais, implementados e acompanhados pela [Comissão Permanente de Cidadania, Acessibilidade e Inclusão \(CPCAI\)](#). A íntegra das ações realizadas e os principais resultados de 2022 encontram-se no [Relatório Anual de Atividades de Acessibilidade e Inclusão](#). Dentre elas, destacam-se:

PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE

EVOLUÇÃO DO ELEITORADO COM DEFICIÊNCIA

(IDENTIFICAÇÃO PELO ASE 396* - CEARÁ)



* ASE 396: Identificação de eleitor(a) com deficiência.

COORDENADORES(AS) DE ACESSIBILIDADE

FINALIDADE: verificar as condições de acessibilidade dos locais de votação e atender às pessoas com deficiência nos dias de eleição.

1º TURNO	2º TURNO
520	496
COORDENADORES(AS)	COORDENADORES(AS)

INTÉRPRETES DE LIBRAS VOLUNTÁRIOS(AS)

FINALIDADE: captar voluntárias(os) para atuarem como intérpretes de Libras nos locais de votação.

ELEIÇÕES 2022
120
INTÉRPRETES DE LIBRAS VOLUNTÁRIOS INSCRITOS



O [Plano de Ação - Nas Trilhas da Acessibilidade e da Inclusão](#) foi apresentado ao CNJ para fins de cumprimento da Meta 9 do Poder Judiciário em 2022.

A ação culminou com a implantação da [Trilha de aprendizagem sobre acessibilidade e inclusão](#), por meio de *hotsite* publicado nos portais de intranet e internet do TRE-CE.

No ambiente virtual da trilha, além da difusão de informação e de conhecimento sobre normas, conceitos, terminologias e elementos de capacitação, há ainda um espaço para compartilhamento e divulgação de boas práticas e de materiais educativos relacionados ao tema, encaminhados voluntariamente pelo TSE e pelos regionais de diversos estados.



A ação teve como objetivo promover a divulgação e o treinamento com a urna eletrônica, incluindo o uso de seus recursos assistivos.

Ao todo, foram realizados **48 EVENTOS** em municípios do interior do estado. Na capital, a ação aconteceu em **6 LOCAIS**, dentre eles o Instituto Cearense de Educação dos Surdos (ICES) e a Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC).



Observatório de Dados

Implantação do [Painel de BI de Acessibilidade](#) no [Observatório de Dados](#) do TRE-CE.



ÍNDICE DE EVENTOS COM COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL

80%

Indicadores de Acessibilidade (Res. CNJ nº 401/2021)



Para saber mais: [Relatório Anual de Atividades de Acessibilidade e Inclusão](#)

SEÇÕES ELEITORAIS EM COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

BASE NORMATIVA	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução TRE-CE nº 434/2011 • Provimentos CRE-CE nº 07/2011 e 08/2011
PLANO DE AÇÃO	Acessibilidade e inclusão nas eleições

ELEIÇÕES 2022

COMUNIDADES INDÍGENAS



MUNICÍPIOS*	SEÇÕES	ELEITORES/AS
16	40	8.309

* Acaraú, Aquiraz, Aratuba, Canindé, Caucaia, Crateús, Itapipoca, Itarema, Maracanaú, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Pacatuba, Poranga, Quiterianópolis, São Benedito e Tamboril.

ELEIÇÕES 2022

COMUNIDADES QUILOMBOLAS



MUNICÍPIOS**	SEÇÕES	ELEITORES/AS
23	53	10.781

** Acaraú, Aquiraz, Aracati, Araripe, Baturité, Caucaia, Crateús, Croatá, Horizonte, Ipueiras, Itapipoca, Moraújo, Morrinhos, Pacajus, Pacujá, Porteiras, Potengi, Quiterianópolis, Quixadá, Salitre, São Benedito, Tamboril e Tururu.



ÍNDICE DE AÇÕES DE INCLUSÃO ELEITORAL

65,33%

Para saber mais:

[Resolução TRE-CE nº 793/2020](#)

[Glossário de Indicadores de Desempenho](#)

SEÇÕES ELEITORAIS EM UNIDADES PRISIONAIS E DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES SOB CUSTÓDIA

BASE NORMATIVA	Resolução TSE nº 23.669/2021 , art. 27, II
CONVÊNIOS	<ul style="list-style-type: none"> • Convênio nº 7/2022 (com Secretaria de Administração Penitenciária) • Convênio nº 8 /2022 (com Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo)
PLANO DE AÇÃO	Voto de presos(as) provisórios(as) e de adolescentes em unidades de internação

ELEIÇÕES 2022

UNIDADES PRISIONAIS E DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES SOB CUSTÓDIA



MUNICÍPIOS***	UNIDADES PRISIONAIS	UNIDADES DE INTERNAÇÃO	SEÇÕES	ELEITORES/AS
7	8	3	11	650

*** Aquiraz, Caucaia, Fortaleza, Itaitinga, Juazeiro do Norte, Pacatuba e Sobral.

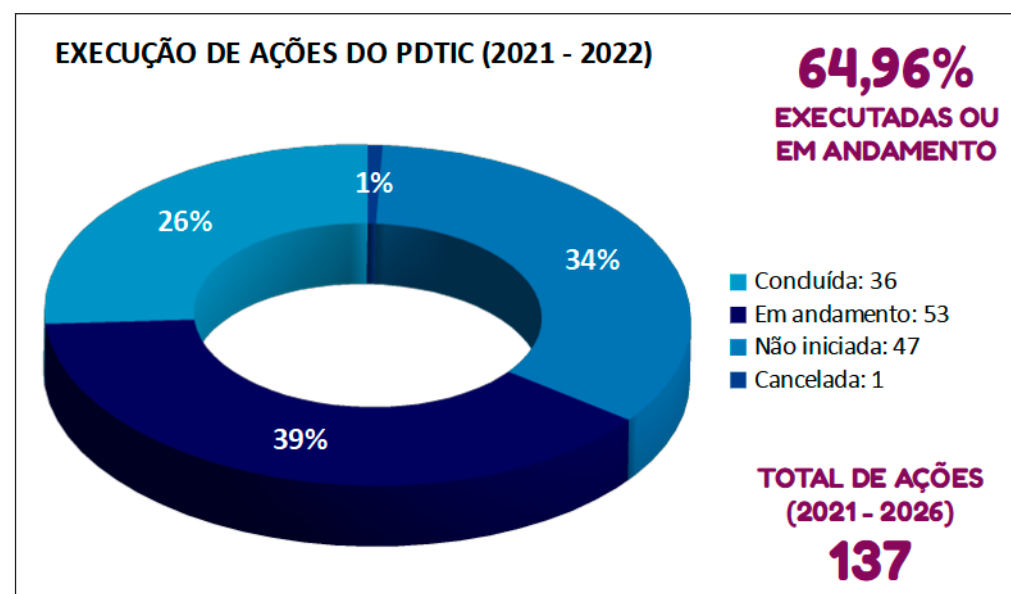


Para saber mais: [Seções instaladas em estabelecimentos penais e unidades de internação](#)

4.4.9 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC)

O [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC](#) é o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Tem vigência entre 2021 e 2026, em linha com a Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário – ENTIC-JUD ([Resolução CNJ nº 370/2021](#)) e com o Planejamento Estratégico Institucional ([Resolução TRE/CE nº 793/2020](#)).



PORTAIS DE INTERNET E DE INTRANET

Em 2022, houve o desenvolvimento e implantação de dois *hotsites*, que se encontram disponíveis na intranet e no portal do TRE-CE:

a) **Eleições 2022:** destinado à divulgação de conteúdos e informações sobre as diversas etapas de processo eleitoral de 2022;



b) **Trilhas de Aprendizagem:** destinado à implantação de trilhas temáticas de aprendizagem, para difusão de informação e de conhecimento sobre normas, conceitos, terminologias e elementos de capacitação e para divulgação de boas práticas e de materiais educativos relacionados aos temas específicos. O *hotsite* foi inaugurado com a [TRILHA DE APRENDIZAGEM SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO](#).



Conforme previsto no [PLANO DE AÇÃO – ACESSIBILIDADE NOS SÍTIOS ELETRÔNICOS](#), para o biênio 2021 – 2022, a Seção de Administração de Intranet e Internet do TRE-CE (SEWEB) realiza periodicamente a avaliação de acessibilidade das páginas do portal de internet do TRE-CE, utilizando o [Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios \(ASES\) do governo eletrônico](#). O processo consiste na verificação dos relatórios de avaliação de acessibilidade das páginas emitidos pelo ASES e a implementação dos eventuais ajustes necessários.

Para agilizar a avaliação conjunta de várias páginas e a visualização das notas e arquivos de resultados, a SEWEB desenvolveu um programa que utiliza o ASES, o que facilita sobremaneira a identificação e correção de não conformidades e de oportunidades de melhoria.

TRE-CE - ACESSIBILIDADE NOS PORTAIS

INTERNET	INTRANET
96,76% das páginas acessíveis	Páginas anteriormente avaliadas como de nível ruim (70 a 85%) passaram a: Nível MÁXIMO (acima de 95%)

DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E APRIMORAMENTO DE SISTEMAS

SISTEMAS DESENVOLVIDOS

Solicitação de Licenças Médicas
SELESP - Reescrita na linguagem Java
Diplomas NET
Votação do Comitê Gestor do 1º Grau

SISTEMAS IMPLANTADOS

Módulos do eSocial-JE para envio dos dados do eSocial
Módulos do JEREInf-JE para envio dos dados para RFB
BioPonto
InfoDip
SEI 4*
Orquestração de Containers Kubernetes
Supervisão e Aquisição de Dados Scada

* O SEI foi implantado em substituição do PAD, com a disponibilização dos processos administrativos na Internet.

SISTEMAS APRIMORADOS

Reescrita do Sistema de Gestão de Urnas Eletrônicas, Mídias e Suprimentos (SISCAMU)
Expansão do Sistema de Controle de Substituições (SISUB) para todas as unidades da Justiça Eleitoral do Ceará
Alteração do Sistema de Ouvidoria (SOU) para tratar ocorrências relacionadas à Ouvidoria da Mulher
Implantação do acesso seguro via SSL aos sistemas
Atualização da APPS junto ao TSE para utilização do WAF
Reescrita e adaptação do Sistema de Auxílio-saúde para novas regras
Elaboração de Painel para acompanhamento dos pagamentos da alimentação dos mesários
Implementação de melhorias no sistema Convoca-e para as Eleições 2022.
Implementação de melhorias no sistema Urnas para as Eleições 2022
Manutenção do sistema CLC

SISTEMAS ATUALIZADOS

TRANSPARÊNCIA na Internet
EVENTOS - fornecido pelo TSE
ALIMENTA - para integração com serviço de envio de PIX do Banco do Brasil
URNAS - para integração com os novos serviços de consulta disponibilizados pelo TSE
DIPLOMAS - para integração com os novos serviços de consulta disponibilizados pelo TSE e para viabilizar o uso do sistema Diplomas NET

AQUISIÇÕES E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA DE TIC

- Renovação completa do maquinário do **data center** com adoção de tecnologias hiperconvergentes, que permitem o aumento da capacidade de armazenamento e processamento do *data center*, ocupando um espaço menor.
- Renovação do parque de computadores do TRE-CE, com priorização de dispositivos móveis (*notebooks*).
- Investimento inédito em segurança da informação, com aquisições da ordem de **R\$ 6 milhões**, destacando-se:
 - ♦ Renovação completa, por meio de aquisição do TSE, da solução de antivírus;
 - ♦ Aquisição de solução inteligente de *backup* de dados em disco em alta disponibilidade (em implantação);
 - ♦ Aquisição de ferramenta para gerenciar, prevenir e mitigar vulnerabilidades na rede de dados do TRE-CE;
 - ♦ Aquisição de ferramenta de auditoria e análise de vulnerabilidades em Active Directory (AD), a base de dados de usuários, que deverá aumentar a proteção das identidades e credenciais dos usuários da rede de dados do TRE-CE;
 - ♦ Licenciamento de plataforma de conscientização em segurança da informação, que permitirá maior consciência e conhecimento dos usuários em relação ao tema (em contratação);
 - ♦ Aquisição nacional de *software* de segurança para o banco de dados Oracle, realizada sob coordenação da STI do TRE-CE, beneficiando 11 TREs (em implantação);
 - ♦ Aquisição de ferramenta de *firewall* de aplicações *web* (WAF), para aumentar a proteção das aplicações disponibilizadas pelo TRE-CE a seus usuários externos e internos (em implantação);
 - ♦ Aquisição e renovação de infraestrutura completa de *firewalls* de rede, viabilizando o acesso seguro à internet e à rede privada virtual (VPN) pelo TRE-CE.

4.4.10 GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada a fim de atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

Foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em quase de 2.200 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

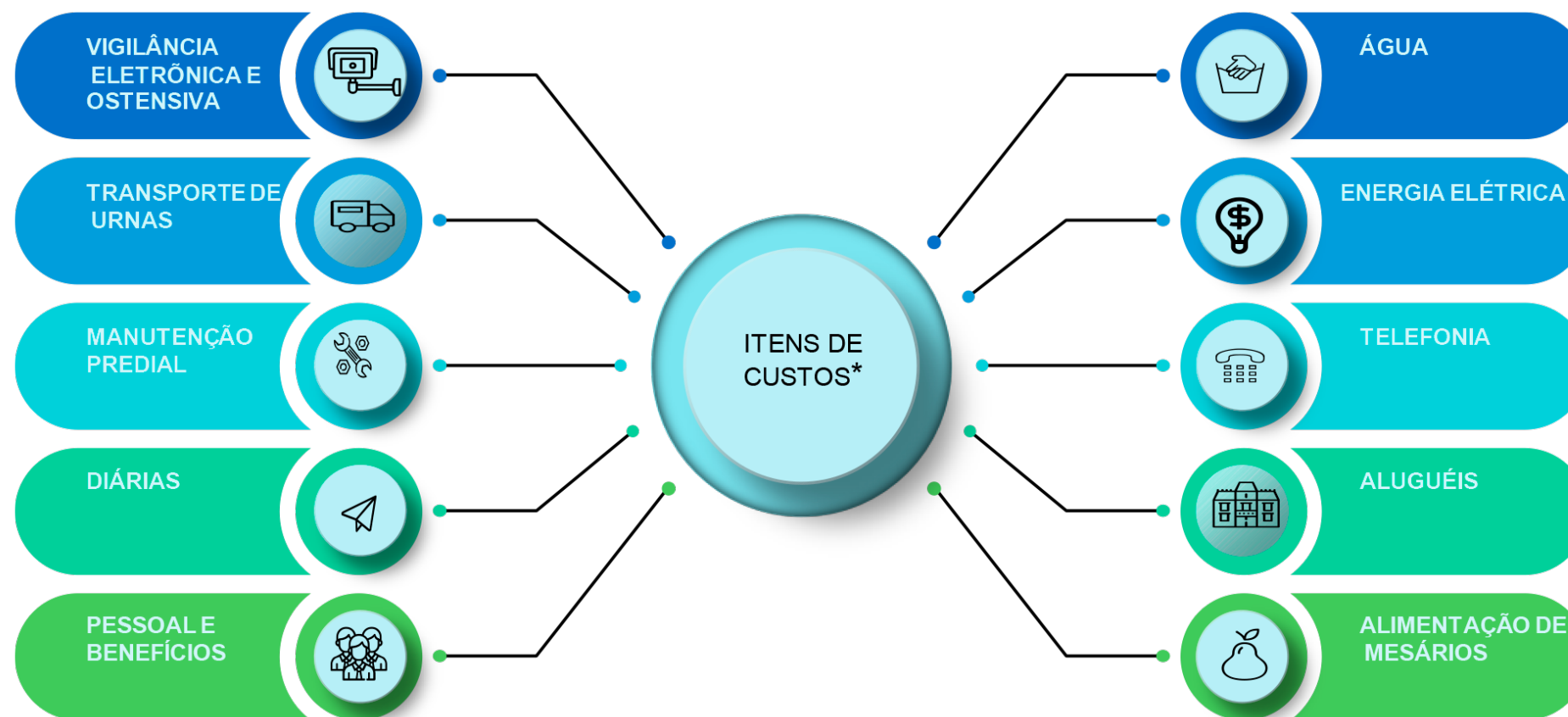
Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, onde são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais. Essa captação é gerida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, sendo esta a Setorial de Custos da Justiça Eleitoral.

O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:



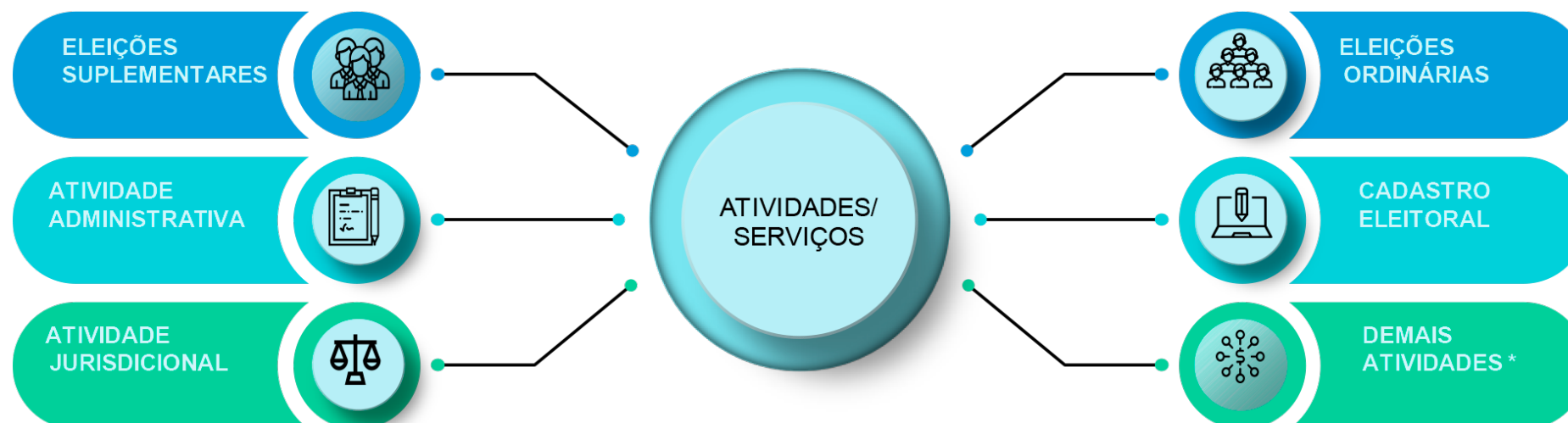
Nessa metodologia existem dois eixos de informações, “**Itens de Custos**” e “**Atividades/Serviços**”.

No eixo dos “**Itens de Custos**”, procura-se responder à questão “**Com o quê?**”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



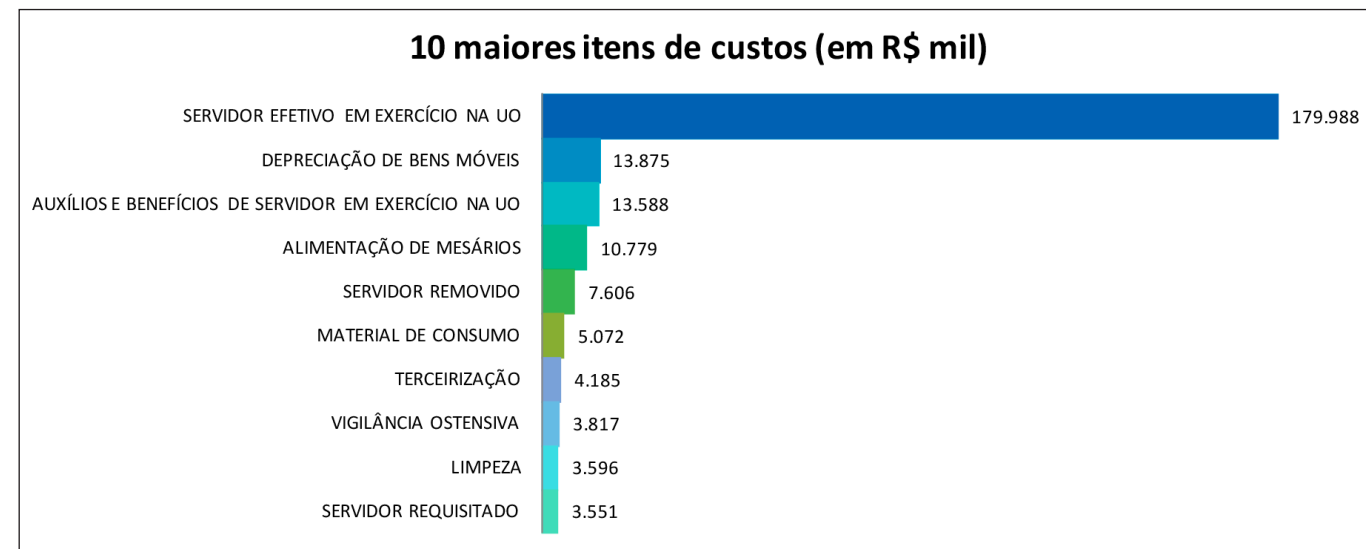
* Atualmente são 48 itens de custos.

No eixo das “**Atividades/Serviços**”, procura-se responder à questão “**Para quê?**”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados.

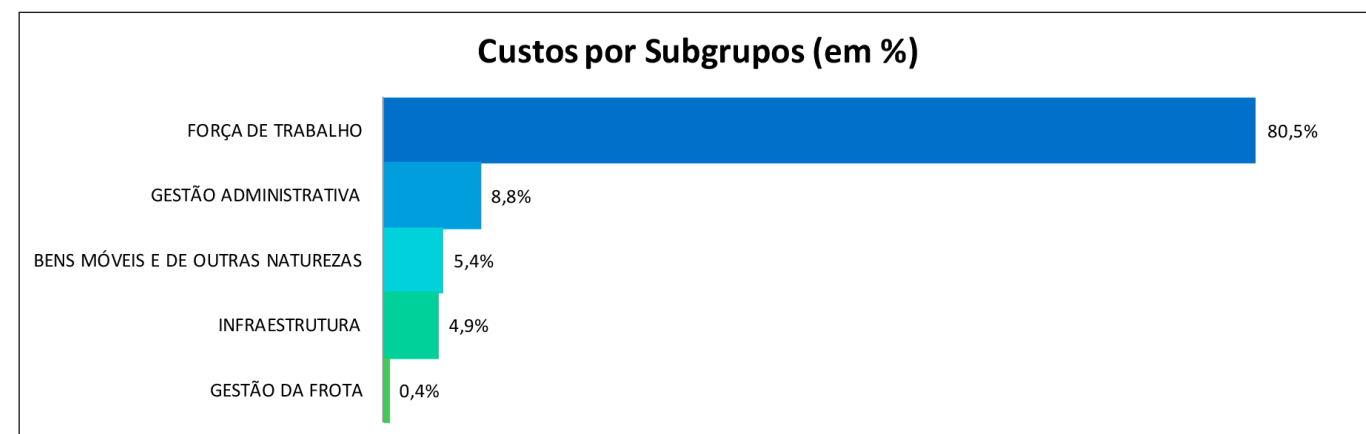


* Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

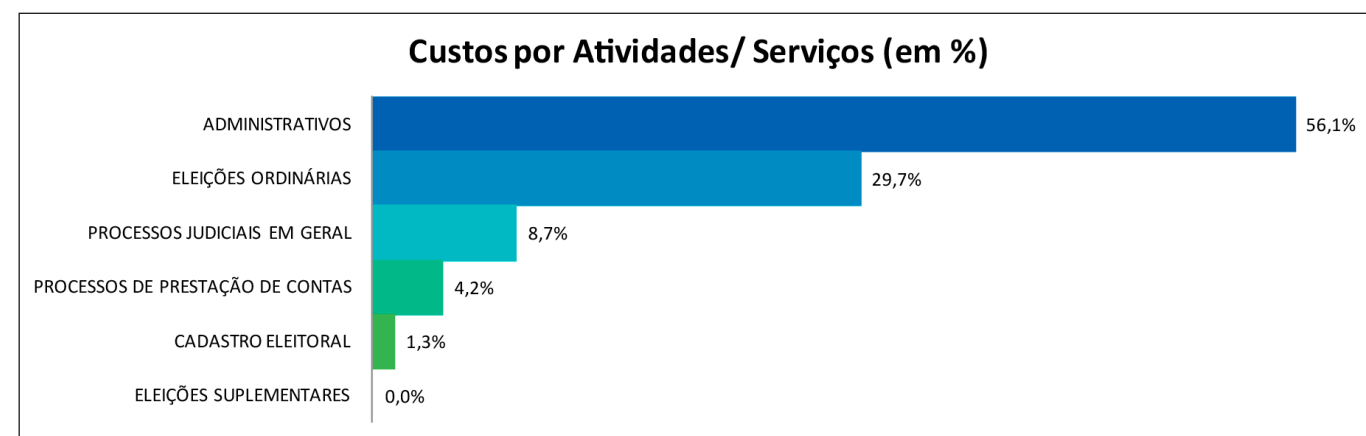
Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral do Ceará no exercício de 2022**, que somam um total de R\$ 270.205.972,18, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



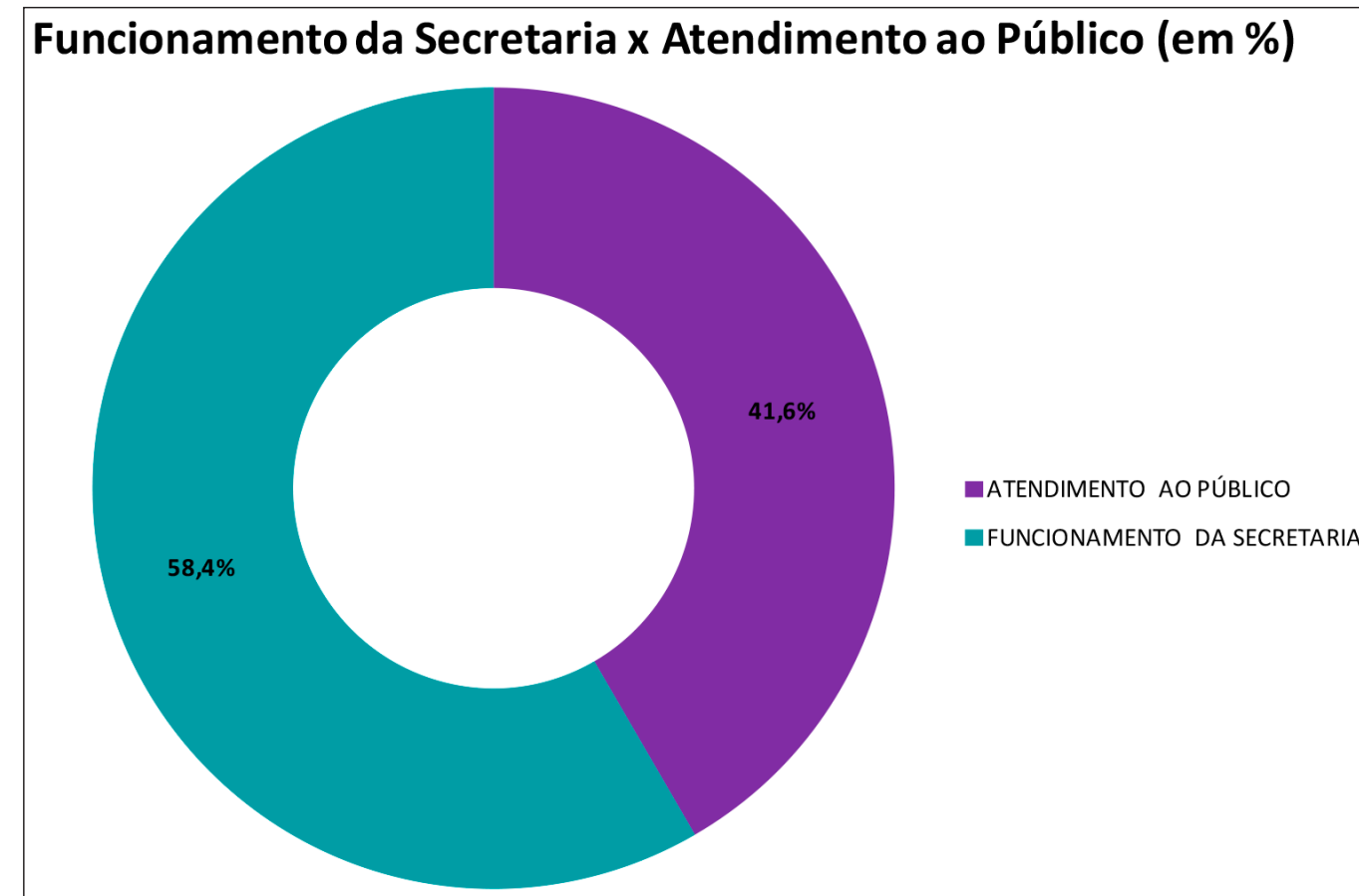
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de Subgrupos, temos a seguinte distribuição:



Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral. Ademais novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos gestores da Justiça Eleitoral.



*“A semente foi plantada.
Cuidem para que brote, cresça
e floresça com altivez”.*

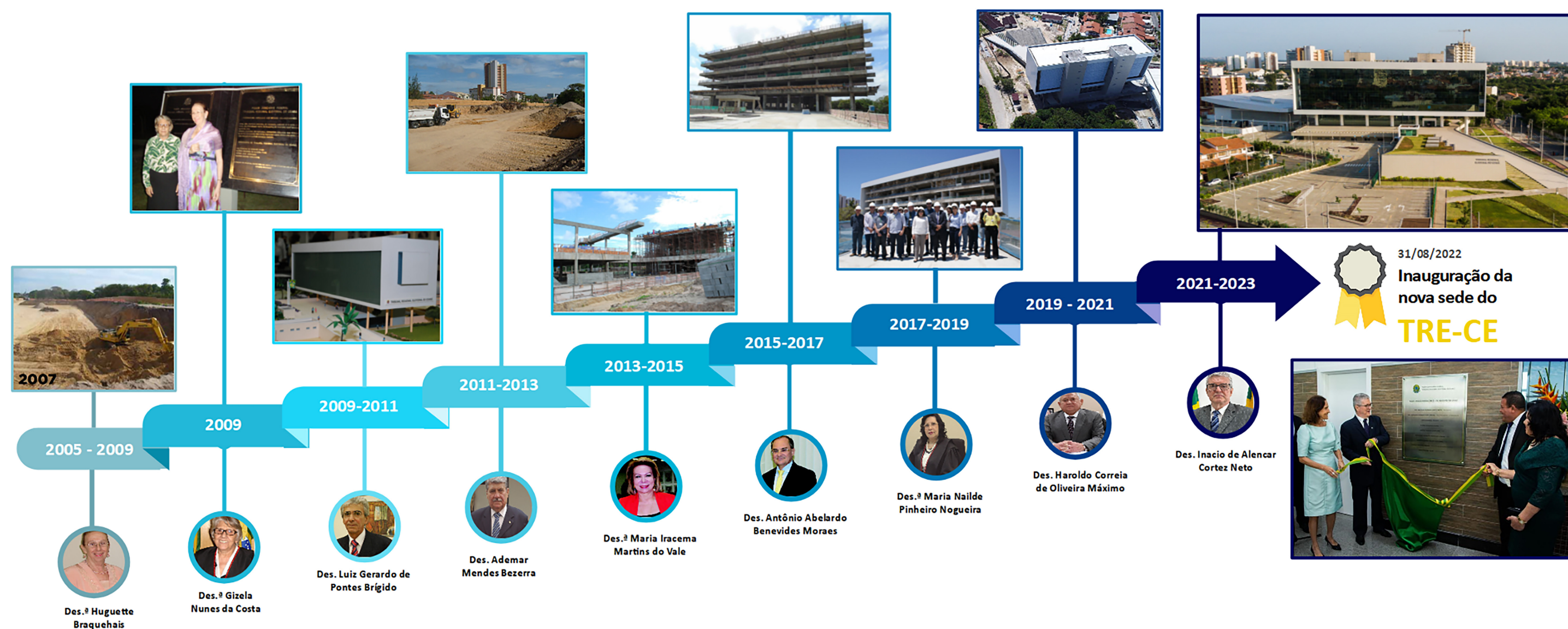
Pedra fundamental da nova Sede do TRE-CE

4.4.11 NOVA SEDE

Em 31 de agosto de 2022, foi inaugurada a **nova sede do TRE-CE**. A construção foi o maior projeto institucional durante diversas gestões. Essa trajetória iniciou-se em **2007**, quando foi adquirido o terreno, passando pelo início das obras, em **2013**, e atravessando inclusive a pandemia de Covid-19, que demandou ajustes importantes no cronograma de execução. Obra grandiosa, o complexo das novas instalações do Tribunal demandou um **orçamento total de R\$ 112.232.826,71**.

A conclusão da nova sede do Tribunal representa um marco histórico para a Justiça Eleitoral do Ceará, trazendo melhorias estruturais importantes, cujas instalações proporcionam melhor qualidade de vida no trabalho às servidoras e servidores, além de benfeitorias para a área no seu entorno, beneficiando a comunidade vizinha.

A placa da pedra fundamental da nova sede do TRE-CE traz inscrita a seguinte frase, da desembargadora Huguette Braquehais: **“A semente foi plantada. Cuidem para que brote, cresça e floresça com altivez”**. No exercício de 2022, colhem-se os frutos dos esforços de diversas gestões, e das servidoras e servidores deste Tribunal, a fim de que a nova sede do TRE-CE seja hoje uma realidade.



O COMPLEXO NOVA SEDE

- Edifício Administrativo, onde funciona a Secretaria do Tribunal;
- Bloco de depósitos, incluindo espaço para armazenamento de urnas;
- Bloco de eventos, com auditório e salas de treinamento;
- Estacionamento para servidores e visitantes;
- Estação de tratamento de água;
- Estação de tratamento de esgoto;
- Ciclovía;
- Bicicletário;
- Bosque;
- Área de passeio.

NOVA SEDE EM NÚMEROS

- Área total do terreno: **39.860 m²**
- Área total construída: **29.506m²**
- Custo total: **R\$ 112.232.826,71**
- Vagas de estacionamento: **520**
- Auditorias TCU: **2**
- Reuniões da Comissão Fiscalizadora (Portaria TRE-CE nº 424/201): **168**
- Aumento de postos de trabalho: **47**

MELHORIAS PARA A COMUNIDADE

- Pavimentação, asfaltamento e sinalização das ruas circunvizinhas;
- Manutenção do bosque;
- Implantação de estação do Projeto Bicicletar;
- Maior segurança, dada a grade movimentação no entorno das instalações;
- **Instalação da Central de Atendimento – Unidade Sul.**



SUSTENTABILIDADE

- Painéis de fachada formados por vidros laminados refletivos de controle solar, que apresentam alto desempenho térmico;
- Painéis de alumínio composto nas fachadas leste e oeste;
- Instalação de brises e uso de telhas termoacústicas para um maior conforto térmico e melhor eficiência energética;
- Instalação de lixeiras para coleta seletiva.

4.4.12 AQUISIÇÕES

O Índice de Gestão das Aquisições é um indicador do Planejamento Estratégico do TRE-CE que mede o desempenho do processo de gestão das aquisições através da quantificação de processos realizados com adoção de boas práticas (compras compartilhadas e sustentáveis).



AQUISIÇÕES EM NÚMEROS (2022)

- Cotações de preços: **210**
- Pregões realizados: **109**
- Informações prestadas: **303**
- Contratos firmados: **113**
- Convênios celebrados: **18**

NÚCLEO DE TERCEIRIZAÇÃO - NCT

Grande incremento nas atividades por conta do aumento inusitado de terceirizados, péssima saúde financeira das empresas e a falta de um servidor.

ALGUMAS DIFICULDADES NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO

- Insegurança dos fornecedores com o mercado
- Despreparo dos fornecedores
- Serviços e objetos atípicos
- Solicitações de urgência nas cotações
- Excesso de exigências para a habilitação
- Alterações de procedimentos por conta da nova Lei de Licitações
- Licitações não planejadas
- Três pregoeiras no serviço remoto

4.4.13 PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

Atualmente o [acervo imobiliário](#) do Tribunal é composto (dezembro de 2022):



Em 2022, foram assinados 6 (seis) [contratos](#) de locação, 2 (dois) [convênios](#) e 1 (um) pacto de cooperação visando à mudança de sede de cartórios eleitorais para imóveis que possibilitem melhores condições de trabalho aos servidores e de atendimento aos usuários.

IMÓVEIS ALUGADOS	
CARTÓRIO ELEITORAL	VALOR MENSAL (R\$)
43ª ZE – Jucás	750,00
92ª ZE – Barro	800,00
99ª ZE – Novo Oriente	2.424,00
71ª ZE – Caririaçu	2.500,00
8ª ZE – Aracati	2.800,00
70ª ZE – Brejo Santo	3.636,00

IMÓVEIS CEDIDOS

CONVÊNIO

- 10ª ZE – Jaguaribe
- 16ª ZE – Missão Velha

PACTO DE COOPERAÇÃO

- 23ª ZE – Uruburetama

Para 2023, com a inauguração da nova sede administrativa do TRE-CE e a efetiva ocupação pelos servidores, o **antigo prédio**, situado no Centro de Fortaleza, está passando por ajustes e adaptações na infraestrutura e no *layout*, para sediar a **Diretoria do Fórum Eleitoral**, os **cartórios eleitorais** e a **Central de Atendimento ao Eleitor – CEATE**.

DESTAQUE

Criação do [painel de Business Intelligence](#) para gerenciar e dar transparência à gestão dos bens imóveis.

USINAS FOTOVOLTAICAS

Em 2022, foram instaladas duas novas usinas fotovoltaicas, nos municípios de Tauá e Ibiapina, que, assim como a usina instalada no município de Crateús em 2020, promoveram melhorias significativas nos índices de economia do consumo de energia elétrica, conforme tabela a seguir.



INSTALAÇÃO	ZONA ELEITORAL	PERÍODO (2022)	CONSUMO / GERAÇÃO DE ENERGIA	KWH	ECONOMIA (%)
Dezembro/2020	20ª ZE - Crateús	Janeiro a Dezembro	Consumo de energia elétrica	7.287,00	130,48
			Geração de energia fotovoltaica	9.508,25	
Julho/2022	19ª ZE - Tauá	Julho a Dezembro	Consumo de energia elétrica	5.796,00	216,24
			Geração de energia fotovoltaica	12.533,04	
Dezembro/2022	73ª ZE - Ibiapina	Dezembro	Consumo de energia elétrica	664,53	118,16
			Geração de energia fotovoltaica	785,18	

Geração de energia fotovoltaica

MAIOR QUE

Consumo de energia elétrica

DESFAZIMENTO DE BENS MÓVEIS

Em 2022, foram beneficiadas três entidades com o recebimento de bens inservíveis.

CLASSIFICAÇÃO DOS BENS DOADOS	ENTIDADES BENEFICIADAS
Bens em estado bom, ocioso e obsoleto	Associação de Combate ao Câncer Infantojuvenil (Associação Peter Pan – APP)
Bens antieconômicos	Associação dos Missionários da Solidariedade (Lar Amigos de Jesus)
Bens irrecuperáveis (sucata)	Sociedade Comunitária de Reciclagem de Lixo do Pirambu – SOCRELP

 Para saber mais: [desfazimento de bens móveis](#), no portal do TRE-CE na internet.



5

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1 SITUAÇÃO E DESEMPENHO FINANCEIRO, ORÇAMENTÁRIO E PATRIMONIAL

Para se efetuar uma análise comparativa entre a execução orçamentária dos exercícios 2021 e 2022, tomando-se por base a despesa autorizada e seus montantes empenhados, liquidados e pagos, utilizou-se da segregação da despesa por categoria, quais sejam:

- a) despesas de pessoal (englobando a despesa pertencente ao Grupo Natureza de Despesa – GND 1);
- b) despesas de custeio (toda despesa pertencente ao Grupo Natureza de Despesa – GND 3, exceto benefícios, os quais foram adicionados ao gasto de pessoal); e
- c) despesas de investimento (englobando todas as despesas do GND 4).

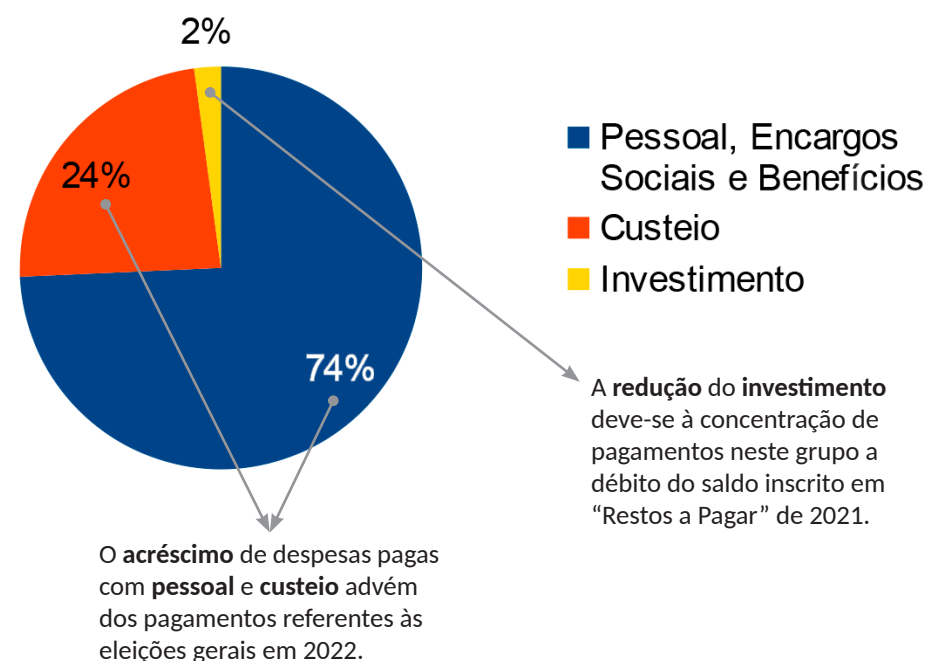
DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS
(comparativo entre os exercícios de 2021 e 2022)

DESPESA	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO 2022				
	DOTAÇÃO AUTORIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)	RESTOS A PAGAR (PROC E NPROC) PAGOS (R\$)
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	262.497.716,65	262.496.756,19	255.141.962,95	255.072.965,03	1.723.577,16
Custeio	59.718.749,58	57.458.105,84	43.596.002,10	42.075.177,28	2.246.312,17
Investimento	7.009.854,00	6.301.069,46	2.154.383,50	2.150.505,80	14.186.492,57
TOTAL	329.226.320,23	326.255.931,49	300.892.348,55	299.298.648,11	18.156.381,90

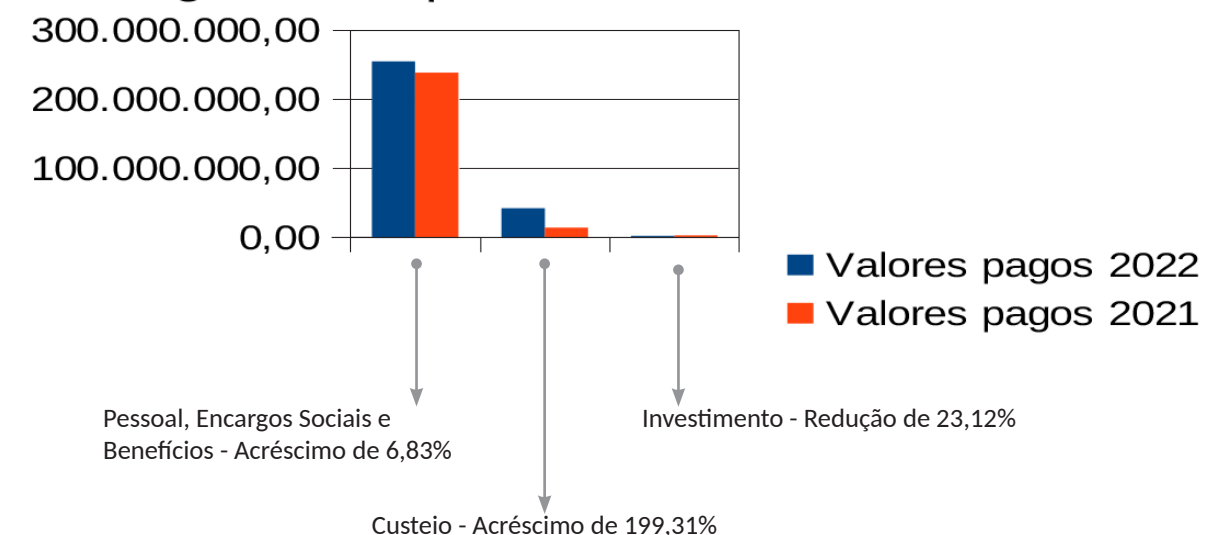
DESPESA	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO 2021				
	DOTAÇÃO AUTORIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)	RESTOS A PAGAR (PROC E NPROC) PAGOS (R\$)
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	245.247.032,86	245.225.571,91	238.763.919,21	238.763.919,21	1.649.413,54
Custeio	18.051.691,20	18.048.331,92	14.439.764,69	14.057.328,52	3.191.864,00
Investimento	7.130.630,00	6.847.105,28	2.881.277,11	2.881.277,11	11.284.633,80
TOTAL	270.429.354,06	270.121.009,11	256.084.961,01	255.618.466,67	16.125.911,34

Fonte: Tesouro Gerencial

Composição da Dotação autorizada



Valores Pagos - Comparativo 2022/2021



Quando são comparadas as despesas discricionárias pagas em 2022 e o limite de gasto estabelecido, temos:

QUADRO DEMONSTRATIVO

Valores pagos em 2022 – Despesas Discricionárias

VALOR PAGO	
DO EXERCÍCIO	R\$ 22.996.395,60
RESTOS A PAGAR	R\$ 16.373.332,01
TOTAL	R\$ 39.369.727,61
LIMITE DE PAGAMENTO*	R\$ 51.550,320,00
SUPERAVIT FINANCEIRO**	R\$ 12.180.592,39

* Portaria TSE nº 31 de 19 de janeiro de 2023 (DOU nº 15, Seção 1, pág. 44).

** A inexecução do limite autorizado deve-se ao atraso na ocupação do novo edifício-sede, inaugurado em 31 de agosto de 2022. Assim, alguns contratos previstos de manutenção geral ainda não foram efetivados, e os contratos vigentes não correspondem ao período completo.

A execução do crédito orçamentário disponibilizado para 2022, em todas as fases da despesa, pode ser inferida em cada ação orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual, conforme o quadro que segue:

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO AUTORIZADA + PROVISÃO RECEBIDA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
0181 Aposentadorias e Pensões Civis	40.189.626,00	40.189.626,00	39.644.643,60	39.644.643,60
0625 Sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor	3.972,27	3.972,27	3.972,27	3.972,27
09HB Contribuição patronal ao RPPS	31.119.612,00	31.119.612,00	29.855.394,05	29.855.394,05
2004 Assistência Médica e Odontológica a Servidores Civis	8.367.290,00	8.367.290,00	8.366.104,10	8.366.104,10
20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	37.284.556,04	35.780.997,92	24.290.379,25	22.992.423,33
20TP Ativos Civis da União	159.634.510,00	159.634.510,00	156.987.202,38	156.924.906,86
212B Benefícios Obrigatórios aos Servidores	9.518.777,00	9.518.777,00	9.058.764,26	9.058.764,26
219Z Conservação e recuperação de ativos de infraestrutura	1.432.252,00	0,00	0,00	0,00
4269 Pleitos Eleitorais	41.675.724,92	41.641.146,30	32.685.888,64	32.452.439,64
TOTAL	329.226.320,23	326.255.931,49	300.892.348,55	299.298.648,11

O quadro a seguir mostra a despesa empenhada em nível de elemento de despesa para cada Grupo de Natureza de Despesa (GND):

GND 1 - DESPESA EMPENHADA			Despesas com Ativos equivalem a 83,57% do total do GND 1 - Despesa Empenhada
ELEMENTO	EXECUTADO (R\$)	EXECUTADO (%)	
01 Inativos	27.659.244,39	11,31	
03 Pensões	12.292.002,13	5,03	
07 Contribuições a entidade fechada previdência	406.797,16	0,17	
11 Ativos - Vencimentos/Vantagens	155.089.337,78	63,40	
13 Obrigação Patronal ao RPPS	31.801.814,41	13,00	
16 Ativos Despesas Variáveis	16.123.693,74	6,59	
92 Despesas Exercícios Anteriores	1.165.556,66	0,48	
96 Ressarcimento Pessoal Requisitado	72.242,92	0,030	
TOTAL	244.610.689,19	100,00	

GND 3 - DESPESA EMPENHADA		
ELEMENTO	EXECUTADO (R\$)	EXECUTADO (%)
08 Benefícios Assistenciais	1.328.214,24	1,76
14 Diárias	1.938.862,53	2,57
30 Material de Consumo	4.708.521,29	6,25
31 Campanhas Educativas	7.360,00	0,01
33 Passagens	2.165.219,91	2,87
36 Outros Serviços PF	1.425.380,92	1,89
37 Terceirização	18.799.528,59	24,95
39 Outros Serviços PJ	22.459.863,54	29,81
40 Serviços de TI	5.365.553,97	7,12
46 Auxílio-Alimentação	8.137.731,91	10,80
47 Obrigações Tributárias	66.398,20	0,09
49 Auxílio-Transporte	41.040,00	0,05
92 Despesas Exercícios Anteriores	266.095,46	0,35
93 Indenizações	8.634.402,28	11,46
TOTAL	75.344.172,84	100,00

Esses percentuais correspondem a

54,76%

do total do GND 3 - Despesa Empenhada

97%

do valor atribuído corresponde a Assistência Médica

GND 4 - DESPESA EMPENHADA		
ELEMENTO	EXECUTADO (R\$)	EXECUTADO (%)
40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	594.800,00	9,44
52 Equipamentos e Material Permanente	5.706.269,46	90,56
TOTAL	6.301.069,46	100,00

GND 1 - DESPESA PAGA		
ELEMENTO	EXECUTADO (R\$)	EXECUTADO (%)
01 Inativos	27.395.814,75	11,53
03 Pensões	12.092.002,13	5,09
07 Contribuições a entidade fechada previdência	379.306,20	0,16
11 Ativos - Vencimentos/Vantagens	154.118.828,90	64,85
13 Obrigação Patronal ao RPPS	30.416.943,60	12,80
16 Ativos Despesas Variáveis	12.112.860,38	5,10
92 Despesas Exercícios Anteriores	1.076.508,25	0,45
96 Ressarcimento Pessoal Requisitado	55.832,46	0,02
TOTAL	237.648.096,67	100,00

Despesas com Ativos
equivalem a

82,93%

do total do GND 1 -
Despesa Paga

GND 3 - DESPESA PAGA		
ELEMENTO	EXECUTADO (R\$)	EXECUTADO (%)
08 Benefícios Assistenciais	1.060.948,46	1,78
14 Diárias	1.938.862,53	3,26
30 Material de Consumo	4.293.766,71	7,22
31 Premiações culturais artísticas, científicas	7.360,00	0,01
33 Passagens	1.558.045,31	2,62
36 Outros Serviços PF	1.266.943,09	2,13
37 Terceirização	9.969.888,82	16,76
39 Outros Serviços PJ	20.424.453,30	34,33
40 Serviços de TI	2.071.979,66	3,48
46 Auxílio-Alimentação	7.963.508,67	13,38
47 Obrigações Tributárias	45.565,52	0,08
49 Auxílio-Transporte	22.516,28	0,04
92 Despesas Exercícios Anteriores	261.867,34	0,44
93 Indenizações	8.614.339,95	14,48
TOTAL	59.500.045,64	100,00

Esses percentuais
correspondem a

51,08%

do total do GND 3 -
Despesa Paga

GND 4 - PAGO		
ELEMENTO	EXECUTADO (R\$)	EXECUTADO (%)
52 Equipamentos e Material Permanente	2.150.505,80	100,00
TOTAL	2.150.505,80	100,00

5.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A realização da Conformidade Contábil deste TRE-CE compete à **Seção de Análise e Conformidade Contábil**, que se encontra inserida no organograma da **Coordenadoria Contábil e Financeira** da **Secretaria de Orçamento e Finanças**, e possui suas atribuições elencadas na forma do art. 24, II, c, da Resolução TRE-CE nº 303, de 13 de setembro de 2006, e suas alterações.

A conformidade contábil das demonstrações é realizada mensalmente de acordo com os procedimentos descritos no Manual do Sistema **SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira**, sistema do Governo Federal ao qual encontram-se conveniados todos os órgãos do Poder Judiciário da União. Este processo visa assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no referido sistema, onde executam-se os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Os demonstrativos disponibilizados para a **Unidade Gestora 070007 – TRE-CE** abrangem as seguintes demonstrações contábeis consolidadas deste Tribunal:

- [Balanço Patrimonial](#) – evidencia os ativos e passivos do órgão;
- [Balanço Orçamentário](#) – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista *versus* a arrecadada e a despesa autorizada *versus* a executada;
- [Balanço Financeiro](#) e a [Demonstração dos Fluxos de Caixa](#) – visam demonstrar o fluxo financeiro do órgão no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- [Demonstração das Variações Patrimoniais](#) – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

A **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** não se encontra disponível no sistema SIAFI Web em nível de unidade gestora e sim, mas apenas em nível de órgão (unidade setorial), o que torna prejudicada sua inserção neste Relatório de Gestão.

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com a **Lei nº 4.320/1964**, a **Lei Complementar nº 101/2000 – LRF**, as **Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP**, os **Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**, 9ª edição – MCASP e o **Manual SIAFI**.

5.3 NOTAS EXPLICATIVAS

As [Notas Explicativas](#) são instrumentos que subsidiam a análise dos demonstrativos contábeis extraídos do Sistema SIAFI. Elas permitem ampliar a compreensão da atuação e da situação financeira do TRE-CE no exercício de 2022, evidenciando os fatos contábeis, grupos de contas ou contas individualizadas mais relevantes.

5.4 DECLARAÇÃO DA CONTADORA RESPONSÁVEL

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2022, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Fortaleza-CE, 31 de janeiro de 2023.

Diana Anastácio Carvalho

Nº Registro: CRC/CE-016228/O-8

Contadora Responsável do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

5.5 CONFORMIDADE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

BASE NORMATIVA

- [Constituição Federal de 1988](#) (incluindo a [EC nº 95/2016](#))
- [Lei nº 4.320/1964](#)
- [Decreto nº 93.872/1986](#)
- [Lei Complementar nº 101/ 2000](#)
- [Lei nº 13.971/2019](#) (Plano Plurianual)
- [Lei nº 14.194/2021](#) (Lei de Diretrizes Orçamentárias)
- [Lei nº 14.303/2021](#) (Lei Orçamentária Anual)

A conformidade da gestão orçamentária, financeira e contábil encontra-se fundamentada em informações extraídas dos seguintes sistemas gerenciais:

- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – **SIAFI**;
- Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – **SIOP**;
- Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária – **SIGEPRO**;
- Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – **SIGEC**;
- **TESOURO GERENCIAL**; e
- Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – **SICONFI**.

No exercício de 2022, não foram observadas distorções relevantes que comprometessem a fidedignidade da gestão contábil e financeira da UG, fato refletido na **conformidade dos registros contábeis**, sem restrição, referente ao encerramento do exercício, em 20/01/2023.

Os responsáveis, durante o exercício de 2022, pela Conformidade Contábil, em ambiente SIAFI, da unidade gestora de execução do TRE-CE são os titulares da **Seção de Análise e Conformidade Contábil – SANAC** e, subsidiariamente, o titular da -, respectivamente Diana Anastácio Carvalho e Iberê Comin Nunes.

